



**Luisa Davi Oliveira de Mesquita**

***Fandoms, afetos e ciberespaço: perspectivas de  
comunidades políticas para além das tradicionais***

**Dissertação de mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. James Matthew Davies

Co-orientadora: Profa. Paula Orrico Sandrin

Rio de Janeiro,  
Fevereiro de 2021



**Luisa Davi Oliveira de Mesquita**

***Fandoms, afetos e ciberespaço: perspectivas de comunidades políticas para além das tradicionais***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof. James Matthew Davies**

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. Paula Orrico Sandrin**

Co-orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. Paulo Henrique de Oliveira Chamon**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. Adriana da Rosa Amaral**

Programa de Pós-Graduação em Ciências da  
Comunicação – UNISINOS

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

### **Luisa Davi Oliveira de Mesquita**

Graduada em Relações Internacionais pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia em 2018. Seus interesses de pesquisa estão focados na importância da cultura pop e da internet para a vida política no cotidiano.

#### Ficha Catalográfica

Mesquita, Luisa Davi Oliveira de

Fandoms, afetos e ciberespaço : perspectivas de comunidades políticas para além das tradicionais / Luisa Davi Oliveira de Mesquita ; orientador: Matt Davies ; coorientadora: Paula Orrico Sandrin. – 2021.

116 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2021.  
Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Comunidades políticas. 3. Ciberespaço. 4. Virada afetiva. 5. Estudos de fãs. 6. Teorias de RI. I. Davies, Matt. II. Sandrin, Paula Orrico. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD: 327

Para minha mãe, cujo apoio incondicional  
foi indispensável para que esta dissertação  
se concretizasse — e que nunca me perdoaria  
se eu não fizesse essa dedicatória a ela.

## Agradecimentos

A minha família, que sempre teve fé inabalável em mim e sempre me estimulou a estudar.

Aos meus orientadores, Matt e Paula, que aceitaram embarcar comigo nesta pesquisa, tirando minhas dúvidas, acalmando minhas inseguranças e acreditando em mim e na minha capacidade.

Ao IRI, ao Decanato de Ciências Sociais e a PUC-Rio, que me aceitaram de braços abertos e que permitiram que eu florescesse em seu meio. Agradecimento especial a Luciana Varanda, pela sua paciência e compreensão, vontade de ensinar e excelentes conselhos.

A turma do mestrado do IRI de 2019 — sobrevivemos à metade do curso estando fisicamente distantes uns dos outros, mas sem soltar a mão de ninguém. Obrigada pelo carinho.

Aos meus mais queridos amigos, que torcem por mim em todas as minhas escolhas de vida. Em especial, aos amigos feitos através da internet, dos *fandoms* e de outras redes sociais. Ter vocês em minha vida é de uma felicidade inestimável, e foi por conta da nossa amizade que as sementes dos problemas de pesquisa que abordo aqui foram plantadas em minha cabeça. Um agradecimento mais efusivo a Karla e ao Rafael, parceiros da graduação e para a vida toda. Also, major thanks to my friends at the Potato Heads Discord server: you made my 2020 brighter and more bearable with your enthusiasm and just how much love we share for Daevabad, Nahri and Ali. Thank you for getting me back into fandom as an adult, and thank you for reminding me that magic is ageless.

A toda equipe que trabalha no IRI, pessoas incríveis que são inestimáveis para o funcionamento do instituto e que estão sempre dispostas a auxiliar discentes e docentes. Um grande agradecimento à Lia, por responder e-mails tão rápido.

Aos professores da Banca Examinadora.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Resumo

Mesquita, Luisa Davi Oliveira de; Davies, James Matthew; Sandrin, Paula Orrico. ***Fandoms, afetos e ciberespaço: perspectivas de comunidades políticas para além das tradicionais***. Rio de Janeiro, 2021, 116p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como objetivo investigar como entendimentos teóricos tradicionais (tanto nas Relações Internacionais como na teoria política no geral) sobre comunidades políticas são desafiados na contemporaneidade, tendo como ponto de vista as comunidades de fãs articuladas na internet (*fandoms*). Abordagens teóricas *mainstream* postulam que a comunidade política exemplar e a única que, portanto, tem impacto na condução da política e deve ser analisada é o Estado-nação. O Estado é tratado, por essas teorias, como uma entidade atemporal e a-histórica, natural ao sistema internacional. Estas características traçam limites às formas de imaginação da comunidade política, resultando em implicações acerca da territorialidade e vinculação do Estado com uma nação. Esses limites à imaginação possível da comunidade política têm sido cada vez mais questionados nas RI, inclusive através de análises que desnaturalizam o Estado como forma única de organização da vida política. A dissertação caminha nesta mesma direção, tendo os *fandoms* como ponto de vista. O argumento principal da dissertação é que *fandoms* apresentam desafios às concepções tradicionais do que são as comunidades políticas, especialmente através de dois aspectos: a territorialidade, visto que *fandoms* existem na internet, que é desterritorializada; e a nacionalidade, visto que os apegos emocionais que fundam e mantêm a comunidade existindo são ao objeto de fã e a outros fãs.

## Palavras-chave

Comunidades políticas; ciberespaço; virada afetiva; estudos de fãs; teorias de RI.

## Abstract

Mesquita, Luisa Davi Oliveira de; Davies, James Matthew (Advisor); Sandrin, Paula Orrico (Co-advisor). **Fandoms, affects and cyberspace: perspectives on political communities beyond traditional approaches**. Rio de Janeiro, 2021, 115p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to investigate how traditional theoretical understandings (both in International Relations and in political theory in general) about political communities are challenged in contemporary times, through the point of view of fan communities articulated on the internet (fandoms). Mainstream theoretical approaches postulate that the exemplary political community and the only one that has an impact on politics and should be analysed is the nation-state. The state is treated, by these theories, as a timeless and a-historical entity, natural to the international system. These characteristics draw limits to the forms of imagination of the political community, resulting in implications about the territoriality and link between the state and a nation. These limits to the possible imagination of the political community have been increasingly questioned in IR, including through analyses that denaturalize the state as the only way of organizing political life. The dissertation moves in the same direction, taking fandoms as a point of view. The main argument of the dissertation is that fandoms present challenges to the traditional conceptions of what political communities are, especially through two aspects: territoriality, since fandoms exist on the internet, which is deterritorialized; and nationality, since the emotional attachments that found and maintain the community are to the fan object and other fans.

## Keywords

Political communities; cyberspace; affective turn; fan studies; IR theory.

## Sumário

1	Introdução: Anteriormente, em.....	9
1.1	Começos humildes .....	9
1.2	A fronteira final .....	12
1.2.1	Fãs. Quem são, onde vivem, do que se alimentam? ...	13
1.2.2	Ciberespaço & cibercultura .....	16
1.2.3	Comunidades políticas .....	21
1.3	O que é política, afinal? .....	22
1.4	Plano da dissertação .....	25
2	Entendimentos tradicionais sobre comunidades políticas.....	27
2.1	Introdução .....	27
2.2	Na teoria política .....	28
2.2.1	A lógica do Leviatã .....	29
2.2.2	Coletividades não-individualistas .....	32
2.2.3	O papel dos afetos na formação das coletividades .....	34
2.3	Nas Relações Internacionais.....	38
2.3.1	Uma questão de identidade .....	38
2.3.2	Uma questão de comunidade .....	43
2.3.3	Uma questão de territorialidade .....	46
2.3.4	Uma questão de nacionalidade .....	49
2.4	Conclusão .....	51
3	Desafiando territorialidade a partir do ciberespaço .....	53
3.1	Introdução .....	53
3.2	Territorialidade e alternativas .....	54
3.3	Ciberespaço como reordenador de pressuposições territoriais sobre onde se exerce política .....	58
3.4	<i>Fandoms</i> e ciberespaço .....	63



3.5 Comunidades políticas articuladas no ciberespaço, sem territorialidade definida: uma nova visão sobre os <i>fandoms</i> .....	66
3.6 Conclusão .....	70
4 Desafiando a identificação com a nação a partir do objeto de fã e dos laços com outros fãs .....	72
4.1 Introdução .....	72
4.2 Um panorama sobre a nação .....	73
4.3 A virada afetiva na teoria política e nas RI .....	77
4.4 <i>Fandoms</i> , apego afetivo ao objeto de fã e ação política ...	83
4.5 Conclusão .....	92
5 Considerações finais: “Até mais, e obrigada pelos peixes!” .....	95
5.1 Introdução .....	95
5.2 Direto do túnel do tempo... ..	96
5.2.1 <i>Fandoms</i> como comunidades políticas: em que sentido?	97
5.2.2 Desafios à territorialidade.....	98
5.2.3 Desafios à nacionalidade .....	99
5.3 Percalços no caminho, questionamentos sobre o futuro, lições aprendidas .....	101
5.3.1 Problemas e contradições .....	101
5.3.2 Caminhos futuros .....	103
5.3.3 Isto é tudo, pessoal! .....	106
6 Referências bibliográficas .....	109

*even if there weren't established authors who wrote fanfic, even if fanfic had no  
value as a writing improvement tool, it'd still be valid. creation for creation's  
sake is valid*

Gale Galligan

# 1

## Introdução: Anteriormente, em...

### 1.1

#### Começos humildes

É a minha primeira vez voltando pra minha cidade natal depois de ter me mudado para outro estado para cursar a graduação em Relações Internacionais. Fiz dezenove anos nesse interim de mudanças, início de vida adulta, aulas de economia — e estou morrendo de saudades dos amigos que deixei no Rio de Janeiro. Marco logo de encontrar com uma das minhas amigas mais antigas, que conheço desde o ensino fundamental, com quem sempre dividi os mesmos interesses por livros, séries e filmes.

Enquanto conversamos por cima dos nossos sorvetes, colocando uma a outra a par das novidades das nossas vidas, ela me pergunta se eu já tinha ouvido qualquer coisa do BTS.

O ano é 2014, e o BTS, o *boygroup* de música pop sul-coreana, debutou em 2013. Àquela altura, eu já tinha ouvido falar do grupo — porque outra amiga, com quem eu dividia apartamento e aulas de Relações Internacionais, também gostava de k-pop e porque eu era uma usuária assídua das redes sociais, em especial do Tumblr. A impressão que eu tinha era que todas as pessoas mais ou menos na mesma faixa etária que eu e que usavam as redes sociais já tinham, em algum momento, ouvido falar ou de k-pop no geral ou do BTS especificamente.

O que estava faltando, para mim, até aquela conversa com a minha amiga de infância, era a *dimensão* do impacto que o grupo tinha na vida das pessoas.

Desde muito cedo me considerei uma grande nerd, porque tive a sorte de ter pais que sempre estimularam o hábito da leitura em mim, me levavam ao cinema e eles mesmos compartilhavam seus interesses culturais comigo. Meu primeiro contato com cultura pop direcionada para a minha faixa etária foi com a saga de livros *Harry Potter*, o desenho animado *Avatar: A Lenda de Aang* e os livros de *Crepúsculo* em seguida. Fui abertamente fã desses artefatos durante muito tempo,

me engajando ativamente sempre que possível com suas respectivas comunidades de fãs. Fui em eventos de lançamento, escrevi histórias baseadas no universo das sagas e usando seus personagens<sup>1</sup>, comprei itens de decoração... Eu era (sou!) fã de várias coisas; consigo entender muito bem a importância que esses objetos culturais podem ter para aqueles que os consomem.

Passei a prestar mais atenção na expansão do k-pop e outros objetos culturais sul-coreanos a partir daí. A *Hallyu*<sup>2</sup>, a onda de cultura sul-coreana, não é baseada única e exclusivamente na música popular sul-coreana, muito menos apenas no BTS, embora o grupo seja o expoente mais visível desse fenômeno. A *Hallyu* também inclui o consumo de k-dramas (as novelas sul-coreanas), o engajamento com celebridades sul-coreanas, o aprendizado da língua coreana, o consumo de produtos de beleza sul-coreanos etc.

Esse fenômeno me intrigou profundamente porque, bem, sou uma acadêmica de Relações Internacionais e sou treinada para olhar para fenômenos transfronteiriços, e também porque sempre fui profundamente interessada por estudos culturais<sup>3</sup>. Além disso, também sou uma fã: entendo os apegos que fãs têm aos seus objetos de fã e como esses objetos e a participação em comunidades de fãs pode sensibilizar os fãs para questões que ou lhes eram desconhecidas ou indiferentes.

Foi no *fandom* de *Avatar: A Lenda de Aang* — por motivos de brevidade, passarei a me referir ao desenho como *A:TLA*, acrônimo que faz referência ao título original da animação, *Avatar: The Last Airbender* — que tive meu primeiro contato com discussões sobre raça, já na adolescência. *A:TLA* é um desenho completamente inspirado em culturas asiáticas, como Japão, China e Nepal, e todos os personagens retratados são não-brancos. No entanto, quando o filme *live action* baseado no desenho estreou em 2010, grande parte do elenco principal era composto de pessoas

<sup>1</sup> O termo usado nos *fandoms* para histórias de ficção dessa natureza é *fanfictions*, também *fanfics* ou simplesmente *fics*.

<sup>2</sup> A *Hallyu* é reconhecidamente parte da estratégia diplomática da Coreia do Sul, que investiu grandemente em sua indústria cultural com o intuito de intensificar a exportação de seus produtos culturais (PUBLIC DIPLOMACY, 2020). Estudos sobre a *Hallyu* dentro das RI, portanto, englobam, por exemplo, discussões teóricas sobre *soft power* (LEE, 2009), o impacto econômico alcançado pela propagação de objetos culturais sul-coreanos (BAE *et al.*, 2017) e quais os efeitos da *Hallyu* nas relações bilaterais entre Coreia do Sul e outros países (CHUNG, 2019).

<sup>3</sup> Não faço referência aqui ao campo de Estudos Culturais, cujo expoente mais conhecido é, talvez, o teórico cultural Stuart Hall, embora também me interesse pelos trabalhos de Hall e seus colegas. Falo sobre estudar cultura e objetos culturais de forma mais ampla.

brancas<sup>4</sup>, e o *fandom* não respondeu bem a isso, protestando de forma bastante vocal contra aquilo que chamaram de *whitewashing*<sup>5</sup> (LOPEZ, 2012).

A partir daí, passei a me atentar mais para questões de representatividade nas mídias que consumia. Toda a polêmica ao redor do filme *live action* de *A:TLA* abriu meus olhos para debates acerca do retrato que as grandes mídias fazem de pessoas que fazem parte de grupos minoritários, seja em questões de raça, gênero ou sexualidade. Conforme me engajava mais com diferentes *fandoms*, entrava em contato com diferentes debates que passavam completamente despercebidos na minha vida cotidiana.

Isso acontece porque a cultura fã é uma cultura participativa e transformativa<sup>6</sup>: fãs se conectam tanto com o objeto de fã que querem continuar se engajando com ele, seja através de histórias, ilustrações, músicas, e querem compartilhar sua empolgação com outros fãs. Isso inclui abordar questões de representatividade, que frequentemente são negligenciadas pelos autores das obras originais, e debater com outros fãs sobre futuros possíveis para aquela obra, possibilidades de maior inclusão de diferentes vivências...

Por isso tudo, não fiquei surpresa quando me deparei com a atividade das fãs de k-pop via Twitter para proteger a identidade dos manifestantes do movimento Black Lives Matter frente a um aplicativo de reconhecimento facial da Polícia de Dallas, nos EUA (MORRIS, 2020). O ativismo de fãs tampouco é uma surpresa para acadêmicos dos estudos de fãs, e já existem trabalhos que se debruçam sobre as atividades de fã-clubes e ONGs construídas em cima dos valores de determinado objeto de fã (BENNETT, 2012).

Tudo isso que expus acima atendeu minha curiosidade e culminou neste trabalho, e na principal pergunta que o orienta. *Fandoms* são comunidades

<sup>4</sup> A exceção notável é Dev Patel, ator de origem indiana, que interpretou o Príncipe Zuko da Nação do Fogo e... o antagonista da história. Isso também não caiu bem para os fãs do desenho.

<sup>5</sup> O termo faz referência ao hábito da indústria cinematográfica hollywoodiana em escalar atores brancos para interpretar personagens reconhecidamente não-brancos, e foi cunhado justamente por causa do *live action* de *A:TLA*. Outros exemplos recentes marcantes são Jennifer Lawrence interpretando Katniss Everdeen, a protagonista de *Jogos Vorazes*, e Scarlett Johansson interpretando a Major em *Ghost in The Shell*.

<sup>6</sup> Transformativa aqui faz referência ao fato de que fãs estão sempre procurando acrescentar e transformar conteúdos derivados a partir do objeto de fã, introduzindo suas próprias vivências e pontos de vista. Fazem isso especialmente através dos trabalhos de fãs, sejam histórias, desenhos ou outras expressões artísticas.

majoritariamente on-line, articuladas ao redor do apreço por um artefato cultural, e esse apreço é tão profundo que não é raro que os membros de determinado *fandom* sejam propelidos à ação política — em nome do objeto de fã, sim, como é o caso das atividades da Harry Potter Alliance<sup>7</sup>, mas nem sempre.

É daí que surge minha pergunta: como *fandoms* desafiam a maneira pela qual entendemos comunidades políticas? *Fandoms* não estão territorialmente localizados, e nem são contidos em um Estado; muito pelo contrário: *fandoms* frequentemente são transnacionais, com membros das mais diversas nacionalidades. Ainda assim, seus membros, através das redes sociais e da internet, conseguem articular ações de cunho político.

Esta dissertação vai, portanto, investigar as maneiras pelas quais os *fandoms* constituem novos modos de comunidades políticas, comunidades essas que se formaram através da disseminação das tecnologias de comunicação, da interconexão do ciberespaço e pelo apego emocional dos fãs com o objeto de fã. Esta introdução, por sua vez, tem como objetivo esclarecer como encontrei meu objeto (o que acabei de fazer), delinear o caminho que seguirei nos próximos capítulos, e introduzir as ideias principais que utilizarei no decorrer da dissertação.

## 1.2

### A fronteira final

Minha dissertação, como já deve estar claro para quem chegou até aqui, não aborda um objeto de estudos tradicional das Relações Internacionais. Muito pelo contrário — este trabalho é uma tentativa de preencher um vazio na disciplina que me inquietou. Sendo mais específica, preocupo-me com o exercício de atividades políticas no cotidiano, sendo articuladas através da internet, no ciberespaço, removendo a centralidade da figura dos Estados nacionais, que tradicionalmente têm sido o foco das RI, me aliando a diversos outros acadêmicos que já estão questionando o foco da disciplina no Estado. Faço isso porque entendo que a política internacional também é vivida no cotidiano, podendo ser experimentada

---

<sup>7</sup> A Harry Potter Alliance é uma organização social sem fins lucrativos que se apoia nos valores empreendidos e divulgados pela série de livros *Harry Potter* para exercer mudança social significativa no mundo (WHAT WE DO | HARRY POTTER ALLIANCE, 2020).

facilmente uma vez que a internet tem se popularizado e tem sido bem sucedida em conectar os mais diversos pontos do planeta.

Tomo *fandoms* como meu ponto de partida para realizar esse desvio de foco porque acredito que *fandoms* demonstram novas possibilidades singulares de exercício de ação política, que nascem em resposta à ubiquidade da tecnologia e que podem demonstrar como essas mudanças transformam as maneiras pelas quais as pessoas se organizam política e socialmente. Não ousou falar em morte e superação do Estado-nação como forma de organizar a vida social, econômica e política, mas creio que não devemos considerar apenas o Estado quando desejamos estudar a política internacional. É fato que outras formas de organização possuem impacto na vida das pessoas, que podem até não se identificar com o Estado sob o qual deveriam jurar lealdade, e acredito que *fandoms* são exemplos produtivos dessas novas maneiras de organização sociopolítica.

Antes de mergulharmos mais profundamente na discussão sobre comunidades de fãs no escopo das RI, é importante situar as leitoras dentro da literatura já estabelecida dos estudos de fãs, das contribuições acerca da importância do ciberespaço na vida social e política, e também das discussões acerca de comunidades políticas nas Relações Internacionais. Reconheço que estudos de fãs são desconhecidos por grande parte dos acadêmicos das RI<sup>8</sup>, e, de maneira similar, que a audiência interessada em estudos de fãs pode não estar familiarizada com as discussões das Relações Internacionais sobre comunidades políticas. Por isto, avançamos na preparação do caminho que percorrerei no decorrer da dissertação.

### 1.2.1

#### **Fãs. Quem são, onde vivem, do que se alimentam?**

É de relativo consenso que os estudos de fãs consolidaram-se e expandiram-se a partir da investigação de comunidades de fãs de ficção científica mais tradicional, no meado dos anos 1960, mais especificamente por conta da estreia e popularização de *Jornada nas Estrelas*. Fãs de *Jornada nas Estrelas* eram bastante

---

<sup>8</sup> A exceção notável que consegui identificar até o momento é o artigo de Birkedal (2019), que trata de *cosplay* e Relações Internacionais.

ativos na cena estadunidense conforme a série original era lançada, num mundo antes da internet, escrevendo *zines* e trocando *fanfics*, tudo isso ainda pelos correios.

Dessa forma, os *fandoms* não nascem com o advento da internet. Muito pelo contrário: Fraade-Blanar e Glazer (2017) ressaltam que podemos identificar práticas de fãs por toda a História, citando inclusive os trabalhos de ficção escritos a partir da Bíblia cristã. Essa é uma das características marcantes da cultura fã: ter uma conexão tal com o objeto de fã que se tem a necessidade de engajar-se com o texto para além de apenas lê-lo.

A popularização dos *fandoms* está, portanto, atrelada aos avanços tecnológicos e a popularização do acesso à rede mundial de computadores. A internet permitiu que pessoas com o mesmo interesse conseguissem entrar em contato umas com as outras, apesar das distâncias geográficas, e o fato de que computadores e outras formas de acesso à internet tornaram-se mais acessíveis garantiu que fãs tenham mais energia para se engajar com os objetos de fãs que consomem e as inspiram. É como colocam Fraade-Blanar e Glazer, antes do advento das tecnologias de informação, “a menos que [fãs] tivessem acesso à sua própria imprensa e um monte de tempo livre, poucos tentariam acrescentar algo a ele [o objeto de fã]” (p. 27).

Estudos de fãs estão concentrados, em grande medida, nos campos da Comunicação Social e das Letras, mas também interessam a outras áreas diversas, como a Psicologia e estudos de Marketing, por exemplo, e, gostaria de argumentar, as Relações Internacionais. Com o crescimento do campo de estudos de fãs, sua produção acadêmica tem se revelado profundamente interdisciplinar, uma vez que se reconhece que estudar fãs é estudar comunidades, e diversas aparelhagens de diferentes disciplinas podem contribuir para que se entenda melhor essas comunidades.

Segundo Fraade-Blanar e Glazer, os estudos da cultura de fãs identificam três diferentes fases históricas dos comportamentos dos fãs, as quais chamam de ondas. Fraade-Blanar e Glazer apelidam as ondas de maneira a caracterizar mais claramente a composição de cada onda. A primeira passa a se chamar *fandom* como utopia; a segunda, *fandom* como recriação da sociedade; e a terceira fica sendo conhecida a partir da alcunha *fandom* como identidade (p. 106).



Fazer parte da primeira onda dos estudos de fãs é compreender o *fandom* como um lugar seguro onde pessoas marginalizadas pela sociedade no geral podem sentir-se à vontade para tomarem parte nas experiências que lhes interessam. Podemos entender essa perspectiva quando olhamos, por exemplo, para a produção de *fanfictions* em que relacionamentos LGBT têm destaque, já que estas histórias podem ser lidas como objetos de resistência *queer*, tal qual colocam Edfeldt e Couto (2018). A primeira onda dos estudos de fãs é particularmente interessante para este trabalho. Acredito que aplicar esta ótica ao investigarmos *fandoms* pelo viés das Relações Internacionais é bastante útil, já que essas comunidades que estão surgindo e sendo produzidas fogem constantemente de entendimentos tradicionais sobre comunidades políticas.

A segunda onda dos estudos de fãs é a que entende *fandoms* como recriações da sociedade. Esta perspectiva entende *fandoms* como uma tentativa de reconstruir dentro da comunidade o sistema social que acaba por oprimir ou discriminar as pessoas que fazem parte do *fandom*. Nesse entendimento, os *fandoms* criam novas hierarquias sociais que operam dentro das comunidades, muitas vezes baseada em senioridade: membros mais antigos têm preferência.

Por fim, a terceira onda é aquela que vê os *fandoms* como formas de expressão, conectados diretamente à identidade de seus membros. Esse entendimento distancia-se dos outros dois anteriores porque volta o olhar muito mais para a expressão pessoal dos fãs, ao invés de questionar como essa expressão é vista por outros, fora da comunidade. Isso acontece porque entende-se que atualmente todas as pessoas são filiadas a uma subcultura ou outra, e muitas vezes a mais de uma ao mesmo tempo. Essa perspectiva também é importante a medida que, seguindo Hinck (2019), entendo que a identificação como fã está conectada à ação política.

Hinck investiga, em seu *Politics For The Love of Fandom*, as maneiras pelas quais pode haver exercício cívico baseado na identidade de fãs. Ela aponta como caso exemplar, mais uma vez, a Harry Potter Alliance e seu trabalho ativista, que conseguiu recrutar milhões de fãs de *Harry Potter* para suas campanhas políticas. Hinck entende cidadania como uma ação performática, e, portanto, podendo ser exercida de diferentes maneiras, inclusive através do objeto de fã e do engajamento dos fãs uns com os outros.

O engajamento público que se manifesta através do comprometimento com um objeto de fã é, nos termos de Hinck, “cidadania baseada na identidade de fã”<sup>9</sup> (p. 6). Hinck chama atenção para o fato de que esse tipo de ação política por parte dos fãs não está direcionado única e exclusivamente para assuntos e questões que tangenciam o objeto de fã. Dito de outra forma, fãs frequentemente se engajam em atividades políticas que estão relacionadas com o objeto de fã; um caso exemplar seria a pressão que a Harry Potter Alliance, juntamente com ONGs anti-escravização, colocou na Warner Bros. para que a companhia passasse a usar chocolate com certificação de *fair trade* na produção dos sapos de chocolate, doce que é descrito na saga e é vendido nas atrações conectadas a *Harry Potter* (HEIGL, 2015). Entretanto, é cada vez mais frequente fãs se organizarem entre si para realizarem ações públicas que lhes afetam como cidadãos, como, por exemplo, arrecadar dinheiro para contribuir com os esforços de conter o incêndio do Pantanal brasileiro (EQUIPE DA FOLHA DE S.PAULO, 2020).

É esta segunda categoria de ação política de fãs que me interessa mais profundamente, e é por causa da existência delas que esta dissertação existe.

### 1.2.2

#### Ciberespaço & cibercultura

As tecnologias de informação têm alterado profundamente as maneiras pelas quais os seres humanos interagem não apenas uns com os outros, mas também com os objetos e as máquinas que permitem o acesso à Internet. É por conta disso que as ciências sociais têm se debruçado sobre os estudos digitais, e é pelo mesmo motivo que cada vez mais os acadêmicos têm tentado investigar as formas pelas quais o espaço virtual (ou ciberespaço) é construído, consolidado e simultaneamente modificado.

Acredito que a tendência é que estudos sobre o ciberespaço cresçam em importância dentro da RI, justamente porque o ciberespaço borra e implode quaisquer limites entre diferentes Estados e efetivamente extingue distâncias, eliminando diferenças temporais no estabelecimento de comunicações. As RI já têm

---

<sup>9</sup> No original, “*fan-based citizenship*”.

realizado importantes debates sobre ciberespaço, especialmente no que concerne cibersegurança e nas consequências que um mundo cada vez mais conectado podem ter na condução da política externa dos países. Esse é o caso do artigo de Dunn Cavelty e Wenger (2020), em que os autores mapeiam os caminhos traçados pelas discussões acerca de segurança cibernética; eles chegam à conclusão de que a política tem um lugar importante não apenas no desenvolvimento de tecnologias, mas também nas formas pelas quais novas tecnologias são utilizadas.

Para começar, é útil apresentar o trabalho de Stephen Graham (1998), que discorre de forma breve e clara sobre três abordagens diferentes que os estudos de ciberespaço assumem dentro da Geografia. A primeira delas é a perspectiva transcendental, que entende o ciberespaço como um lugar completamente separado do mundo social, mas que ainda assim o impacta através de desenvolvimentos tecnológicos. Por este ponto de vista, as tecnologias de informação liberam os seres humanos de limitações de tempo e espaço, e é submergindo no ciberespaço que é possível experimentar a verdadeira liberdade. Com o estabelecimento de tecnologias de realidade virtual, alguns autores desta corrente questionam até mesmo a permanência do real — alguns acreditam que ele será superado e substituído pelo virtual. O ciberespaço oferece realidades alternativas, que surgem como substitutas para os problemas do real e da materialidade (p. 171).

A segunda perspectiva é a de co-evolução, capitaneada, diz Graham, especialmente pelos acadêmicos da economia política. Para esta perspectiva, ciberespaço e espaços físico e social não estão descolados e distantes, mas muito pelo contrário: eles evoluem em concerto uns com os outros, sendo produzidos pelos mesmos processos sociais. Esta abordagem admite que articulações complexas entre espaços geográficos e virtuais têm ocorrido, mediadas principalmente pelas novas tecnologias. Desta maneira, é possível contextualizar os usos destas novas tecnologias através da construção de espaços. Longe de tornar cidades obsoletas, como defendem os partidários da abordagem anterior, os espaços metropolitanos são aliados importantes dos avanços tecnológicos, promovendo a construção de novos espaços. Portanto, a interação entre real e virtual é uma via de mão dupla, e acaba afetando tanto um quanto o outro conforme a interação se prolonga no tempo.

Por fim, Graham chama atenção para a abordagem da recombinação, que descende das discussões sobre a Teoria Ator-Rede, tal qual empreendida por Bruno Latour, e das postulações sobre as fusões humano-máquina, que são tratadas por diversos teóricos, mas que são mais famosamente discutidas por Donna Haraway em *Manifesto Ciborgue*. Esta abordagem é extremamente relacional e contingente, olhando para as maneiras pelas quais os humanos alistam diferentes tecnologias que acabam formando redes e atores à medida que vão se associando entre si. As relações no ciberespaço são entendidas como sociais e técnicas, simultaneamente, e o diferencial relacional desta perspectiva nos leva a conclusão de que o ciberespaço não é único e coeso, mas sim múltiplo e fragmentado, cada um deles sendo composto por redes heterogêneas nas quais as tecnologias de informação se confundem com os atores humanos, com outras tecnologias, com diversos sistemas de relações sócio-técnicas.

As tecnologias da informação e a rede mundial de computadores formam recombinações contínuas do mundo, dentro de ator-redes, e por isso mesmo são contingenciais e dependentes do contexto em que circulam. Para Stephen Graham, é imprescindível que, ao voltarmos nosso olhar para o virtual, tenhamos em mente ideias não-tradicionais sobre tempo e espaço, que são profundamente modificadas quando pensamos nas conexões permitidas pelas tecnologias de informação.

É nesse sentido, de que devemos compreender o ciberespaço como contingencial e fluido, ao invés de contido e estanque, que Mark Graham (2013) pretende discutir as maneiras pelas quais a Geografia tem abordado o estudo do virtual — chamando atenção para o fato de que a metáfora de um único ciberespaço pode ser demasiadamente restritiva. Para ele, também é imperativo que se abandone a dicotomia on-line/off-line, e é infinitamente mais útil ter abordagens sobre o virtual que levem em consideração a relação híbrida entre ele e a realidade. A Internet, para Graham, é melhor entendida como uma rede composta de geografias marcadamente desiguais e espacialidades altamente complexas, que não deixam de ser, em muitos sentidos, materiais.

Além de pedir por compreensões distintas de espaço e tempo, o ciberespaço e os estudos do virtual também chamam atenção para mudanças que ocorrem na organização da vida social e política com o advento e popularização das mídias digitais. É de especial importância o trabalho de Pierre Lévy (2018), filósofo

francês que procura destrinchar em sua obra como se forma e quais as consequências da cibercultura na vida cotidiana e política. O ciberespaço, para Lévy, é o meio que surge a partir da conexão mundial dos computadores, fazendo referência aqui tanto ao aparato técnico, físico, quanto ao “universo oceânico de informações que ela [a infraestrutura física do ciberespaço] abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (p. 17).

O ciberespaço, de acordo com Lévy, é, antes de mais nada, uma forma das pessoas se relacionarem entre si. A cibercultura, como o nome bem sugere, é o conjunto de valores, práticas, modos de pensamento etc. que se desenvolvem em conjunto com o ciberespaço; o conceito faz referência ao surgimento de novas e diferentes formas culturais e o nascimento de uma nova universalidade, fruto de um movimento social cuja origem só pode ser explicada quando se leva em consideração o avanço das telecomunicações.

Levo muito a sério a colocação de Lévy que o ciberespaço propicia a criação e o surgimento de novos valores, práticas, modos de pensamento. Este entendimento é central para a dissertação, pois considero que, dada a introdução de um novo meio de comunicação tão diferente quanto a internet, que rompe com as limitações anteriores de diálogo global, é impossível não haver uma transformação nos seres humanos — conectando-os mais profundamente ao mesmo tempo que também pode enfatizar suas diferenças. Os acadêmicos do campo de ecologias das mídias já chamaram atenção para o fato de que novas técnicas — e, sendo generosos em suas definições, consideram até mesmo o alfabeto fonético como uma técnica — transformam as maneiras pelas quais as pessoas pensam e se organizam. Neil Postman (2005) é um dos expoentes desse campo, e, embora seu trabalho esteja focado na televisão, acho justo considerarmos que o mesmo possa ser dito sobre a internet e os computadores.

A manifestação da cibercultura é, dessa maneira, imprescindível de ser considerada quando procuramos olhar para a internet e as comunidades que surgem virtualmente<sup>10</sup>. Afinal de contas, a internet e a interconexão proporcionada pelas tecnologias da informação e comunicação criam todo um novo espaço, um novo meio possível para a interação entre as pessoas. Posto de outra forma, interações

---

<sup>10</sup> Lévy (2018) define *comunidade virtual* como “um grupo de pessoas se correspondendo mutuamente por meio de computadores interconectados.” (p. 27)

on-line não acontecem necessariamente da mesma maneira que interações off-line, mas não é porque acontecem virtualmente que não têm importância. Para Lévy, a cibercultura é orientada por três princípios principais: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva.

A interconexão é ligeiramente autoexplicativa; no ciberespaço, estamos frequentemente conectados uns aos outros, aos nossos aparelhos eletrônicos e a constante fluxos de informação. Somos rodeados por comunicações, e essa tendência a interconexão “constitui a humanidade em um contínuo sem fronteiras” (LÉVY, 2018, p. 129). O segundo princípio é o da formação das comunidades virtuais, que só existe por conta da tendência a interconexão. As comunidades virtuais se constituem, de acordo com Lévy, ao redor das afinidades de interesses, de conhecimentos etc., de seus membros. A descrição que Lévy faz das comunidades virtuais como tendo desenvolvido uma moral e até mesmo um conjunto de regras, ressoa fortemente com o esforço dessa dissertação de olhar para *fandoms* como novos tipos de comunidades políticas.

Para Lévy, as comunidades virtuais atualizam as maneiras que os seres humanos têm de se relacionarem uns com os outros e de formarem laços que podem ser duradouros, muito embora não estejam baseados em laços territoriais, ou relações institucionais. Avançando mais um pouco, Lévy considera que, a partir da constituição das comunidades virtuais, podemos alcançar a inteligência coletiva, que é o último princípio regente da cibercultura, e “sua perspectiva espiritual, sua finalidade última” (p. 133). A inteligência coletiva seria, como o nome bem sugere, reunir e colocar em diálogo as mais diversas formas de saberes, imaginações, produções de conhecimento, até mesmo energias espirituais.

Lévy considera que o movimento social da cibercultura é o de um novo universal que não é totalizante — universal porque rompe com os limites geográficos, mas que não pretende ditar apenas uma forma de pensamento, comportamento ou de comunicação. Justamente por ser como é, constituída por diversas práticas de compartilhamento de informação e de comunicação, é que na cibercultura se tem espaço para a heterogeneidade e multiplicidade.

### 1.2.3

#### Comunidades políticas

Esta subseção será a mais curta das seções que abordam a literatura que mobilizarei porque, como veremos mais adiante, o segundo capítulo desta dissertação é dedicado exclusivamente aos debates feitos pela teoria política e pelas Relações Internacionais sobre o que são as comunidades políticas, como elas se constituem e de que maneira as abordagens tradicionais determinam como devemos estudá-las. Indispensável para a discussão que orienta toda esta dissertação é a centralidade do Estado-nação como única forma possível de ordenação da vida social e política, conforme as teorias *mainstream* de Relações Internacionais defendem.

Tradicionalmente, apoiando-se especialmente em correntes de pensamento do realismo e do liberalismo clássicos, as teorias de Relações Internacionais entendem que o Estado-nação é a única forma possível de manifestação da comunidade política para a política internacional. O Estado-nação é, portanto, o agente por excelência do Sistema Internacional. Afinal de contas, estamos falando de Relações Internacionais: o próprio nome da disciplina sugere que os estudos conduzidos em seu âmbito são orientados, pelo menos, pela interação entre as nações.

O problema está no fato de que essas conceituações acerca do Estado estão apoiadas em pressupostos que são tomados como dados, naturais, resultados inevitáveis do exercício da vida política. Bartelson (1998) argumenta que a identidade estatal está baseada em três características principais: sua indivisibilidade, distinção e continuidade espaço-temporal. As implicações dessas características para as RI estão diretamente relacionadas com o fato de que o Estado-nação não é questionado de maneira apropriada pelas teorias *mainstream*.

Importante ressaltar para as discussões acerca do Estado-nação que as Relações Internacionais se estabeleceram, como disciplina, a partir de um ponto de vista marcadamente ocidental, em que o Estado-nação é, em realidade, o expoente maior da vida política. O viés eurocêntrico da disciplina pode ser claramente observado a partir da reificação do Estado-nação como objeto central de análise, visto que o Estado-nação tem origem na Europa, e seu formato é visto,

tradicionalmente, como a melhor forma de gestão da vida política para todas as partes do globo. Mandelbaum (2020), inclusive, chama a atenção para o fato de que construir Estados em situações pós-conflito — as práticas de *statebuilding* — é considerado como a melhor solução possível para alcançar estabilidade e garantir a prosperidade de diferentes sociedades.

Entretanto, esses pressupostos acerca da importância indispensável do Estado para a política internacional e até mesmo como o exemplo maior de comunidade política têm sido frequentemente questionados por contribuições teóricas mais recentes. O próprio Bartelson, num volume editado em conjunto com Baker (2009), inquire acerca do futuro da comunidade política para as Relações Internacionais, levando em consideração avanços tecnológicos e o aprofundamento dos processos de globalização.

Esta dissertação vem adicionar a esta literatura que questiona os limites que o Estado-nação impõe à imaginação e à análise da vida política. Meu objetivo não é argumentar que o Estado-nação está superado e não possui mais nenhum peso ou impacto na vida política e, portanto, é completamente irrelevante para estudos de Relações Internacionais. Só pretendo demonstrar como podemos ter uma compreensão mais completa de fenômenos políticos que têm ocorrido na contemporaneidade — especificamente na internet — se descentrarmos o Estado-nação da nossa lente analítica.

### 1.3

#### O que é política, afinal?

Se nesta dissertação estou me preocupando principalmente com o conceito de comunidades políticas, como exposto na subseção anterior, me parece justo dedicar algum tempo a explicar para as leitoras o que quero dizer quando falo de política — o que caracteriza uma ação, ou uma comunidade, como sendo políticas? Tenho como ponto de partida o trabalho de Jacques Rancière (2009), cujo entendimento de política está centrado principalmente ao redor de discussões estéticas, sobre imaginários possíveis e dissensos. Central para minha discussão é o conceito de Rancière de “partilha do sensível”, que, para Rancière, é o cerne da política.



Ao colocar a questão estética como fundamental para discussões sobre política, Rancière argumenta que o político é, em essência, sobre o que é visível e o que é invisível, sobre o que podemos imaginar e o que está preso para além de nossa imaginação. A partilha do sensível faz referência tanto ao compartilhamento de práticas, pensamentos, posicionamentos etc. por uma comunidade, quanto ao que está dividido para além desse campo de possibilidade. A política reside na constante negociação que realizamos, através de desentendimentos, sobre quais exatamente são os limites da partilha do sensível.

Segundo Rancière (2009),

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc. (...) É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (p. 16-17)

Portanto, a política se manifesta nas disputas existentes entre essa divisão do que é visto e o invisível, nas reconfigurações possíveis entre o que podemos ver, dizer e fazer. Para Rancière, a política é baseada nos desentendimentos acerca das diferentes configurações do que é possível do que é impossível. Importante ressaltar que essa teorização de Rancière não se fixa exatamente no que é dito ou não dito, no que é efetivamente consciente, mas abrange também elementos de senso comum, que não são questionados e que constituem a ordem comum sem que se faça oposição cônica a eles.

De acordo com Marques (2011), uma das principais contribuições de Rancière para o pensamento político é a admissão de que a estética frequentemente tem a capacidade de interromper e bagunçar a percepção sensível dos sujeitos, fazendo com que nossa forma de perceber as coisas seja transformada (p. 32). Acredito ser de suma importância levar em consideração o papel que a arte tem em despertar aquelas que entram em contato com ela para os limites do possível e para imaginação de outras formas de vida quando estamos falando de *fandoms* — afinal de contas, *fandoms* são comunidades constituídas ao redor de um artefato cultural

e estético. Aprofundarei esse argumento mais a frente, especialmente quando tratar dos apegos afetivos de fãs com o objeto de fã, mas é central a conexão entre artefato cultural, fãs e perturbação da partilha do sensível para pensarmos em *fandoms* como comunidades políticas.

Esse entendimento não é de todo compartilhado pelos fãs. Jenkins e Shresthova (2016) ressaltam que nem sempre fãs entendem suas ações como políticas, na realidade distanciando-se tanto quanto possível deste rótulo, por acreditarem que a política está enraizada e é conduzida apenas através de instituições de governança. Por outro lado, vemos no trabalho de Hinck (2019) que o oposto também ocorre, com fãs conduzindo ações políticas em nome do objeto de fã e utilizando o arsenal cultural compartilhado proporcionado pelo objeto de fã para orientarem seu ativismo político.

Dito tudo isto, quando digo que *fandoms* e fãs empreendem ações políticas, é porque entendo que essas ações partiram de um momento de ruptura ou perturbação na atual partilha do sensível, tal qual postula Rancière. Ações políticas, portanto, são aquelas que questionam os limites do visível e do não visível, do natural e do antinatural, que surgem a partir de momentos de dissenso, e que, por conta dessa perturbação, pressionam por uma reformulação do *status quo* ou resistem à modificação da atual partilha do sensível.

Considero *fandoms* como comunidades políticas porque entendo que *fandoms* são espaços comunitários que favorecem e contribuem para que a interrupção da partilha do sensível ocorra — principalmente porque são comunidades constituídas ao redor de um artefato estético. É através do contato com o objeto de fã e com outros fãs, com vivências muito diferentes entre si, que os limites do possível são questionados e tensionados, que fãs se posicionam quando antes não acreditavam ser possível, que passam a imaginar alternativas às ordens políticas, sociais e econômicas, ou que resistem às mudanças que identificaram frente ao contato com o objeto de fã. Essa desestabilização na partilha do sensível permite até que objetos impensáveis tornem-se instrumentos de ação política — como é o caso do uso de *fancams* para a inutilização de hashtags racistas no Twitter (ORLANDO, 2020).

Esclarecimentos feitos, na seção seguinte delinerei os planos dos capítulos da dissertação, para que possamos seguir em frente e debatermos mais profundamente as questões levantadas nesta introdução.

## 1.4

### Plano da dissertação

A dissertação está preocupada em discutir como *fandoms* desafiam os entendimentos tradicionais, dentro das Relações Internacionais, sobre o que são comunidades políticas. Para abordar esse problema de maneira apropriada, delineei nesta introdução, o primeiro capítulo, quais as motivações por detrás de meus questionamentos, e mais quatro capítulos a seguem.

Neste capítulo, forneci às leitoras uma revisão sucinta da literatura sobre os estudos de fãs, expondo àquelas que não estão familiarizadas com a área quais suas principais características, como *fandoms* são geralmente abordados na literatura e as contribuições possíveis que estudos de *fandoms* e fãs podem fornecer às Relações Internacionais. Abordei, também, questões levantadas pelos estudos sobre o ciberespaço, tocando especialmente no impacto que a popularização da internet e das tecnologias de informação causa na vida cotidiana e política das pessoas. Ademais, discussões sobre o ciberespaço suscitam questões extremamente produtivas acerca de território e territorialidade, ideias que ainda são prevalentes nas Relações Internacionais. Tratei, brevemente, sobre a problemática da comunidade política para as Relações Internacionais e, em seguida, sobre como entendendo política para conseguir caracterizar ações e comunidades debaixo desse título.

O próximo capítulo, o segundo, está interessado em se aprofundar ainda mais na questão do surgimento e da manutenção da comunidade política. Esses processos são abordados pelo ponto de vista da teoria política, que, por sua vez, influencia tremendamente as Relações Internacionais. No segundo capítulo, apresento às leitoras quais são, exatamente, os entendimentos tradicionais acerca de comunidades políticas, os quais mencionei de passagem nesta introdução. O objetivo do capítulo dois, é, portanto, dar-nos as bases teóricas necessárias para

compreendermos como as comunidades de fãs articuladas através da internet podem desafiar esses entendimentos.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata de uma forma específica através da qual os *fandoms* desafiam as concepções tradicionais de comunidades políticas. Tomando como ponto de partida o fato de que *fandoms* articulam-se através da internet, um espaço desterritorializado, argumento que *fandoms* questionam as pressuposições que comunidades políticas devem estar ancoradas na territorialidade. Desta forma, demonstro que *fandoms* não precisam estar contidos territorialmente para poderem agir politicamente.

O quarto capítulo desta dissertação faz um movimento parecido com o terceiro, mas questionando o pressuposto teórico que uma comunidade política deve ter, em seu núcleo, uma nação a quem os membros devem identificação e fidelidade. Nos *fandoms*, os fãs identificam-se tanto com o objeto de fã quanto com os demais membros da comunidade, e é através desses dois níveis de apego emocional que a ação política é executada. No capítulo quatro, mobilizo as contribuições realizadas pela virada afetiva nas RI para entender como os laços comunitários são forjados e como eles propõem a ação política.

Por fim, o último capítulo da dissertação é a conclusão, em que retomarei os pontos principais que levantei no decorrer do trabalho. É na conclusão, também, que tratarei de como olhar para *fandoms* a partir da ótica das Relações Internacionais pode contribuir bastante para as formas pelas quais compreendemos política e o que significa agir politicamente, tendo como pontos centrais a importância do ciberespaço e dos apegos emocionais na vida cotidiana das pessoas — dos agentes políticos.

Feita toda essa grande exposição acerca de meus planos para a dissertação, convido as leitoras a continuarem a exploração que proponho acerca do futuro das comunidades políticas e o que isso significa para as Relações Internacionais.

## 2

### Entendimentos tradicionais sobre comunidades políticas

#### 2.1

##### Introdução

Antes que discutamos de maneira mais profunda algumas formas pelas quais comunidades de fãs on-line podem desafiar entendimentos tradicionais que as RI possuem sobre o que são comunidades políticas, é importante nos debruçarmos sobre o debate já existente na disciplina sobre a constituição de comunidades políticas. As RI em si são fundadas com base num entendimento monolítico do que deve-se entender como comunidade política: os Estados-nação, o agente político principal da política internacional. Esse entendimento clássico vem sendo questionado e problematizado, como demonstrarei no decorrer deste capítulo, e esta dissertação vem adicionar à essa tendência questionadora.

Frequentemente, o Estado-nação é entendido como um fato natural, algo dado que existe espontaneamente na vida política e social, embora seja uma entidade histórica e cultural, construída através de processos contínuos que culminaram na forma de organização que conhecemos hoje. Neste capítulo, discutirei brevemente as maneiras pelas quais a teoria política compreende a formação de comunidades políticas — desde Hobbes até Deleuze e Guattari — através do trabalho de Jeremy Gilbert (2013). Em seguida, abordarei as maneiras pelas quais as diferentes teorias de Relações Internacionais discutem e questionam a formação e manutenção do Estado-nação como forma única de organização da vida política.

Por fim, demonstrarei como *fandoms* conseguem desafiar alguns entendimentos que as RI possuem acerca do que são as comunidades políticas, entendimentos esses que são herdeiros da teoria política. Na seção que segue esta

introdução, discuto o trabalho de Jeremy Gilbert <sup>11</sup>, teórico político e cultural, que debate as diferentes maneiras de produção de coletividade política. Em seguida, abordo questões pertinentes especificamente às Relações Internacionais, fazendo uso de trabalhos de diferentes pensadores, como Bartelson (1998), Linklater (1990), Mandelbaum (2020) e Walker (2016), para discutir a constituição e a centralidade do Estado-nação para a disciplina. Por último, aponto duas formas importantes pelas quais os *fandoms* não se encaixam no molde do que as RI tradicionalmente compreendem por comunidades políticas; e que, portanto, podem nos dar indícios produtivos do que um futuro interconectado através da internet e da propagação de afetos pode significar para a vida política.

## 2.2

### Na teoria política

Questões de coerência social e de como grupos se formam a fim de ordenarem a vida em comunidade são centrais para a teoria política. É importante que entendamos os motivos que orientam as pessoas a se juntarem em grupos para que consigamos compreender também as dinâmicas de poder que descrevem e ordenam essas comunidades. Portanto, não é de se espantar que essa seja uma questão central para a teoria política, e que seja um tópico extremamente debatido por acadêmicos desse campo e de outros — como, é claro, as RI.

Nesta seção, discuto o trabalho de Jeremy Gilbert (2013), que fornece um panorama bastante eloquente e eficaz acerca das diferentes correntes teóricas que pensam a formação de comunidades e coletividades dentro da teoria política. É importante iniciarmos com essas discussões porque muitos dos autores aqui citados — Hobbes, Laclau, Marx, Deleuze e Guattari, só para enumerar alguns exemplos — servem de inspiração e aporte para as teorias de RI. O trabalho de Hobbes mesmo apresenta influências duradouras na disciplina, inspirando algumas das colocações teóricas mais difundidas e conhecidas nas RI.

---

<sup>11</sup> A opção por fazer um sobrevoio breve e superficial sobre os principais entendimentos da teoria política sobre a constituição e manutenção das comunidades políticas está diretamente relacionada ao fato de que a teoria política é um campo incrivelmente extenso e dessa forma não há espaço ou tempo, nesta dissertação, para uma abordagem aprofundada sobre todos os teóricos políticos que contribuíram para esse debate.

Além disso, como meu objetivo com essa dissertação é questionar justamente esses entendimentos mais tradicionais que fundam e são reproduzidos pela disciplina, nada mais justo do que dedicar algum tempo a debatê-los e a explorar os caminhos alternativos surgidos na própria teoria política.

### 2.2.1

#### A lógica do Leviatã

Teoricamente falando, implicações sobre a formação de comunidades políticas pintam visões da realidade marcadamente distintas: um dos exemplos clássicos é Hobbes, em que seu Leviatã é composto por inúmeros indivíduos, que permanecem unidos em comunidade única e exclusivamente por conta de suas submissões individuais ao poder soberano, como coloca Gilbert (2013). Dessa maneira, o indivíduo é o centro da realidade, com preferência ontológica — o indivíduo é entendido como uma categoria central, basilar, inquestionável, a partir da qual a teoria se sustenta e enxerga a realidade —, e não há quaisquer laços de solidariedade horizontal ou propósito comum entre os membros de uma comunidade. O sujeito coletivo, o Leviatã, opera da mesma forma que o indivíduo.

Existem outros entendimentos sobre o surgimento e consolidação de comunidades políticas, compartilhando o mesmo modelo de sociabilidade descrito por Hobbes, com a psicologia social e a psicanálise providenciando alternativas produtivas, que encaram também a aliança de indivíduos entre si, não apenas sua conexão com um soberano — ainda assim, a conexão com um ponto central de identificação e afiliação continua ocupando lugar de destaque. Freud, por exemplo, considera que os laços dos grupos sociais são explicados igualmente a partir de um ponto em comum de investimento emocional (que ele chama de *cathexis*) por parte de seus membros, mas que também há identificação entre os membros do grupo a partir de suas relações com o objeto em comum.

Para Freud, os processos de identificação e de subjetivação estão aliados, e os sujeitos se formam a partir de suas identificações com objetos. Ele considera que qualquer identificação mútua entre membros de um grupo só é possível por conta da existência do investimento emocional que cada um dos membros tem que o objeto em comum. Portanto, Freud considera que laços grupais são lineares,

verticais, unidirecionais: são descritos através da aliança dos membros com o ponto de *cathexis*, deixando de lado conexões laterais e cíclicas, dos membros entre si, transversalmente ao objeto em que estão investidos.

O objeto de investimento emocional dos grupos para essas correntes de pensamento — hobbesiana e freudiana —, quando falamos em comunidades políticas, é especialmente o líder carismático, o soberano que concentra as vontades individuais no Leviatã. As comunidades políticas se formam através das conexões que possuem com esses objetos.

Outra resposta para o enigma que é a formação de comunidades que Gilbert apresenta é a oferecida por Mouffe e Laclau. Ambos os autores partem de entendimentos provenientes da psicanálise, e também de Hobbes; contudo, como ressalta Gilbert, Lacan é outra influência importante para os autores. Para Laclau e Mouffe, os grupos são definidos não apenas por seus investimentos emocionais em determinado objeto, mas também pelos entendimentos compartilhados sobre o que é que compromete suas identidades ideais, impedindo-as de se concretizarem — as comunidades são governadas pela lógica do antagonismo.

Na teoria laclau-mouffiana, o antagonismo tem papel fundamental na dinâmica de formação de grupos, e é através da construção de um “fora constitutivo” que as identidades intragrupo se coalescem. É o “fora constitutivo” que é entendido como o que impede que as identidades alcancem um estado de completude plena, e a comunidade se forma em oposição a este bloqueio formado por entidades externas. Por isso, para Laclau, os grupos definem a si mesmos não apenas através de conexões com os objetos através dos quais estão emocionalmente investidos, mas também através de entendimentos compartilhados sobre o que antagoniza suas identidades ideais, ameaçando sua integridade.

Portanto, para Laclau e Mouffe, a formação de comunidades políticas deve ser entendida através de dois momentos: primeiro, por meio do relacionamento entre cada indivíduo e um objeto central, que pode muito bem ser um líder, mas pode ser igualmente uma ideia que cristaliza a coerência do grupo. Segundo, mediante a definição e designação do “fora constitutivo”, que impediria a realização plena das identidades do grupo e que lhe serve de antagonista.



Dito tudo isto, fica claro que essas diferentes abordagens, embora de níveis de complexidade diferentes, encaram a formação de comunidades através do relacionamento central entre indivíduos e investimento psíquico em determinado objeto. Gilbert se apressa em destacar que a teoria de Laclau e Mouffe pode ser mais desenvolvida do que a de Hobbes, no que concerne o processo de formação de comunidades políticas, mas ainda assim parte das mesmas premissas derivadas de um individualismo ontológico; portanto, essas abordagens não respondem a questionamentos acerca de formações pluralistas e horizontais de comunidades políticas.

De acordo com Gilbert, quatro características são fundamentais para descrever a “lógica do Leviatã” de formação de comunidades políticas de Hobbes e seus herdeiros intelectuais. A primeira delas é exatamente o individualismo ontológico; ou seja, a crença que os indivíduos são as unidades mais básicas da existência. Em segundo lugar, essas abordagens possuem um entendimento negativo do que é o social; isto é, o social existe apenas na medida que limita a ação individual. A terceira característica é o seu marcado verticalismo, que ressaltei anteriormente, que postula que o coletivo é formado através dos relacionamentos individuais entre cada um dos membros e o objeto de investimento emocional. A última característica é o que Gilbert chama de *meta-individualismo*, que ele define como “a crença de que o ‘sujeito coletivo’ constituído por essas relações verticais pode, no melhor dos casos, apenas agir de forma significativa ou com propósito se sua agência, racionalidade e intencionalidade forem entendidas como formalmente idênticas àquelas que definem o sujeito individual” (p. 70)<sup>12</sup>.

Essas são, portanto, características de formações de comunidades políticas de ordem individualista. Os próprios Mouffe e Laclau dedicam grande parte de sua obra para discutirem democracia como forma de governo e entendem que o diferencial da democracia é que, nessa ordem sócio-política, há a institucionalização da ideia de que o lugar central da soberania é contestado. Contudo, Gilbert está interessado em explorar os silêncios deixados por essas

---

<sup>12</sup> No original: “its belief that the ‘collective subject’ constituted by these vertical relations can, at best, only act in a meaningful or purposeful way if its agency, rationale and intentionality are understood to be formally identical to those which define the individual subject.”

teorizações e explorar abordagens sobre formações de comunidades que não obedecem às mesmas pressuposições ontológicas da lógica do Leviatã.

### 2.2.2

#### **Coletividades não-individualistas**

Gilbert tem um problema com essas concepções individualistas de formação de comunidades: esses entendimentos são muito céticos frente a questões do coletivo. Ou o coletivo funciona no nível do meta-individualismo ou é um caos completo. Todavia, existem outras maneiras pelas quais podemos entender a formação de comunidades políticas. Uma delas, que é simplesmente inconcebível para a lógica do Leviatã, é a multidão de Hardt e Negri.

De acordo com Gilbert, Hardt e Negri se apoiam enormemente no trabalho de Baruch Spinoza, para quem a separação entre corpo e mente não faz sentido, e que todo estado intelectual ou emocional é também um estado físico. Spinoza tem uma concepção de poder e liberdade que diverge grandemente de pensadores tradicionais, como Hobbes e Locke; ele entende que o poder é definido a partir de uma relação entre corpos e que a liberdade está conectada diretamente com a capacidade de se agir criativamente no mundo. Com isso em mente, já podemos começar a imaginar como a teorização de Hardt e Negri é diferente das concepções que apresentei anteriormente.

Central para os autores é o poder criativo das atividades humanas no mundo, criatividade essa que permite o estabelecimento e a continuação de relações laterais entre os membros de uma comunidade, que não são definidos nem por homogeneização nem por desorganização. A multidão, portanto, faz uso dessa capacidade humana para a criatividade para pensar uma forma de subjetividade coletiva — uma coletividade que não impõe uma identificação a seus membros, mas que é composta por singularidades. Singularidades, essas, que não devem ser entendidas como apenas uma outra forma de individualismo; é um termo utilizado para ressaltar as características únicas de determinada entidade para, deliberadamente, não se referir a essas entidades como indivíduos.

Indo além, outra forma de entendermos formações de comunidades políticas que diferem das teorias tradicionais pode ser encontrada no trabalho de Marx e

Engels. O materialismo de Marx, que compreende a existência humana como sendo social e cooperativa, pinta uma realidade bem diferente do que as teorizações baseadas em um individualismo ontológico. Segundo Marx, já que as pessoas vivem em cooperação, precisam organizar como se dá essa cooperação; surgem aí os modos de produção. Os modos de produção, por sua vez, são caracterizados pelas relações de produção: relações sociais, que distribuem tarefas e remunerações para os diferentes grupos sociais da comunidade. As relações de produção geram e são informadas por imperativos sistêmicos, que direcionam o comportamento das pessoas para que cumpram suas tarefas a fim de manterem as condições de reprodução material da vida humana.

Portanto, para Marx, “o modo de existência de todos os indivíduos é produto, em primeiro lugar, dos conjuntos de relações sociais que eles habitam”<sup>13</sup> (GILBERT, 2013, p. 79). A perversidade do capitalismo está no fato de que os trabalhadores não estão cientes da realidade das relações sociais em que estão inseridos; é a partir daí que Marx vai pensar a ação coletiva e a transformação da história. É apenas a ação coletiva que tem a capacidade de exercer ação transformativa no mundo; fica sendo importante que as pessoas tomem ciência das relações de produção a que estão circunscritas, relações essas que organizam toda a sua existência material e social. A organização política se faz necessária para se transformar as relações de produção, e é através da transformação das relações de produção que outras relações sociais podem ser transformadas e melhoradas.

A coletividade que pode levar a cabo essas transformações das relações de produção é, famosamente, a classe; mas alguns leitores de Marx, como o próprio Laclau, têm dificuldade em concordar com a colocação de Marx de que apenas as classes são os grupos que, através de disputas de poder, podem levar adiante a mudança histórica. Ainda assim, o que é produtivo para levarmos em consideração na teorização de Marx, é o fato de que ele reconhece que as relações sociais são complexas e maleáveis, intrinsecamente cooperativas e potencialmente criativas. Esses entendimentos alimentaram outras formas de se pensar política, especialmente a democracia participativa, em que ideais de autonomia e de comunidades são construídas de baixo para cima.

---

<sup>13</sup> No original: “every individual’s mode of existence is a product primarily of the specific sets of social relationships which they inhabit.”

Discussões acerca de organizações políticas começaram a ocorrer em termos de verticalidade e horizontalidade, especialmente com o advento da internet e de formas de organização em rede. O efeito descentralizador das redes redistribuiu os centros de poder, ainda que não o faça de forma homogênea. Ainda assim, é uma transformação que digna de ser levantada, especialmente porque a internet dá plataforma para os mais diversos grupos se organizarem e levantarem suas demandas, e, portanto, deve ser levada a sério quando se pensa novas maneiras de formação de comunidades políticas.

### 2.2.3

#### O papel dos afetos na formação das coletividades

Nesta subseção, pretendo centralizar o papel das emoções e dos afetos no surgimento e consolidação da coletividade. Jeremy Gilbert (2013) destaca a importância do trabalho de Gilbert Simondon, que influenciou profundamente outros pensadores, como Deleuze e Guattari. A proposta principal de Simondon é que a consolidação dos grupos se dá através de um conjunto de sentimentos e sensações compartilhadas, que operam no nível subconsciente.

O modelo de Simondon implica que nossa capacidade de agir no mundo é, em realidade, dependente de nossas relações com outros, relações que são constitutivas de nossa subjetividade como são e que nem sempre são facilmente representadas de qualquer forma consciente, e ele vê essas relações ocorrendo no nível da *emoção*, e, crucialmente, no nível do *afeto*. (p. 144, ênfase minha)<sup>14</sup>

Para muitos dos pensadores da virada afetiva, Gilbert incluído, existe uma diferenciação importante a ser feita entre afeto e emoção (p. 145). O afeto está ligado especialmente ao corpo físico; ele é uma dimensão da experiência tanto física quanto psicológica, que tem intensidades variadas e que não consegue ser representada completamente na consciência. As emoções estão conectadas, de certa forma, aos afetos, à medida de que emoção é o nome dado à identificação da

<sup>14</sup> No original: “Simondon’s model implies that our capacity to act in the world is in fact dependent upon our relations with others, relations which are constitutive of our subjectivity as such and which cannot always be easily represented in any conscious way, and he sees these relations as occurring at the level of emotion and, crucially, ‘affect’.”

mudança afetiva que sentimos, quando conseguimos interpretar essa mudança afetiva como algo acontecendo em nós, individualmente, e nomeá-la<sup>15</sup>.

Para Simondon, o que une as pessoas ao ponto de que elas se constituam em comunidades é um conjunto de sentimentos compartilhados, que atua no nível do subconsciente. Seu ponto de vista, portanto, é marcadamente diferente dos autores que discuti até agora, pois se afasta de teorizações que entendem como central a identificação e o investimento afetivo em algum objeto central de identificação, seja ele um líder, uma imagem ou uma ideia para que as comunidades se formem.

Discuto a contribuição de Simondon e de demais teóricos que pensam o papel dos afetos que fluem horizontalmente na formação de comunidades porque a conexão emocional dos fãs dentro dos *fandoms* se dá com o objeto de fã, que serve como ponto focal central e que funciona de forma análoga ao modelo freudiano citado anteriormente, mas também porque a ligação emocional entre fãs é igualmente importante para os *fandoms*. A cultura de fã é uma cultura emotiva e afetiva, em que a conexão entre os fãs e seu objeto e dos fãs uns com os outros têm lugar de destaque. É nos *fandoms* que conseguimos enxergar com maior clareza como emoções podem não apenas juntar pessoas ao redor da admiração a um objeto, mas também como essas emoções constituem e estimulam a capacidade de ação de seus membros.

A virada afetiva que tem ocorrido na teoria política e que é de grande interesse para esta dissertação, tem como importante dimensão a ênfase na natureza social do afeto. Segundo Gilbert (2013),

Prestar atenção na dimensão afetiva da experiência é observar a medida pela qual os corpos estão constantemente influenciando uns aos outros e também, como Simondon insiste, a medida pela qual essas relações de influência mútua são, frequentemente, constitutivas de sua capacidade de ação para início de conversa. (p. 146)<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Embora a diferenciação entre emoção e afeto seja adotada por vários autores que se encaixam na virada afetiva, ela não é unânime. Um exemplo útil é o de Sara Ahmed (2014). Ahmed diz que seu livro *The Cultural Politics of Emotions* foi feito na intenção de ser uma conversa com outros trabalhos no mesmo tema, especialmente contribuições feministas sobre emoções. Crucial para Ahmed é que a literatura feminista prévia não faz a diferenciação entre afetos e emoções realizada por Gilbert e por outros teóricos que ele discute em seu trabalho.

<sup>16</sup> No original: “To focus attention on the affective dimension of experience is to observe the extent to which bodies are constantly influencing each other and to which, as Simondon insists, these relations of mutual influence are often constitutive of their capacity to act at all.”

Posto de outra forma, levar em consideração como afetos marcam a vida das pessoas, influenciando-as e aos outros ao seu redor, é importante para entender como a dimensão afetiva atua na constituição da capacidade de ação. A formação de relações afetivas e produtivas entre os corpos aumenta a sua capacidade de ação; John Protevi, por exemplo, chama esse afeto que aumenta a capacidade potencial dos corpos de “afeto jubiloso”, e as relações afetivas passam a ser chave para a formação de coletividade e criatividade. Para essa linha de pensamento, júbilo e alegria são identificados como um aumento do potencial e relacionalidade — mas também é importante ressaltar que afetos podem ser também negativos, e, daí, agirem de forma oposta, diminuindo a capacidade de ação.

Muito importante para a discussão que pretendo fazer é ter em mente como a cultura capitalista se apropria e trabalha em cima da produção de afetos. Uma parcela significativa dos estudos de fãs tem como ponto de partida o *marketing*, e entender fãs como um mercado nichado, que interagem com a marca/objeto de fã de determinada maneira. A interação entre uma marca (um exemplo produtivo é a franquia *Star Wars*, agora propriedade da Disney) e seus fãs pode ser utilizada até mesmo para garantir o retorno lucrativo futuro para os investidores de uma empresa.

Todavia, o que chama minha atenção na organização de fãs, especialmente tendo como objetivo a ação política, é que ela nem sempre é capitaneada, por exemplo, pelas empresas detentoras dos direitos do objeto de fã. Os fãs podem agir politicamente se motivados pela encarnação do objeto de fã — como a cantora estadunidense Taylor Swift pedindo para seus fãs se registrarem para votar (MAMO, 2020) —, mas essa não é a única maneira pela qual os fãs agem politicamente. A ação política pode ser organizada entre os próprios fãs, ou em nome do objeto de fã, ou inspirados pelo objeto de fã, ou, ainda, porque os próprios *fandoms* permitiram que se organizassem para agir, sem necessariamente estarem conectados com o objeto de fã.

Gilbert (2013) chama atenção ainda para o trabalho de Raymond Williams, um dos grandes expoentes da área de Estudos Culturais, que cunhou o termo “estruturas de sentimento” como um instrumento de análise (p. 151). As estruturas de sentimento, para Williams (1979), permitem que olhemos para a vida cultural e a produção de arte como um processo, ao invés de algo estanque que é meramente reproduzido automaticamente. Uma estrutura de sentimento descreve um conjunto

de ideias, sentimentos e experiências que estão em *solução*, difusas, misturadas e suspensas, ao contrário de outros sentimentos, experiências e ideias que já foram *precipitadas* pelo processo semântico, que já foram classificadas e são evidentes, identificáveis, nomeáveis (p. 136).

Pensar em termos de estruturas de sentimentos é pensar que existem experiências e ações que são exercidas pelas pessoas em termos de uma formação afetiva que não está conectada imediatamente a um significado ideológico. O exemplo que Gilbert (2013) dá é o punk como modo de experiência coletiva que tem uma conexão afetiva profunda; o mesmo se aplica, me parece, às comunidades de fãs.

Importante também para pensar coletividade e formações de comunidade a partir de laços laterais é o trabalho de Deleuze e Guattari. Os autores não pensam em formação de subjetividade a partir de um processo direto de identificação; para eles, faz mais sentido pensar em termos de *devir*, de tornar-se e transformar-se constantemente. O devir é pensado, de acordo com Gilbert, em termos de um vetor de transformação, que se localiza entre estado atual e estado futuro. Por isso, para Deleuze e Guattari, o devir é um modo através do qual surgem tipos de agentes que são transitórios e instáveis, por serem entendidos sempre em relação com os outros — e esses mesmos outros estão em constante movimento.

Portanto, chegamos num modo de sociabilidade muito diferente daquele delimitado pela lógica do Leviatã; modo esse em que não se pressupõe que o indivíduo é uma entidade maciça e com preferência ontológica, nem que comunidades são formadas apenas através do relacionamento individual dos membros com um ponto único de investimento emocional. Apoiando-se novamente no trabalho de Raymond Williams, Gilbert considera que, para pensar na natureza coletiva da experiência humana, é necessário confrontar-se com os relacionamentos que as pessoas possuem entre si, porque relações de lateralidade podem sim caracterizar processos de formação de comunidades e seus comportamentos (p. 156).

Tendo examinado a teorização de importantes pensadores da teoria política, passando de Hobbes a Deleuze e Guattari, sigo em frente na próxima seção discutindo como exatamente as Relações Internacionais encaram o problema das

comunidades políticas. Como ficará claro, muito das RI é baseado e inspirado diretamente na teoria política — especialmente, quando pensamos no *mainstream* da disciplina, nas correntes realistas e liberais —, com foco intenso no Estado-nação como organizador da vida sócio-política. Meu objetivo com essa dissertação é, mais uma vez, compreender como *fandoms* podem desafiar esse entendimento.

## 2.3

### Nas Relações Internacionais

Como disse anteriormente, nas Relações Internacionais falar de comunidades é, frequentemente, falar do papel do Estado-nação como principal entidade ordenadora da vida social e do Estado-nação como circunscrevendo completamente a sociedade que diz representar. Esse é um problema com o qual as RI têm se deparado com alguma frequência, e diversos debates produtivos têm surgido em resposta a transformação da vida política para além do Estado-nação.

#### 2.3.1

##### Uma questão de identidade

Em primeiro lugar, é importante discutirmos as maneiras pelas quais as Relações Internacionais têm entendido o Estado, já que tradicionalmente este se configura como seu objeto de estudo principal. Bartelson (1998) discute de forma bastante eloquente as maneiras pelas quais as diferentes teorias de RI entendem o Estado e a identidade estatal. Para Bartelson, um dos grandes pontos de contenda das teorias de RI quando vão explicar o Estado é justamente a questão de *identidade* estatal; ou seja, o que torna um Estado um Estado? A pergunta que move o artigo de Bartelson, e que aparece até mesmo em seu título, questiona se o Estado é idêntico a si mesmo — afinal de contas, a identidade estatal é algo que o Estado *é* ou algo que o Estado *possui*?

Essa é uma questão espinhosa para as teorias de Relações Internacionais, porque as respostas que elas fornecem sobre a questão da identidade do Estado são, de acordo com Bartelson, ou circulares ou regressivas. Ou seja, as explicações



sempre retornam para si mesmas ou apelam para alguma outra forma de identidade anterior. Bartelson diz:

Sempre que a existência do Estado é pensada como sendo sua condição de inteligibilidade, seu conceito deve funcionar como um meio de *representação* que torna o Estado inteligível. Sempre que sua inteligibilidade é pensada como condição de sua existência, seu conceito é frequentemente considerado como *constitutivo* de sua existência. (BARTELSON, 1998, p. 297, *itálico no original*)<sup>17</sup>

Para Bartelson, a identidade estatal pode ser descrita através de três características principais: a primeira é a sua indivisibilidade; a segunda, a sua distinção (Estados são diferentes de outras formas de organização e também numericamente diferentes uns dos outros); por último, observa-se a continuidade do Estado — ou seja, a sua existência pelo tempo e espaço. Bartelson analisa as formas pelas quais as teorias de Relações Internacionais enxergam essas características da identidade estatal e o que isso significa para o campo e para as formas pelas quais encaramos esse objeto de estudo.

No primeiro caso, analisando o *mainstream* das teorias de RI e apoiando-se em discussões do realismo e do liberalismo, Bartelson chama atenção para o fato de que essas teorias veem o Estado como um fato dado frente a vida política. Para essas visões de mundo, unidades de Estados podem até desaparecer conforme o andamento da História, mas o tipo-ideal do Estado é uma forma de organização que é perene, imutável e característica do Sistema Internacional. Essas teorias enxergam a indivisibilidade do Estado em termos de soberania; “o Estado é definido como indivisível por virtude de sua soberania” (p. 300)<sup>18</sup>, uma vez que a soberania em si é entendida como indivisível.

No que diz respeito à distinção, essas teorias entendem que Estados são idênticos a si mesmos porque são diferentes de outros Estados, e, portanto, são contáveis — se Estados são indivisíveis, eles não podem compartilhar entre si nem um território nem a autoridade soberana. Dessa maneira, a distinção é assumida a partir da indivisibilidade pressuposta dos Estados. Sobre a continuidade, essas

<sup>17</sup> No original: “Whenever the existence of the state is thought to be a condition of intelligibility, its concept is supposed to function as a medium of *representation* which makes the state intelligible. Whenever its intelligibility is thought to condition its existence, its concept is frequently supposed to be *constitutive* of its existence.”

<sup>18</sup> No original: “the state is defined as indivisible by virtue of its sovereignty (...).”

teorias não conseguem separar a existência do Estado de sua contenção no espaço e no tempo; o Estado existe dentro do espaço e do tempo, ao mesmo tempo em que tempo e espaço são condições de sua existência.

Portanto, para as teorias mais *mainstream* de RI, as categorias de indivisibilidade, distinção e continuidade são tomadas como constantes, e, em realidade, são definidas em termos umas das outras, circularmente. Isso tem consequências grandes para nossos entendimentos da vida política, porque fica praticamente impossível explicar o surgimento do Estado e também porque não conseguimos explicar como identidades específicas dos diferentes Estados se formam.

Se esse primeiro conjunto de teorias entende o Estado como um fato dado da vida política internacional, existem as correntes teóricas do Construtivismo que vão compreender o Estado como uma construção humana, contextual e histórica. Para essas linhas de pensamento, o Estado não tem uma essência transcendental, mas, ao contrário, foi estruturado a partir de processos históricos. Por isso, as categorias de indivisibilidade, distinção e continuidade são entendidas como variáveis, que se transformam conforme o contexto.

Entender o Estado como uma construção humana significa entender que as identidades não emergem espontaneamente, mas surgem através da interação social. Dessa forma, então, as identidades devem ser entendidas como profundamente intersubjetivas, dependentes de significados compartilhados entre os atores. Dentro da tradição dos Construtivismos, Bartelson identifica duas correntes principais, que enxergam cada uma das características marcantes do Estado de forma diferente: a institucionalista e a historicista.

Para os institucionalistas, a identidade estatal é entendida como o resultado da interação entre diversas classes de agentes, antecedentes ao Estado, num contexto estruturado. Já de acordo com os historicistas, a identidade estatal é derivada de um processo histórico do amadurecimento do Estado. Contudo, ambas as correntes compartilham o entendimento de que a identidade estatal é construída e produzida.

No que concerne a primeira variável descritiva da identidade estatal, a indivisibilidade, essas duas correntes terão posicionamentos diferentes. Para os

institucionalistas, como Wendt, as identidades são marcadamente relacionais, mas existe algo que antecede a interação social, um substrato material de agência, onde a soberania (que, vimos anteriormente, caracteriza a indivisibilidade) já existe como possibilidade no contexto das interações. Os historicistas, como Ruggie, por sua vez, entendem que a indivisibilidade, assim como a soberania, são resultados de um processo histórico que é único à era moderna.

Acerca da variável distinção, os institucionalistas postulam que as identidades estatais são forjadas através da interação — e a interação só pode ocorrer entre agentes diferentes. Por isso, os institucionalistas assumem que os Estados são numericamente distintos logo de primeira. Para a perspectiva historicista, a distinção numérica também é importante para entender o processo pelo qual a autoridade política se coalesceu no formato do Estado, especialmente através do estudo de conflitos entre as diferentes comunidades e redesenho de fronteiras.

E, falando em fronteiras, a questão de continuidade espaço-temporal é, diz-nos Bartelson, um grande silêncio para os teóricos que entendem o Estado-nação como uma construção. Poucos se propõem a abordar questões de tempo e espaço, tomando-as como um pressuposto, sem a intenção de investigá-las a fundo. Sobre aqueles que se propõem a realizar essa abordagem, Bartelson aponta que as correntes possuem visões opostas: para os institucionalistas, a construção de identidades ocorre dentro do tempo e espaço, enquanto os historicistas veem as identidades como construídas fora do tempo e espaço, como já existentes. Tanto historicistas quanto institucionalistas, no entanto, veem a continuidade espaço-temporal como um pressuposto, e não se propõem a investigá-la, mais uma vez dando respostas circulares à pergunta de como as identidades estatais se estabelecem.

Por fim, Bartelson trata das teorizações pós-estruturalistas, que postulam a contingência do Estado — ou seja, que o Estado é um fato discursivo. O ponto principal do argumento dessas teorias é que a essência do Estado não é essencial para que consigamos entendê-lo, e que “tudo sobre o Estado é pura plasticidade”<sup>19</sup> (BARTELSON, 1998, p. 312). Bartelson ressalta que, da mesma forma que as

---

<sup>19</sup> No original: “everything about the state is pure plasticity.”

abordagens construtivistas, a tradição pós-estruturalista pode ser dividida em duas correntes diferentes: uma desconstrutiva e a outra genealógica.

Para a vertente desconstrutiva, cujo um dos expoentes é Ashley, a identidade estatal deve ser entendida em função dos discursos que circulam nas Relações Internacionais. Desenhar o Estado como uma entidade indivisível se dá através de práticas discursivas e de conhecimento, nas quais as sociedades se diferenciam umas das outras por conta de seu contexto espaço-temporal. De acordo com Bartelson, a questão não é mais sobre *continuidade* espaço-temporal, mas sim de práticas de produção de tempo e espaço realizadas através do discurso, já que essas categorias são, em si mesmas, interpretáveis e sustentadas por certos discursos. A desconstrução da identidade estatal ocorre porque essa corrente entende que os conceitos usados para definir e demarcar teoricamente o que é um Estado são definidos em termos uns dos outros, com nenhuma preferência ontológica, e são sustentados através do discurso.

A abordagem genealógica, por outro lado, a quem se afilia o próprio Bartelson, procura explorar as origens históricas dos conceitos e categorias que são empregados para se pensar e se falar no Estado e na identidade estatal. Bartelson identifica duas versões principais da abordagem genealógica. Na primeira delas, a grande preocupação é o conceito de soberania, como ele surgiu e como se tornou constitutivo ao campo das RI — dessa forma, a soberania pode ser entendida como apenas uma das respostas possíveis ao dilema de criação de comunidades políticas e legitimação de autoridade. Já na segunda versão, o foco está em compreender como as práticas discursivas de demarcação estão em constante contato e transformação frente a diversos modos de conhecimento, que, dessa maneira, formatam diferentes modelos de comunidades políticas.

Isto posto, as características descritivas do Estado podem ser entendidas como resultado da interação entre os discursos filosóficos e políticos através da História. Não há nada de natural no Estado, em seus componentes e na sua existência continuada — mas é um modo de organização tão defendido e difundido via discurso, que fica difícil de enxergarmos alternativas a ele. Já existem algumas correntes que estão se propondo a questionar a identidade estatal e sua centralidade para as teorias de Relações Internacionais, e por isso é importante mencioná-las

aqui, como indicação que esta dissertação é apenas parte de um esforço maior que já atravessa toda a disciplina.

Por fim, Bartelson postula que a questão da identidade estatal é nada mais nada menos que uma ficção produzida pelas teorias e pelos discursos, um conceito profundamente contraditório em que as suas condições de possibilidade são vinculadas a seus perfeitos opostos. Dito isto, existe sim espaço para pensarmos em comunidades políticas dentro das Relações Internacionais para além dos Estados.

### 2.3.2

#### **Uma questão de comunidade**

Linklater (1990) chama atenção para o fato de que, ao considerarmos questões sobre comunidades políticas nas RI, devemos levar em consideração questões de três naturezas distintas: questões filosóficas, sociológicas e de prática. De acordo com Linklater, as questões filosóficas preocupam-se com a racionalidade por detrás da inclusão de cidadãos e da exclusão de não-cidadãos da comunidade por parte do Estado. Já as indagações sociológicas questionam se os princípios dominantes de inclusão e exclusão que operam no sistema internacional de Estados estão mudando. Por último, as questões de prática estão preocupadas com a forma pela qual a política externa vai lidar com esses princípios, talvez impedindo mudanças mais profundas.

Central para a ideia de comunidade de Linklater é a existência de uma ética que descreve determinada comunidade, um guia de valores compartilhado por seus membros e que orientam seu comportamento, como se relacionam entre si e com os outros. De acordo com o pensamento político clássico, um dos impedimentos para o surgimento de uma comunidade global, portanto, uma comunidade que esteja além dos Estados, é a ausência de uma ética em comum para toda a humanidade. A questão passa a ser, então, entender como as respectivas éticas que constituem as diferentes comunidades traçam os limites entre uma e outra num mundo que está cada vez mais interconectado e interdependente.

Linklater ressalta que, durante a história do pensamento político, questões de identificação com certas comunidades políticas são divididas por dois impulsos

diferentes: as obrigações morais dos indivíduos para com a Humanidade como um todo, e a tendência dos seres humanos a se fecharem em suas comunidades próprias. Os Estados buscam o monopólio da identificação política dos seus cidadãos, procurando mitigar outras solidariedades, seja no nível sub ou transnacional. Afinal de contas, os Estados precisam justificar sua própria existência, e é convencendo seus cidadãos que a identificação política só pode acontecer no nível estatal que conseguem tecer essa justificativa.

O problema, para Linklater, é que o monopólio da identificação política dos cidadãos para com os Estados os quais eles pertencem não é absoluto — e, talvez, não devesse ser. Ele se baseia em um argumento com o qual já estamos familiarizados: que existem questões e problemas que atravessam a Humanidade como um todo e que exigem articulações políticas que não são apropriadamente contidas ou representadas pelos Estados. Dessa maneira, Linklater (1990) argumenta que devemos desenvolver “novos modelos de teoria política que consideram a obrigação entre o indivíduo e a Humanidade, ao mesmo tempo que consideram as reflexões filosóficas tradicionais sobre as obrigações que conectam cidadãos aos Estados” (p. 151)<sup>20</sup>. Esse desenvolvimento é importante porque entendimentos tradicionais sobre o papel e relevância do Estado-nação já não têm sido o suficiente para explicar e conter a vida política da contemporaneidade.

Walker (2016), por sua vez, ressalta que o problema das Relações Internacionais — mais precisamente, o problema do internacional moderno —, o motivo pelo qual a disciplina parece engessada em diversas instâncias, é uma questão de escala. Quando pensamos em fronteiras políticas, diz Walker, argumentos mais tradicionais dizem que é apenas dentro do Estado territorial que podemos exercer verdadeira vida política. Ao mesmo tempo, é necessário que reconheçamos que, frente aos fluxos de tecnologia, pessoas e valores, a relevância do Estado na vida das pessoas acaba sendo meramente trivial. Walker admite que existem identidades e categorias de cidadania que não surgem nem são identificadas com o Estado-nação moderno; e, embora esteja falando especificamente sobre a interface movimentos sociais/política internacional, suas colocações são produtivas

---

<sup>20</sup> No original: “it argues for new models of political theory that consider the obligation between the individual and humanity alongside traditional philosophical reflections upon the obligations that bind the citizens to the state.”

para estudarmos outros fenômenos transfronteiriços que não são facilmente captados pelas RI — como, é claro, o fenômeno dos *fandoms* como comunidades políticas.

Uma das questões levantadas por Walker faz referência à “sociedade civil global”, que atravessaria os limites impostos pelos Estados territoriais soberanos, existindo como alternativa e como forma de botar em cheque a relevância dos Estados. O conceito de sociedade civil global é amplamente utilizado por aqueles acadêmicos que estão interessados em discussões cosmopolitas dentro das Relações Internacionais. Todavia, para Walker, a sociedade civil global não é uma resposta adequada aos desafios impostos por um mundo que é cada vez mais articulado através de redes conectadas entre si.

O Estado é entendido como o problema, e a sociedade civil global é entendida como a solução. Mas o Estado não é o problema central; ele é a solução de um problema, o problema de fundar uma comunidade política e estabelecer algum tipo de autoridade legítima através do tempo e dentro de um espaço particular. É uma solução, indo além, que foi articulada contra as pretensões hierarquizadas e universalizantes de império e da Grande Cadeia do Ser. A noção de sociedade civil é uma modificação dessa solução, ao invés de uma alternativa. Simplesmente traduzir essa modificação para a arena global é, convenientemente, evitar a grande maioria das questões interessantes e difíceis sobre política contemporânea. (WALKER, 2016, p. 696)<sup>21</sup>

Baker e Bartelson (2009), por sua vez, concordam com Linklater ao colocarem que o conceito de comunidade, juntamente com as formas pelas quais esse conceito acaba por limitar a imaginação política, pode ser entendido como o sucesso absoluto de processos de nacionalização, coincidindo com as fronteiras dos Estados territoriais. Dois dos problemas centrais das teorizações tradicionais acerca de comunidades políticas estão relacionados com características usadas para descrever o Estado-nação: sua contenção territorial e a homogeneidade sociocultural (p. 2).

---

<sup>21</sup> No original: “The state is read as the problem and global civil society is read out as the solution. But the state is not the central problem; it is itself a solution to a problem, that of founding a political community and establishing some kind of legitimate authority over time and within a particular space. It is a solution, moreover, that was articulated against the universalizing and hierarchical claims of empire and the Great Chain of Being. The notion of civil society is a modification of, nor an alternative to that solution. To simply translate that modification into a global arena is to conveniently evade most of the hard and interesting questions about contemporary politics.”

Os autores identificam que parte da dificuldade existente em superar os limites atuais no entendimento das RI sobre comunidades políticas é questão de restrição do imaginário político, causado pela ubiquidade do Estado-nação como maneira de organizar a vida comunitária na contemporaneidade. O Estado-nação é relativamente recente — o ponto de partida comum é o século XVII —, resultado de um processo histórico particular à Europa e exportado para o resto do mundo. Certamente não é a única forma de pensarmos formas de organização social que possuem impacto político; isso não quer dizer, é claro, que o Estado está morto ou superado, mas sim que existem outras comunidades que não são descritas nem circunscritas por ele que também são relevantes.

A conclusão de Baker e Bartelson, e a motivação por detrás do volume que organizam, é de que sim, comunidades políticas são transformadas — isso acontece historicamente —, e é preciso prestar atenção nessas modificações e transformações que estão acontecendo na contemporaneidade. Novas formas de comunidades políticas sinalizam mudanças significativas na política internacional, e é por isso que devemos investigar como essas transformações têm ocorrido.

### 2.3.3

#### **Uma questão de territorialidade**

Como ressaltado anteriormente, um dos elementos que as RI classificam como primordiais para caracterizar um Estado está a sua contenção em um espaço específico; todos os Estados, portanto, possuem um território definido. Isso é, a leitora vai se lembrar, uma das categorias que Bartelson (1998) discute em sua obra e que levantei algumas páginas atrás. O Estado é indivisível e numericamente distinto de outros Estados; não pode, portanto, compartilhar nem território nem autoridade com outros. Os limites territoriais de um Estado são frequentemente objeto de disputa e contenda no âmbito das Relações Internacionais (é só pensarmos no caso de Israel e Palestina, ou da Caxemira), e, portanto, é um tema prevalente nos debates teóricos da disciplina.

Entretanto, cada vez mais os limites territoriais têm sido contestados e os fluxos transfronteiriços das mais diversas naturezas têm sido objeto de estudo das RI. É por isso que Agnew (1994) determina que é imprescindível que as Relações



Internacionais superem o que ele chama de “armadilha territorial”, modificando os entendimentos geográficos que limitam o escopo dos estudos da disciplina e que nem sempre refletem os limites territoriais do Estado-nação.

Para Agnew, certos fatores interagiram para forjar a centralidade da territorialidade como característica intrínseca ao Estado nas teorias de RI. O primeiro é a preferência por padrões de pensamento marcados pela lógica do sistema fechado, característica de uma abordagem positivista, e que influenciou as teorizações de grandes acadêmicos de RI, como Waltz e Keohane. Em segundo lugar, tem-se a fusão entre o Estado e a nação, de forma que o Estado territorial é legitimado como unidade política representativa da nação correspondente. O terceiro fator está relacionado com a distinção feita entre os âmbitos internacional e doméstico, em que deve haver algum grau de homogeneização do conceito de Estado para que um Estado individual possa ser comparado e se relacionar com outros.

Agnew avança, demonstrando que existem diversos motivos pelos quais se privilegiou uma definição territorial do Estado. O primeiro tem a ver com a conexão entre território e soberania; os territórios foram reificados como os espaços nos quais a soberania atua. Em segundo lugar, a distinção feita entre nacional e internacional serviu para obscurecer diferentes processos operando em outras escalas. Por último, o Estado territorial é encarado como existindo anteriormente e como abrangendo a sociedade como um todo; dessa forma, “a sociedade torna-se um fenômeno nacional”<sup>22</sup> (p. 59).

A polaridade entre doméstico e estrangeiro, entre nacional e internacional, é especialmente importante para este trabalho. Frente o estabelecimento dessa dicotomia, em que o Estado territorial é visto como um indivíduo único e coeso, num ambiente de anarquia internacional, fica extremamente difícil compreender o Estado como dependente das interações entre o local e o global para seu estabelecimento e continuidade. Compreender o Estado como uma entidade monolítica ao invés de maleável e complexa, argumenta Agnew, limita o alcance das teorizações *mainstream* das RI.

---

<sup>22</sup> No original: “society becomes a national phenomenon”.

Outro problema de grande relevância para a discussão que avançarei nos próximos capítulos, é a ideia de que o Estado abarca e circunscreve completamente a sociedade que nele reside. Agnew chama atenção para o fato de que mesmo nosso conceito de sociedade está delimitado pelo Estado, uma vez que entende-se que a sociedade é a ordem social dentro de um Estado. Todavia, não podemos perder de vista que o Estado, como forma de organizar a vida sócio-política, é uma entidade contingente, histórica e geograficamente falando.

A armadilha territorial, portanto, está presente desde a própria concepção do Estado, sendo circular e se retroalimentando. A indivisibilidade da soberania que pressupõe um território delimitado que pressupõe que uma sociedade ocupe aquele território, e por aí vai — as teorias *mainstream* de RI caem nesse precipício sem nem se darem conta de que o fazem.

Todavia, o Estado territorial não é mais o único objeto de estudo das RI. A disciplina tem se voltado cada vez mais frequentemente para atores não-estatais, num mundo em que as fronteiras entre os Estados têm se tornado cada vez mais fluidas e permeáveis aos mais diversos fluxos econômicos e culturais. A identidade política não está mais ligada ao Estado — ou, pelo menos, ligada única e exclusivamente ao Estado. Existem diversas outras forças atuando sobre os indivíduos que disputam suas lealdades com o Estado, como religiões e etnicidades — gostaria de propor que alianças a diferentes objetos de fãs e aos *fandoms* podem ser mais uma dessas fontes de difusão de identidades políticas.

Podemos culpar a intensificação da globalização por isso, de acordo com Agnew (1994): “(...) a globalização proporcionou o contexto para fragmentação. Sem a primeira, reduzindo expectativas de e afrouxando os laços com o Estado, a segunda, perturbação e reformulação identidades, não ocorreria”<sup>23</sup> (p. 75). Portanto, para Agnew, não devemos entender que a vida política, social e econômica está contida dentro dos limites territoriais do Estado; embora seja difícil prever como essas mudanças se cristalizarão em diferentes práticas, mudando até mesmo a composição dos Estados, temos que assumir que essas mudanças são possíveis.

---

<sup>23</sup> No original: “(...) globalization has provided the context for fragmentation. Without the first, reducing expectations of and loosening ties to the state, the second, disturbing and reformulating identities, could not occur.”

### 2.3.4

#### Uma questão de nacionalidade

Na subseção anterior, discutimos como pressuposições territoriais marcam profundamente as teorias de RI no que tange a questão do Estado. Agnew (1994) ressaltou que uma das consequências dessa articulação é a fusão entre Estado e nação — e essa fusão, portanto, será o objeto de discussão desta subseção. Me apoio principalmente no trabalho de Mandelbaum (2020), cujo objetivo é criticar essa relação de congruência entre Estado e nação, que ele chama de “nacionalismo metodológico”.

De acordo com Mandelbaum, a congruência nação/Estado (no original, “*nation/state congruency*”, assim mesmo, com a barra<sup>24</sup>) é uma relação produzida através do discurso, conectando população, autoridade e espaço, numa tentativa de estabilizar esses conceitos e fixar seus significados. O objetivo de seu trabalho é, então, desmontar os valores e significados que permitiram que se construísse o ideal da homogeneidade nacional, tornando-a natural e racional. Mandelbaum faz isso através de aparatos discursivos e afetivos, para investigar como o ideal da congruência surgiu, se estabilizou e se mantém nas teorias de RI e nas teorias políticas no geral.

O ponto de partida crucial para Mandelbaum é a psicanálise lacaniana, especialmente a ideia da falta, já que esse conceito compreende que a estabilidade de identidades é impossível de ser alcançada, em concordância com a teorização de Laclau e Mouffe, de quem falamos anteriormente. A vida política é constituída de tentativas constantes de preencher esse vazio, de estabilizar essas identidades, e a produção do discurso de congruência nação/Estado é resultado dessa busca por estabilidade. Essa congruência tem que ser constantemente reimaginada, invocada inúmeras vezes para dar sentido à vida política.

Ainda assim, conforme Mandelbaum destaca (p. 5), embora a congruência nação/Estado seja constantemente reproduzida, ela também constantemente falha em produzir um sujeito nacional estável — e por isso mesmo tem que ser

---

<sup>24</sup> Mandelbaum explica a opção pela grafia nação/Estado ao falar um pouco mais sobre seu método genealógico. Segundo o autor, esta escolha está baseada na tentativa de não dar a nenhum dos dois termos uma natureza hegemônica (p. 6).

constantemente revisitada. Muito importante para Mandelbaum é compreender a força dessa congruência; entender os motivos que justificam que esse discurso seja tão prevalente e não problematizado nas RI. Para isso, é necessário encarar a dimensão afetiva do poder do nacionalismo para as teorias de RI.

Mandelbaum se coloca em diálogo e oposição com outros teóricos das RI que encaram a congruência entre Estado e nação por diferentes lógicas. Como já ressaltai anteriormente, podemos encarar a congruência entre nação e Estado por um entendimento territorial, em que as duas entidades são fundidas em razão de existirem num espaço claramente demarcado. Todavia, se nos lembrarmos das discussões suscitadas por Bartelson (1998), que Mandelbaum também cita, a congruência nação/Estado pode ser entendida em função da soberania estatal e da indivisibilidade que ela pressupõe. Mandelbaum (2020), por outro lado, volta-se para “a relação produzida através de afetos e discursos entre o Estado e a nação, numa tentativa de melhor compreender como e por que o ideal de congruência tornou-se dominante no pensamento e práticas políticas modernas, e como a falta [dessa congruência] tem sido problematizada”<sup>25</sup> (p. 12).

O ideal de que um Estado, para existir funcionalmente, deve possuir determinado grau de união nacional é extremamente difundido pela literatura de RI, inclusive em estudos sobre construção de paz em locais que recentemente passaram por conflitos (p. 205-208). Não é à toa que uma das principais estratégias de construção de paz se chama *statebuilding*; ou seja, a ideia de que apenas determinada forma de se organizar a vida social e política (o Estado) é capaz de garantir a paz e segurança de seus cidadãos. Estados que não seguem a congruência nação/Estado são vistos como inseguros e perigosos, que devem ser consertados a fim de se acomodarem ao padrão do Sistema Internacional e possam se tornar membros plenos, capazes de interagirem em pé de igualdade com outros Estados.

Mandelbaum aproveita para chamar atenção para abordagens multiculturais, em que a coesão nacional não parece ter tanta relevância assim — para ele, entretanto, essas correntes de pensamento ainda produzem a união entre Estado e nação, através de intervenções em diversidade cultural e investimento no Estado.

---

<sup>25</sup> No original: “the discursively and affectively produced relationship between the state and the nation in an attempt to understand better how and why the ideal of congruency came to be dominant in modern political thought and practice and how the lack thereof has been problematised.”

Os proponentes do multiculturalismo continuam acreditando que é possível atingir determinado nível de homogeneização da sociedade, e que essa homogeneização é essencial para fortalecer o relacionamento entre Estado e sociedade. Dessa maneira, o nacionalismo ainda tem papel central para os modelos multiculturais, e a congruência nação/Estado continua sendo um princípio primordial.

O objetivo das abordagens multiculturais é criar um senso de pertencimento cívico ao Estado, em detrimento de um senso de pertencimento étnico. Ainda que as abordagens multiculturais entendam que há um perigo latente em se apoiar em nacionalismos étnicos para garantir a continuidade do Estado e a segurança da sociedade, não avançam o suficiente. Essas abordagens apenas reinventam o modo de pertencimento ao Estado-nação, demonstrando como a congruência nação/Estado é prevalente e distribuída, até naqueles que pretendem criticá-la.

Portanto, como Mandelbaum demonstra, a igualdade entre Estado e nação não é um fato natural da vida política. O que explica sua prevalência é a incapacidade de fixarmos as identidades às quais aspiramos. O Estado precisa que haja uma identificação de sua população com ele para que continue sendo entendido como legítimo — o nacionalismo, portanto, representa esse investimento afetivo dos cidadãos no Estado. Contudo, concordo com Linklater (1990) quando ele afirma que a identificação política dos cidadãos para com os Estados aos quais eles pertencem não é absoluta; dessa maneira, acredito ser possível argumentar que *fandoms* capturam também a identificação política de seus membros, atraindo investimento emocional através do objeto de fã ao redor do qual a comunidade está construída, e por isso é produtivo pensar em *fandoms* como comunidades políticas.

## 2.4

### Conclusão

Nesse capítulo, me debrucei principalmente sobre a literatura que trata de comunidades políticas dentro da teoria política e das Relações Internacionais, evidenciando os principais entendimentos tradicionais que orientam o pensamento de teóricos bastante influentes em ambos os campos. Indo além, abordei caminhos alternativos e outras teorizações que entendem formação de coletividade de forma mais fluida e lateral, e também como o Estado-nação não deve ser tomado como

dado e como ele provavelmente não é mais apropriado para conter a vida política por conta dos mais diversos desenvolvimentos contemporâneos.

Como veremos mais adiante e como muito bem coloca Jayne Rodgers (2003), quando os pressupostos teóricos não servem mais para explicar a realidade de maneira satisfatória, precisamos revê-los e revisitá-los. O aprofundamento dos processos de globalização modificou radicalmente as formas pelas quais as pessoas vivem em sociedade, jogando para segundo plano as lealdades devidas ao Estado-nação e que eram tomadas como dadas. O crescimento em importância da internet para a vida das pessoas que possuem acesso a ela tem um impacto significativo nas formas de organização da vida política social e econômica; em primeiro lugar porque a comunidade com a qual você se identifica não precisa existir no mesmo lugar que você, e em segundo lugar porque a comunidade com a qual você se identifica, que concentra seu investimento emocional, não é mais, necessariamente, o Estado-nação.

Isto posto, e depois de ressaltar as características principais dos Estados, nos próximos capítulos demonstrarei como *fandoms* desafiam duas categorias importantes usadas para pensar comunidades políticas nas RI: a territorialidade e o nacionalismo. A territorialidade é desafiada porque *fandoms* se localizam primariamente na internet, onde fronteiras não impedem os fluxos de informação nem de contato com diferentes objetos de fãs e de fãs entre si; a nacionalidade é questionada porque o apego que orienta a ação política dos fãs não é direcionado à nação, mas sim ao objeto de fã e à própria comunidade.

## Desafiando territorialidade a partir do ciberespaço

### 3.1

#### Introdução

Neste capítulo, pretendo investigar como *fandoms* desafiam um dos aspectos que a literatura de RI considera como intrínsecos às comunidades políticas (e, portanto, ao Estado-nação): a territorialidade. A ideia de território é bastante presente na teoria política quando se trata das discussões sobre constituição e descrição dos Estados; ter um território definido onde se é possível exercer os poderes político, econômico, militar é um dos requisitos para que uma comunidade política seja considerada um Estado. No capítulo anterior, demonstrei como a categoria território é ainda prevalente nas teorias de RI e como é utilizada para se pensar e imaginar comunidades políticas — elas têm que ser territorialmente contidas, estarem circunscritas em linhas espaciais.

Agnew (1994) afirma que as teorias de Relações Internacionais, por entenderem a territorialidade como central para as descrições de comunidades políticas, estão presas numa armadilha territorial. É uma armadilha porque limita o escopo das teorias, impedindo que as teorias possam enxergar e analisar outras formas de comunidades que não estão contidas em um território e que não podem ser descritas em termos geográficos. Dessa forma, as Relações Internacionais têm entendido o Estado-nação territorial como única configuração possível de comunidade política. O questionamento suscitado por Agnew vem em resposta aos fluxos transfronteiriços que, muito embora sempre tenham ocorrido através da História, têm sido intensificados a partir do século XX, especialmente com o surgimento das tecnologias de informação e de sua popularização.

Minha abordagem, portanto, está centrada no ciberespaço e em como a internet é objeto de estudo importante para as Relações Internacionais — não exatamente *apesar* de desafiar contenções territoriais, mas *porque* é um espaço que é transfronteiriço por natureza. Meu ponto de entrada nessa discussão é, como a leitora já deve suspeitar, as comunidades de fã on-line, visto que essas comunidades,

cada vez mais frequentemente, se articulam e se mantêm através da internet<sup>26</sup>.

Pierre Lévy (2018) concebeu o ciberespaço como um contínuo sem fronteiras, e utilizo o seu trabalho e o de Jayne Rodgers (2003), John Agnew (1994) e outros para discutir como as Relações Internacionais podem trabalhar o ciberespaço como lugar de emergência de novas comunidades políticas, tendo os *fandoms* como exemplo ilustrativo. Neste capítulo, aprofundarei as discussões feitas nas RI sobre territorialidade e fronteiras na seção seguinte a esta introdução. Logo depois, discutirei especificamente o ciberespaço, como ele já é estudado pela disciplina e diferentes abordagens existentes acerca da internet. Também examinarei a importância da internet para as comunidades de fãs, especificamente, e em seguida tratarei como, especificamente, essas discussões contribuem para as Relações Internacionais. Na conclusão, retomarei meus pontos principais e introduzirei brevemente o capítulo seguinte a este.

### 3.2

#### Territorialidade e alternativas

Por conta da centralidade do Estado-nação para as Relações Internacionais, como discuti mais cedo, o papel do território para a disciplina é incrivelmente importante — a leitora talvez se lembre da discussão suscitada por Bartelson (1998) no capítulo anterior, em que uma das características primordiais que descrevem o Estado como categoria é a sua indivisibilidade. Se o Estado é indivisível, ele precisa existir no espaço; e, dado que a continuidade é também uma das características do Estado, essa existência física deve ser continuada no tempo.

A territorialidade, portanto, é um pressuposto nas teorias *mainstream* de Relações Internacionais. Durante o nascimento e estabelecimento da disciplina como um campo de estudos, as pressuposições territoriais que orientam grande

---

<sup>26</sup> Reconheço, obviamente, que *fandoms* existem desde antes do surgimento da internet. Jenkins (2015) realiza etnografias do *media fandom* nos anos 1980 e início dos anos 1990, ocasião em que as conferências de fãs e encontros presenciais eram de extrema importância para os fãs. Entretanto, como ressaltam Fraade-Blamar e Glazer (2017), a popularização da internet transformou o acesso das pessoas a objetos de fãs e também a demais fãs. No trabalho de Jenkins, fóruns de discussão on-line já existiam, mas não eram tão populares e intrínsecos às comunidades de fãs como são já no século XXI; os *fandoms* do século XXI têm expressão massiva na internet, e existem na internet amplia a possibilidade de participação de fãs e chega a transformar até mesmo as práticas de fãs.



parte de suas teorizações não foram questionadas, mas isso tem mudado desde os anos 1990. Territorialidade, como bem coloca Agnew (1994), só faz sentido dentro de uma ordem geopolítica de determinados períodos históricos; com o mundo aprofundando e acelerando o processo de globalização, em que fronteiras geográficas são transformadas em seu desenho e importância, também se torna necessário repensar territorialidade.

O próprio Agnew admite que o foco exacerbado das teorias na questão territorial acabou por igualar identidade política com território, fazendo com que a disciplina não consiga nem sequer enxergar novas formas de identificação política. Comunidades políticas que não são territorialmente homogêneas, portanto, são preteridas por estudos nas Relações Internacionais, uma vez que a disciplina é tão marcadamente guiada pelo Estado-nação. Encaro isso como um problema sério, e é esse problema particular que orienta meu esforço com esse capítulo.

As teorias de RI tradicionais entendem que territorialidade é uma das características *sine qua non* das comunidades políticas, e que identificação política só pode ocorrer se a entidade política estiver territorialmente contida. Discordo dessa colocação, especialmente por conta da popularização da internet e das redes sociais, dispersas e descentralizadas, que ainda assim formam comunidades políticas em seu entremeio e permitem que elas continuem existindo.

A partir do reconhecimento de que as teorias de RI são vítimas frequentes da “armadilha territorial” tal qual postula Agnew, temos diversas outras abordagens que procuram avançar novos entendimentos acerca de comunidades políticas. Visto que presenciamos mais profundamente a aceleração de processos de globalização e que fenômenos transfronteiriços têm se tornado cada vez mais comuns, Mezzadra e Neilson (2013) veem uma proliferação de fronteiras na descrição da vida social, política e econômica.

Para os autores, as fronteiras são “instituições sociais complexas, marcadas por tensões entre práticas de reforço e travessia de fronteiras” (p. 3). É nas fronteiras que as dinâmicas de tempo e espaço do capitalismo global são produzidas e reproduzidas; portanto, são espaços de constante disputa. Mezzadra e Neilson, portanto, trabalham com as fronteiras como um ponto de vista epistemológico, considerando que levá-las a sério como mais do que um objeto de estudo pode

enriquecer grandemente estudos preocupados com os fenômenos decorrentes do aprofundamento da globalização e derivados.

Portanto, entender fronteiras como método, como proposto pelos autores, é uma alternativa interessante para questionarmos as pressuposições territorializantes através das quais a disciplina das RI foi estabelecida e ainda reproduz. Tendo isso em mente, podemos suscitar questões sobre comunidades políticas que não estão ancoradas apenas na existência continuada num território, mas podemos pensar em *outros* tipos de fronteiras que delimitam comunidades políticas, como idioma, vocabulário, identificação com diferentes objetos de fã etc. Tomando *fandoms* como exemplo, em especial *fandoms* globais, cujos membros estão espalhados pelo planeta e interagem através da internet, podemos enumerar algumas fronteiras à participação, a começar pela língua: os fãs globais se comunicam em inglês, considerada uma espécie de língua franca. É até comum interagir em inglês com um fã desconhecido nas redes e depois descobrir que a pessoa é do mesmo país que você; mas a comunicação se dá majoritariamente em inglês.

Uma das outras alternativas que surgiram dentro das Relações Internacionais para questionar o foco exacerbado da disciplina em territorialidade é a Sociologia Política Internacional. Huysmans e Nogueira (2020), por exemplo, se propõem a discutir como realizar análises estruturais sem se perder em descrições totalizantes, argumentando que a Sociologia Política Internacional (também conhecida pela abreviação SPI) é uma das possibilidades de crítica ao problema de escala enfrentado pela disciplina, e do qual fala Walker (2016), a quem mencionei mais cedo. A SPI permite que consigamos enxergar dinâmicas políticas em escala menor, levando em conta a vida cotidiana, as práticas locais, deslocando o foco tradicional das RI (do Estado-nação, a visão macro) para outros lugares de exercício político.

Huysmans e Nogueira fazem uso do conceito de fratura como modo de pensamento para a realização de análises estruturais ao mesmo tempo em que se evita fazer julgamentos normativos ou totalizantes sobre o que une o social fragmentado que existe no global. Os autores pretendem revisitar a relação que existe entre partes e todo na Sociologia Política Internacional; para realizar estudos estruturais dentro das RI, deve-se ter cuidado com generalizações e totalizações. A preocupação dos autores reside no fato de que eles consideram que o mundo está

vivendo uma era de pós-globalização e, portanto, de tremenda fragmentação. Um dos desafios dos teóricos dentro da SPI é justamente tentar estudar o mundo e as estruturas que o sustentam a partir da percepção de que fraturas atravessam as mais diversas camadas da vida social e política, exigindo que novas escalas sejam consideradas.

Isto posto, fica claro que este não é o primeiro trabalho (nem o último) que pretende tensionar a centralidade da territorialidade dentro das Relações Internacionais. Meu objetivo não é desvalorizar o Estado-nação e urgir que a disciplina o coloque de lado; afinal de contas, entendo que o Estado é uma forma de organizar a vida sócio-política e econômica ainda extremamente relevante, com os Estados sendo atores que ainda protagonizam grande parte da política internacional. Em realidade, creio que a disciplina tem muito a ganhar ao nos voltarmos para outras comunidades políticas, que não se encaixam na mesma escala dos Estados.

As teorias de RI já estão caminhando na direção de trabalharem as comunidades políticas para além da territorialidade. É de suma importância a introdução do ciberespaço como elemento responsável por essa transformação nas teorias, especialmente quando a internet se populariza e vira ela mesma um lugar de disputa política e de interesse estatal. O ciberespaço é transfronteiriço por excelência, facilitando que os fluxos de informação percorram o planeta, afetando agudamente as formas de organização da economia, mas também da sociedade e da política. Tomo o ciberespaço como ponto de entrada para a discussão que realizarei sobre *fandoms* como comunidades políticas diferentes do Estado-nação precisamente por esse fato e porque os *fandoms* têm expressão significativa na internet. Na seção seguinte, portanto, discutirei mais profundamente o ciberespaço, qual o lugar dele na disciplina de RI e nas discussões acerca de territorialidade levantadas pelas teorias de Relações Internacionais.

### 3.3

#### **Ciberespaço como reordenador de pressuposições territoriais sobre onde se exerce política**

O ciberespaço é, por sua natureza, um objeto de estudo incrivelmente intrigante para as Relações Internacionais. A internet surgiu como um empreendimento acadêmico-militar, cresceu ao ponto de conectar diferentes lugares do mundo sem ter que passar pela aprovação dos Estados, e levanta questões sobre a condução da guerra por meios virtuais e tendo como principal arma a informação — e a capacidade de privar o acesso à informação a determinados grupos. Por isso, não é de se espantar que estudos sobre o ciberespaço tenham chegado à disciplina de Relações Internacionais justamente pelo viés da segurança: se o ciberespaço é uma outra esfera em que os Estados devem disputar recursos e poder, e até mesmo procurar assegurar sua sobrevivência ali, é claro que as RI devem falar sobre ela.

A questão da guerra cibernética ainda é a mais popular nos estudos de ciberespaço produzidos pela disciplina. Como mapeiam Dunn Cavelty e Wenger (2020), os estudos de cibersegurança nas Relações Internacionais seguem três tendências principais: na primeira delas, os estudos estão focados em identificar e lidar com ameaças que surgem e se reproduzem no ciberespaço. A segunda tendência trata de procurar entender como as dinâmicas de ciberconflito se conectam às dinâmicas do cibermercado e como normas que tratam do ciberespaço surgem a partir da atuação de atores subnacionais, como agências de inteligência. Na terceira tendência, as políticas que versam sobre cibersegurança são entendidas pelo ponto de vista da teoria da securitização; ou seja, assuntos relativos à cibersegurança são entendidos como importantes para a sobrevivência dos Estados e, portanto, ganham primazia frente a outros tópicos.

Grande parte do campo das RI encara o ciberespaço como um objeto da área da segurança, focando novamente no papel do Estado-nação como o ator que conduz a política internacional e a quem interessa que estudemos o ciberespaço: para que o Estado possa garantir sua sobrevivência, para que guerras cibernéticas sejam evitadas, para que os Estados ainda possam ter algum controle sobre os fluxos financeiros que atravessam as fronteiras estatais por conta da internet. Embora alguns aspectos decorrentes da criação e continuidade do ciberespaço estejam

diretamente relacionados aos Estados — um exemplo ilustrativo é a tentativa constante de regulamentação do ciberespaço para a defesa de propriedade intelectual, como trata Silveira (2012) —, circunscrever a análise do ciberespaço nas RI a apenas instâncias em que identificamos a atuação estatal limita muito as possibilidades de estudo da disciplina. Especialmente se, tendo em mente as discussões realizadas anteriormente, olhar para o ciberespaço permite ao analista questionar as fronteiras das RI e identificar outras expressões da vida política.

Inclusive, é também por conta da relevância e ubiquidade do ciberespaço que surgem diversos trabalhos questionando a territorialidade como característica indispensável à constituição das comunidades políticas — o objetivo deste capítulo. Trabalhos sobre cosmopolitismo, como é o caso de Held (2003), por exemplo, são motivados pelo avanço da globalização promovido pelo advento e propagação das tecnologias de comunicação. Particularmente útil para essa dissertação é a contribuição de Rodgers (2003), que trata de ativismo on-line como uma nova forma de compreendermos espaço e território nas Relações Internacionais.

Rodgers considera, e nesta instância concordo com ela, que as pressuposições iniciais que orientam as teorias tradicionais de RI simplesmente não são mais apropriadas para descrever o mundo como ele é e como conhecemos. Segundo a autora:

Embora o estudo da política internacional tenha feito importantes avanços em anos recentes com o estudo da globalização, atividade transnacional, sociedade civil e demais tópicos, ainda permanece a sustentação de um mapa de poder, em particular poder estatal, o qual nenhum dos debates sobre as práticas políticas citadas anteriormente, abaixo e além do Estado, conseguiram erradicar.<sup>27</sup> (p. 9)

Por isso, Rodgers advoga por uma transformação nos entendimentos espaciais que sustentam as teorizações de Relações Internacionais. Assumir que os espaços políticos estão contidos única e exclusivamente nos Estados é prejudicial a entendimentos mais fluídos sobre política por dois grandes motivos. Em primeiro lugar, e espero que isso já esteja claro frente a tudo que expus até aqui, essa prática reifica os Estados e os fixa como a única categoria possível em qualquer análise de

---

<sup>27</sup> No original: “Although the study of international politics has made important advances in recent years with the study of globalization, transnational activity, civil society and so on, there remains the underpinning of a map of power, and in particular of state power, which none of the debates on political practices above, below and beyond the state have been able to eradicate.”

política internacional. Em segundo lugar, por conta da primazia do Estado, todas as práticas políticas são entendidas em relação a ele: como os afetam, ou como são afetadas pelos Estados — dessa forma, práticas políticas que não tenham uma conexão direta com os Estados são marginalizadas e deixadas de lado.

No entanto, é cada vez mais frequente a identificação de práticas políticas que não têm origem e nem conseguem ser contidas pelos Estados. O entendimento cotidiano de política, diz Rodgers, a forma pelas quais as pessoas pensam em política, frequentemente não está formatada pelos limites delineados pelas RI. Ela identifica o mesmo problema que Baker e Bartelson (2009) e Walker (2016): estudos sobre o cosmopolitismo e o potencial da globalização certamente enfrentam determinados problemas sobre a centralidade da territorialidade nas teorias de RI, mas ainda se apoiam demasiadamente no papel do Estado.

As tecnologias de comunicação e informação possuem efeitos profundos nas esferas econômicas, sociais e políticas, de forma que é até mesmo difícil quantificar esse impacto. Tal qual a prensa de tipos móveis de Gutenberg transformou profundamente o contexto em que surgiu, as tecnologias de informação e comunicação possuíram também impactos grandiosos. Houve transformações em formas de organização da vida cotidiana e da vida política levadas a cabo por conta da introdução dessas formas de tecnologia, e com a popularização do acesso a elas, se torna cada vez mais importante estudá-las mais profundamente.

Rodgers acredita que o acesso às tecnologias de comunicação e informação é fator muito importante para a realização de atividades políticas e sociais, garantindo acessos diferenciados à vida política. A internet internacionaliza fenômenos que, antes de sua popularização, provavelmente ficariam contidos em suas localidades, mas a internet também possibilita transformações na organização da vida política e é uma ferramenta bastante utilizada para articulações políticas.

Um dos pontos centrais da análise de Rodgers, que é ecoado por Lévy e que é de grande importância para este trabalho, é o fato de que a internet não é apenas uma miríade de novas tecnologias que impõem novos limites às ações políticas, mas a internet é ela mesma um desenvolvimento social que não pode ser deixado de lado nas análises. Portanto, pensar a internet e o ciberespaço através de um ponto de vista estritamente técnico, sem levar em consideração as transformações sociais

que eles causam e as transformações técnicas causadas pelo uso social é ingênuo e não muito produtivo.

O ciberespaço é aquilo que os usuários fazem dele; isso fica claro pelo seu nascimento como um empreendimento acadêmico-militar e seu uso atual como ferramenta de busca de receitas, geolocalização de *shopping centers*, troca de mensagens sobre o último lançamento do seu artista musical preferido e até mesmo formas de manifestação de demandas políticas. Usuários da internet se veem diante de novas formas de transmitir e receber informações, e isso afeta seu relacionamento com a política: é mais fácil entrar em contato com os representantes eleitos, por exemplo, dado que muitos deles possuem perfis oficiais em redes sociais. Mas também é mais fácil encontrar pessoas que compartilham interesses e demandas para a organização de eventos políticos e demais formas de veiculação de demandas.

A política, portanto, não está mais centrada no aparelho estatal e nem é mais contida por seus limites geográficos. O próprio Pierre Lévy (2018) afirma que o ciberespaço é desterritorializante por natureza, por ser uma rede que se estende por todo o planeta, conectando pessoas nos mais diferentes pontos do globo. Para Lévy, “o ciberespaço visa, por meio de qualquer tipo de ligações físicas, *um tipo particular de relação entre as pessoas*.” (p. 126, *itálico no original*.) A cibercultura que é originada a partir da disseminação e uso do ciberespaço, é fruto de um movimento social, diz Lévy, levado adiante pela interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva.

A tendência à interconexão que existe no ciberespaço é autoexplicativa; o ciberespaço surge como desenvolvimento de novas técnicas de comunicação, então faz sentido que ele opere conectando diferentes pessoas, em diferentes lugares do mundo físico. Para Lévy, “a interconexão constitui a humanidade em um contínuo sem fronteiras, cava um meio informacional oceânico, mergulha os seres e as coisas no mesmo banho de comunicação interativa.” (p. 129.) Como uma consequência lógica da interconexão, Lévy identifica a formação de comunidades virtuais, construídas a partir de interesses comuns, compartilhamento de conhecimentos etc., comunidades que se formam sem levar em consideração a proximidade geográfica.

Para Lévy, a criação de comunidades virtuais é simplesmente a manifestação de novas formas de criação de laços sociais e políticos que o ciberespaço torna possível. O ciberespaço introduz uma nova esfera de sociabilidade e do exercício da vida política, de forma que não é de se espantar que comunidades surjam, floresçam e se mantenham no meio virtual, chegando a ter impactos significativos na vida das pessoas. Importante, aqui, é que Lévy já chama a atenção para comunidades que são fundadas ao redor de interesses culturais, com processos abertos de colaboração — ele não fala em *fandoms* especificamente, mas conseguimos ver um paralelo claro.

O último dos princípios orientadores do ciberespaço, para Lévy, é a formação da inteligência coletiva, que seria a finalidade última do ciberespaço. A inteligência coletiva faz referência à confluência dos saberes que existem disponíveis no ciberespaço através das comunidades virtuais. Ela é a sinergia dos saberes e imaginações das pessoas que navegam no ciberespaço; é uma transformação na cognição humana levada à diante por conta das transformações introduzidas pelos dois princípios anteriores. De acordo com Lévy, “[a] extensão do ciberespaço transforma as restrições que haviam ditado à filosofia política, às ciências da administração, às tradições de organização em o leque habitual de suas soluções” (p. 13).

Portanto, as colocações de Lévy e de Rodgers colocam em xeque as pressuposições territoriais que sustentam as teorizações de RI sobre quais características descrevem as comunidades políticas. O ciberespaço, como demonstram os autores, não é contido em limites territoriais, muito embora existam conexões relevantes entre o espaço físico e o ciberespaço: afinal de contas, a sustentação da rede mundial de computadores se dá através de aparelhagens físicas que estão geograficamente localizadas. Rodgers em particular chama atenção para esse fato em seu trabalho, ao ressaltar que colocações que tratam o acesso à internet como universal e amplamente difundido ignoram as desiguais distribuições de tecnologia que são reais e atravessam todo o mundo, de países considerados ricos a países considerados pobres.

Esta é, inclusive, uma ressalva que creio que deve ser feita neste trabalho: reconheço claramente que discussões sobre *fandoms*, especialmente *fandoms* internacionalizados, têm recortes importantes a serem feitos em relação ao acesso



a comunicação em língua estrangeira (embora tradutores automáticos auxiliem os fãs nesse sentido), acesso à tecnologia que permite que os fãs se conectem à internet e acesso ao próprio objeto de fã. Este trabalho não se propõe a ser uma teorização extensiva e universal sobre como devemos pensar comunidades políticas nas Relações Internacionais; em realidade, meu objetivo é bem mais modesto: almejo apenas chamar atenção para alternativas que já se manifestam na vida cotidiana das pessoas e que geram discussões produtivas para pensarmos possibilidades de comunidades políticas para além do Estado-nação. Questões de imaginação de possibilidades outras são importantes para a política, e é isto que orienta esta dissertação.

Lévy (2018), me parece, é um aliado extremamente útil para o argumento que Huysmans e Nogueira (2020) avançam em seu artigo, quando alertam as leitoras para os perigos de práticas totalizantes em teorias. Lévy afirma que a essência da cibercultura é um universal sem totalidade — universal porque conecta a humanidade, e sem totalidade porque é terminantemente contra a identidade do sentido. Esta colocação é muito apropriada porque o ciberespaço questiona precisamente uma das ideias totalizantes das teorias *mainstream* de RI, de que o território geográfico é característica imprescindível das comunidades políticas.

Na seção seguinte, toco mais profundamente na questão dos *fandoms* online como comunidades políticas. Meu objetivo é discutir como os *fandoms* se articulam no ciberespaço, agindo politicamente mesmo não estando possuindo territorialidade definida.

### 3.4

#### ***Fandoms* e ciberespaço**

Muito embora *fandoms* não tenham nascido no ciberespaço, e práticas de fãs datam de, até mesmo, antes do século XX, essas comunidades afloraram e prosperaram na internet. Existem redes sociais que são reconhecidamente locais nos quais fãs vão para interagir com outros fãs e publicar conteúdo fã, como é o caso mais exemplar do Tumblr e também de algumas partes do Twitter e Reddit. As conferências presenciais de fãs não deixaram de existir, e elas ainda são uma parte importante das práticas de fãs; reunir os amigos e dedicar um final de semana ou

uma semana inteira aos interesses fã ainda é incrivelmente comum. O que muda é que não é mais apenas nas conferências de fãs ou em outros encontros regionais que fãs podem encontrar outros fãs e compartilhar seus interesses em comum.

Da mesma forma que uma andorinha só não faz verão, um fã isolado não faz um *fandom*. A cultura de fãs é uma cultura particularmente participativa e transformativa; o que caracteriza um fã é, em grande parte, seu contato com outros fãs para desenvolver as atividades de fã. Historicamente falando, essas atividades eram desenvolvidas por grupos que se encontravam fisicamente, mas que também desenvolviam suas práticas de fãs dentro dos limites das tecnologias de comunicação da época: *fanazines* eram xerocadas e distribuídas por correios, episódios de séries eram gravados em fitas VHS virgens para que os fãs pudessem assistir episódios perdidos etc.

Conforme os meios de comunicação se transformaram, o acesso que os fãs têm uns aos outros também mudou. A comunicação entre fãs não se dá mais apenas através de encontros presenciais, trocas de cartas e ligações telefônicas; as redes sociais permitem a conexão instantânea e mais extensiva entre as pessoas, e instrumentos de busca facilitam muito descobrir os lugares virtuais onde os fãs se reúnem e descobrir até mesmo obras de arte fãs, como *fanfictions* e *fanarts*.

Reuniões físicas de fãs são organizadas on-line, mas os fãs se utilizam das próprias funcionalidades das redes sociais para encontrarem outros fãs a fim de compartilharem seu apreço pelo objeto de fã. Através de hashtags, criações de subreddits, blogs de apreciação e canais do YouTube, os fãs têm inúmeros recursos para encontrarem outros fãs e não serem mais fãs solitários, inserindo-se nos *fandoms* e fazendo parte da comunidade em si.

Através das redes sociais é possível coordenar festivais de *fanfictions*, em que fãs escrevem histórias temáticas seguindo um calendário elaborado pelo próprio *fandom*; é comum entrar em contato com os artistas ou produtores responsáveis pelo objeto de fã; e também realizar respostas coordenadas a questões políticas que se manifestam na internet. Um caso exemplar é o que mencionei na introdução, dos fãs de k-pop tornando inutilizável o aplicativo de reconhecimento facial da polícia de Dallas que tinha como objetivo monitorar atividades

supostamente criminosas dos manifestantes do movimento #BlackLivesMatter (MORRIS, 2020).

Para fins dessa dissertação, é muito importante termos em mente os *fandoms* que têm atuação transnacional, reunidos através de objetos culturais internacionalizados, cujo alcance abrange quase todo o planeta. É o caso do k-pop, a música popular sul-coreana, mas também de outros objetos culturais extremamente populares, como *Harry Potter*, a franquia *Star Wars* e o universo derivado de *Avatar: A Lenda de Aang*. Essas comunidades nascem ao redor da conexão dos fãs com os objetos de fã, e com a internet se popularizando, os fãs não estão mais limitados aos fãs de seus entornos físicos. Fãs dos mais distintos fusos horários se unem para acompanhar lançamentos, para subir hashtags, para realizarem discussões acerca dos objetos de fã.

E esses objetos de fãs suscitam debates importantes que possuem claras implicações políticas para a vida cotidiana das pessoas — fãs discutem questões de colonialidade através da invasão da Nação do Fogo em *Avatar: A Lenda de Aang* e ascensão de governos totalitários ao assistirem a trilogia prólogo de *Star Wars*. É também através do contato com outros fãs, que possuem diferentes vivências justamente por morarem nos mais diversos lugares do mundo, que os fãs são sensibilizados para questões que às vezes não teriam contato em sua própria vida cotidiana.

Além de conectar fãs, a internet também é extremamente importante para apresentar novos objetos de fãs aos fãs, fazendo com que eles transitem de uma comunidade a outra, podendo levar mais membros consigo. Obviamente, um fã não precisa ser fã exclusivo de um único objeto cultural — em realidade, é muito raro que isso aconteça. Fãs são, frequentemente, fãs de diversos objetos de fã, marcando seus blogs pessoais e perfis em redes sociais dedicados a mais de um *fandom* como *multifandom*, gerando conteúdo para mais de um *fandom*, seja através da produção de *fanfictions*, *fanvids* ou só se engajar com os objetos de fã de outras formas.

As práticas de fãs são profundamente transformadas pelas possibilidades oferecidas pela interconexão do ciberespaço, seja pela maior facilidade em encontrar outros fãs e unirem-se numa comunidade, ou porque as funcionalidades da internet permitem que os fãs se engajem com o objeto de fã de formas diferentes.

O ciberespaço transforma os *fandoms* ao ponto de fornecer outras perspectivas de atuação dessas comunidades, que passam de atuar apenas em questões envolvendo o objeto de fã para atuar politicamente, no ciberespaço e fora dele.

Na próxima seção, examino exatamente o que isso significa para as teorias de Relações Internacionais e seus entendimentos tradicionais sobre o que são e como se constituem as comunidades políticas com relação às questões de território e territorialidade.

### 3.5

#### **Comunidades políticas articuladas no ciberespaço, sem territorialidade definida: uma nova visão sobre os *fandoms***

Ao levarmos a sério as colocações de Rodgers (2003), de que nossas teorizações sobre política são limitadas pela nossa capacidade de imaginarmos do que, exatamente, é feita a política, ficamos conscientes de que esses limites são impostos pelo contexto que nos constituem como sujeitos e conseguimos nos esforçar para transformá-los, especialmente quando percebemos que as definições anteriores já não servem tão bem. A introdução das tecnologias de informação modificou profundamente a maneira pelas quais as pessoas se relacionam — é possível ter contato com outras pessoas espalhadas pelo mundo, criando laços duradouros que possuem implicações acerca de como as pessoas vivem suas vidas. Além disso, as tecnologias de comunicação abriram as portas para novas modalidades de participação e entrada na vida política.

Tomemos como exemplo as recentes atuações dos *fandoms* de k-pop, especialmente as ARMY<sup>28</sup> (nome do *fandom* do *boygroup* BTS), tanto sua defesa dos manifestantes do movimento #BlackLivesMatter como outras iniciativas para fortalecer causas de justiça social. Bhandari (2020) faz um levantamento extenso da atuação das ARMY frente a campanhas de caridade e como se deu a mobilização on-line para arrecadarem para o movimento #BlackLivesMatter mais de um milhão

---

<sup>28</sup> É interessante notar que o nome do *fandom* do BTS seja ARMY, ou seja, “exército”, em português — embora também seja um acrônimo para Adorable Representative MC for Youth, de acordo com Dewet, Imenes e Pak (2019). Isso sugere não apenas algum nível de organização, ao fazer menção às forças armadas, mas também indica o apego emocional entre *fandom* e *boygroup*, dando a entender que os fãs são o exército do BTS e existem para defendê-los.

de dólares em pouco mais de um dia. Através do Twitter, mobilizados pelo perfil @OneInAnARMY, fãs conseguiram entrar em contato com celebridades e outras *fanbases* para espalhar a palavra da campanha e conseguirem doações.

As campanhas de ativismo dos ARMYs são mobilizadas a partir da conexão dos fãs com o seu objeto de fã: o grupo BTS tem atuado como parceiro da UNICEF para crianças e jovens em diversas campanhas, como contra o bullying (UNICEF BRASIL, 2019), e o próprio grupo doou um milhão de dólares à campanha Black Lives Matter (BENJAMIN, 2020), por exemplo. Essas atuações do grupo estimulam a participação dos fãs em campanhas de mesma natureza, por acreditarem que fazer isso é trazer orgulho para os ídolos e por acreditarem que fazer parte da ARMY envolve certos valores: ser contra o bullying, tomar atitudes antirracistas, quebrarem o silêncio ao redor dos discursos de saúde mental.

Importante para este capítulo é, mais precisamente, o fato de que os ARMYs e demais fãs de objetos culturais internacionais estão, por excelência, dispersos geograficamente e mesmo assim formam uma comunidade que possui atuação política significativa — mesmo que nem identifiquem diretamente suas intervenções como políticas. Esse é um fenômeno previamente observado por Jenkins e Shresthova (2016), ao estudarem casos de mudança social levados adiante por comunidades de fãs.

Muitas organizações de fãs hesitam em se identificarem como políticas, ou já de frente rejeitam o termo — a própria iniciativa One In An ARMY ressalta, em seu website, que não apoiam projetos políticos, pois não querem associar alguma “agenda política” ao grupo BTS (ONE IN AN ARMY STAFF, 2021). Ao mesmo tempo, essas organizações possuem atuações políticas significativas, como o próprio apoio ao Black Lives Matter ilustra perfeitamente; é apenas uma questão de como entendem o que é política.

Como Jenkins e Shresthova (2016) ressaltam, iniciativas políticas para os fãs geralmente são caracterizadas através de sua aproximação com partidos políticos ou com o governo, ou seja, entidades com algum nível de institucionalização; iniciativas antirracistas ou a favor de grupos LGBTQ+ que são descentralizadas e não conectadas a quaisquer instituições governamentais, por

exemplo, não são lidas como políticas e, portanto, são passíveis de atuação por parte dos fãs que não reivindicam o título de “ação política” para o que fazem.

Entretanto, como reconheço abertamente que a política não está concentrada em instituições e não é exercida apenas por governos de qualquer escala, identifico que sim, as ações dos *fandoms* que lutam por justiça racial, contra a violência policial, por um meio-ambiente saudável, sobre igualdade de direitos para pessoas LGBTQ+, entre outras causas, devem ser compreendidas como ações políticas. Se olharmos para esses tipos de ação a partir do ponto de vista proposto na introdução desta dissertação, apoiando-nos na teorização de Rancière (2009) sobre dissenso e a partilha do sensível como o campo de disputa política, no sentido de que elas partem de um momento de interrupção da partilha do sensível e de quem pode ou não fazer parte e exercer a vida política, fica claro que, embora não pareça à primeira vista, podemos entender sim essas ações como políticas.

Indo além, como Hinck (2019) demonstra, também existem grupos de fãs que vocalmente declaram seus propósitos políticos — é o caso da campanha *Wizards for Obama*, que Hinck trata em seu livro, na qual os fãs se apropriaram de imagens e discursos vinculados à saga *Harry Potter* como parte da campanha eleitoral de Barack Obama. Os fãs de *HP* que Hinck menciona também estabeleceram iniciativas para o registro de eleitores nos EUA e alguns outros se organizaram frente a eleição de Trump para servirem como rede de suporte dado o receio frente a possibilidade de retirada de direitos pelo governo Trump.

No caso dos ARMYs — e de outros *fandoms* de k-pop, porque não é possível afirmar que apenas a ARMY estava envolvida no caso da interrupção do funcionamento do aplicativo da polícia de Dallas —, é imprescindível notar como a internet e a conexão através das redes sociais permitiu que fãs se associassem ao ponto de resolverem se engajar em práticas que não estão direta ou necessariamente relacionadas à apreciação do objeto de fã. Como exposto por Bhandari (2020) e pela própria organização One In An ARMY, a movimentação do *fandom* para a atuação em campanhas de caridade começou com um tweet por parte de uma fã, perguntando se algum outro fã gostaria de contribuir para a campanha da UNICEF capitaneada pelos membros do BTS.

De forma similar, Jenkins e Shresthova (2016) tratam de um caso cujas implicações políticas são bem mais tangíveis. Um dos membros mais reconhecidos da Harry Potter Alliance, Julian Gomez, era um cidadão não-documentado dos Estados Unidos, e por isso não possuía nenhum dos documentos necessários para viagens de longas distâncias — dessa forma, ele não poderia comparecer à LeakyCon, a maior conferência de fãs de *HP* nos EUA. Compartilhando sua história com os fãs e outros membros da HPA, relatam Jenkins e Shresthova, Julian estimulou os demais fãs a discutir questões da política migratória dos EUA no YouTube e demais canais de interação de fãs.

Através de esforços comunitários, os fãs de *Harry Potter* conseguiram arrecadar recursos — monetários e não monetários — para levar Julian até a convenção. Mas, mais significativamente, a experiência de Julian como fã de *Harry Potter* e como um cidadão não-documentado levou o ativista de direitos de imigração Jose Antonio Vargas a também participar da convenção, tratando especificamente de questões de imigração para os fãs.

*Fandoms* possuem formas de se organizar no ciberespaço que são intrínsecas a natureza das próprias comunidades. *Fandoms* de k-pop, especialmente, são uma força potente nesse sentido. Através de *hashtags*, campanhas de tweets, programação de aplicativos e outras práticas, os fãs conseguem se mobilizar para engajar com seu objeto de fã: no caso do k-pop, especificamente, tem muito a ver com ouvir as músicas recém-lançadas para que elas atinjam determinado número de visualizações em certo período de tempo, para que o grupo seja bem colocado nos *charts* de música. Quando falamos de atuações políticas dessas comunidades, é relevante apontar que os fãs utilizam das mesmas técnicas que utilizariam para se engajar com o objeto de fã para agirem politicamente — mais uma vez, o caso do aplicativo de reconhecimento facial da polícia de Dallas é ilustrativo.

Fãs de k-pop são conhecidos por sequestrarem tweets virais e extremamente populares para divulgarem seus grupos preferidos através das *fancams*, os vídeos curtos e extremamente editados estrelando apresentações ou outras aparições dos *idols* preferidos — os vídeos pipocam nas respostas dos mais diversos tweets, que frequentemente não têm nada a ver com k-pop. Então, fãs utilizaram da mesma estratégia com o aplicativo da polícia de Dallas, subindo uma enxurrada de *fancams* no app, vídeos que novamente não tinham nada a ver com o assunto mas que, ao

contrário de estarem divulgando os grupos adorados, serviam para proteger a identidade dos manifestantes do #BlackLivesMatter. Esse tipo de ação política só faz sentido dentro do contexto proporcionado pelas redes sociais, e surgiu porque as práticas de fãs, que já existiam desde antes da invenção da internet, foram transformadas pela transposição dos *fandoms* para um ambiente on-line.

O ciberespaço sendo tão central para essas comunidades, que ainda possuem potencial para a mobilização política de seus membros ainda que estejam geograficamente dispersos, demonstra como é possível a existência de comunidades políticas que não são circunscritas por territórios determinados. Não é porque não estão contidos em barreiras territoriais que os *fandoms* de *Harry Potter*, do BTS e de outros grupos de k-pop não atuam politicamente. Formados por pessoas do mundo inteiro, que conseguem se comunicar entre si através das redes sociais e que se mantêm através desse contato continuado que a internet proporciona, *fandoms* são um exemplo útil para pensarmos em como a política está sendo transformada através das tecnologias da informação.

### 3.6

#### Conclusão

Neste capítulo, discuti como as pressuposições territoriais sobre comunidades políticas nas quais estão baseadas as teorias *mainstream* de RI limitam o escopo de análise da disciplina e como *fandoms* podem servir como um excelente exemplo de comunidades políticas que não são contidas geograficamente. Esta discussão nas Relações Internacionais tem sido feita desde os anos 1990, especialmente frente a aceleração da globalização causada pela popularização das tecnologias de informação e comunicação — como ressalta Rodgers (2003), o ciberespaço tem ganhado cada vez mais importância na vida cotidiana das pessoas e na gestão dos Estados, então devemos entender como gera impactos para as maneiras através das quais pensamos e concebemos política.

É precisamente a grande importância do ciberespaço na vida cotidiana das pessoas, e o fato de que questões políticas estão cada vez mais presentes no ciberespaço, que é cada vez mais imprescindível estudarmos o ciberespaço nas Relações Internacionais. E estudá-lo não apenas através do viés da segurança, das



guerras cibernéticas e espionagem virtual, ou focando-se somente no aspecto econômico, através de fluxos de investimentos e bolsas de valores. O ciberespaço proporciona novas formas de exercer política e de formar comunidades políticas, como os casos discutidos aqui bem ilustram, e até mesmo vindos de lugares inesperados, como os *fandoms*.

No próximo capítulo, discutirei uma outra forma através da qual os *fandoms* desafiam entendimentos tradicionais nas teorias de RI sobre as comunidades políticas (o Estado-nação) que merecem atenção e análise. Aqui, discuti como o fato de os *fandoms* se articularem na internet permite que consigamos entender como comunidades políticas que não estão territorialmente localizadas podem existir e operar. No capítulo seguinte, argumento que os *fandoms* também contestam a suposição existente nas teorias de RI de que a comunidade política é o Estado-nação, ou seja, precisa ser identificado, necessariamente, por uma comunidade nacional.

## 4

### Desafiando a identificação com a nação a partir do objeto de fã e dos laços com outros fãs

#### 4.1

##### Introdução

Anteriormente, tratei de como *fandoms* não obedecem, de acordo com as teorias *mainstream* de Relações Internacionais, a uma das características principais de uma comunidade política, qual seja: que comunidades políticas devem ter territorialidade definida. Neste capítulo, tratarei de outro atributo que é considerado como indispensável às comunidades políticas: a nacionalidade. Afinal de contas, como expus no capítulo dois, o Estado é o Estado-nação; as teorias de RI assumem como imprescindível haver um núcleo nacional de identificação no centro dos Estados (BARTELSON, 1998). É em nome da nação que o Estado age, e nacionalismo e identidade nacional são tópicos amplamente discutidos pela disciplina.

A questão do nacionalismo é uma que motiva estudiosos não apenas das Relações Internacionais, é claro. O famoso historiador Eric J. Hobsbawm (2002), a antropóloga Liah Greenfeld (1992) e o cientista político Benedict Anderson (2008) todos debateram o tema extensivamente. O trabalho de Anderson, talvez, seja o mais conhecido de todos sobre especialmente a emergência do nacionalismo, e como foi construído através da emergência do capitalismo editorial, que cria uma temporalidade única e homogênea, compartilhada por toda a nação<sup>29</sup>.

Nacionalismo é relevante dentro das RI por conta da importância dada a conceitos como interesse nacional e identidades nacionais as quais os Estados tomam para si. A criação de comunidades políticas e sua manutenção pressupõem que existe algum ponto central de identificação no qual os membros convergem. Voltando brevemente aos debates realizados no capítulo dois, a teoria política tem

---

<sup>29</sup> O argumento de Anderson sobre o tempo homogêneo da nação já foi questionado, inclusive por Partha Chatterjee (2004), que demonstra que diferentes temporalidades podem existir dentro de uma mesma nação, como é o caso da Índia.

algumas respostas para o que pode servir como esse ponto de referência: um líder carismático, a nação, a consciência de classe ou a relacionalidade transversal compartilhada através dos afetos são algumas das explicações.

A nação pode ser entendida como um objeto de investimento emocional através do qual os membros de uma comunidade podem compreender que estão conectados entre si. Para as Relações Internacionais, a nação é, por excelência, o único objeto de investimento emocional possível para descrever uma comunidade *política*. Ela é o centro da ação política. Bartelson (1998) argumenta que essa igualdade traçada entre Estado e nação é consequência dos pressupostos territoriais que circundam o Estado, como já mencionei anteriormente. Mandelbaum (2020), de forma análoga, critica o “nacionalismo metodológico” que sustenta as teorias *mainstream* de Relações Internacionais, e, neste capítulo, farei o mesmo.

O objetivo deste capítulo é, portanto, demonstrar como *fandoms* são comunidades políticas cuja organização não está centrada na nação — mas sim no objeto de fã e nos laços dos fãs uns com os outros. Para isto, farei primeiramente uma discussão sobre o que é o nacionalismo e a nação e sua importância nas teorias de RI, para em seguida introduzir debate sobre o papel dos afetos na teoria política e nas Relações Internacionais. Daí, estamos apropriadamente equipadas para atacarmos a questão de *fandoms* como comunidades políticas ordenadas através de outros pontos de investimento emocional que não a identidade nacional.

## 4.2

### Um panorama sobre a nação

Já discutimos anteriormente sobre a tendência amplamente difundida na teoria política e nas teorias *mainstream* de RI de traçarem uma igualdade entre o Estado e a nação, ao ponto de tratarmos a congruência entre os dois como o conceito supostamente autoexplicativo de Estado-nação. Essa igualdade é uma das principais críticas feitas por Bartelson (1998) ao examinar a proeminência do Estado-nação como objeto de análise exemplar das RI. A identidade estatal está, como já vimos, relacionada a pressuposições acerca de sua indivisibilidade, distinção e continuidade; esses três limites impostos à imaginação do Estado como comunidade

política acabam gerando, como consequência, a congruência entre Estado e nação, conforme Bartelson expõe e que Mandelbaum (2020) critica.

A nação, é claro, não deve ser entendida como uma realização natural da espécie humana. Não devemos entendê-la como um fato dado e inescapável da vida política; a ascensão da nação ao núcleo central do Estado como organização política foi resultado de um processo histórico complexo — e incompleto. Afinal de contas, existem Estados plurinacionais e Estados cuja conexão com uma nação não é clara, resultado de empreendimentos coloniais artificiais para a criação de uma entidade política territorial.

Benedict Anderson (2008) oferece uma das explicações mais difundidas sobre a ascensão da nação e do nacionalismo, especialmente no contexto colonial e pós-colonial. Anderson define a nação como “uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (p. 32). Para Anderson, todas as comunidades cujos membros não conhecem uns aos outros em sua totalidade é uma comunidade imaginada; o adjetivo “imaginada” aqui não faz referência ao fato de que é uma comunidade falsa, ou irreal, mas sim que os membros da comunidade sentem uma conexão uns com os outros mesmo que nunca tenham se conhecido. Eles estão conectados entre si por laços de camaradagem e pertencimento.

O argumento de Anderson é que “a própria possibilidade de imaginar a nação” (p. 69) surge por conta de três fatores culturais: o primeiro é a crença que determinada língua escrita providenciava acesso à verdade ontológica. Posto de outra maneira, Anderson considera que o compartilhamento de uma língua escrita com fins eclesiásticos — o latim, o árabe, o mandarim — por grandes contingentes populacionais fermenta o estabelecimento de uma comunidade religiosa. O segundo é uma referência ao papel dos monarcas absolutistas, em que os deveres de lealdade estavam centrados na figura do soberano e, portanto, tinham um ponto central claro (do qual já falamos anteriormente). Por último, e talvez mais intrigante, é a concepção de temporalidade compartilhada entre os membros da nação. A nação existe num tempo homogêneo, que pode ser marcado e contado precisamente através de calendários, por exemplo.

Anderson examina duas formas de criação imaginária que fortaleceram o processo de criação da nação: o romance, gênero literário, e o jornal. Tanto o romance quanto o jornal se apoiam no compartilhamento de um tempo homogêneo, fazem referência a rotinas ou imagens compartilhadas pelo público-alvo e leitores dos jornais e romances. O capitalismo tipográfico, inclusive, tem lugar central na análise de Anderson; a invenção da prensa de tipos móveis e o reconhecimento dos grandes mercados que existiam para textos em vernáculo são elementos importantes para a criação das comunidades imaginadas da nação. De acordo com Anderson, é justamente o avanço tecnológico proporcionado pela prensa de Gutenberg, a ascensão do capitalismo e a diversidade de línguas faladas pela humanidade que proporcionou a imaginação de comunidades no formato da nação.

Essa é uma das respostas encontradas pela historiografia e ciência política sobre como e em que circunstâncias surgiu a figura da nação e do nacionalismo. Traçar essas origens históricas é algo que não ocorre nas teorias *mainstream* de RI, que tomam a nação como um fato dado e que, é claro, deve ser igualado ao Estado. Conforme Anderson demonstra, a nação foi construída histórica, social, econômica e culturalmente — entender como essa construção ocorreu é importante para que possamos ter em mente que ela é apenas uma das formas de organização possível. Afinal de contas, as pessoas viviam em sociedade antes da emergência da nação.

Para Mandelbaum (2020), a nação e o nacionalismo — e, especialmente, a congruência nação/Estado — desempenham um papel muito particular nas teorias de RI. Mandelbaum faz uso de uma abordagem psicanalítica para compreender por que a ideia de congruência entre Estado e nação é tão prevalente nas RI. Ele argumenta que a noção lacaniana da falta é central para sua leitura, já que considera que através da concepção de fantasia (para qual a ideia de falta é importante) é possível entender a congruência nação/Estado.

O argumento principal de Mandelbaum é que a congruência nação/Estado é uma fantasia que mascara a desunião e a heterogeneidade da sociedade, que na realidade nunca é composta por uma identidade completamente coesa e coerente. É impossível que a sociedade alcance a identificação definitiva e completa com uma identidade, então a congruência deve ser constantemente reimaginada e revigorada, produzida de novo e de novo, através de práticas discursivas. Central para

Mandelbaum é que o ideal da coesão nacional nunca consegue se fixar num sujeito único, e por isso se invoca constantemente o ideal de Estado-nação congruente.

A importância do Estado-nação está na fusão proporcionada por essa ideia entre soberania estatal e soberania popular. Ao incluir a “nação” na nomenclatura usada para definir a comunidade política, dá-se a entender que o povo que constitui a nação tem lugar central no que se refere às tomadas de decisão e a gestão da vida em comunidade, conferindo legitimidade à ação estatal. É dessa maneira também que o Estado-nação passa a ser entendido como a única forma possível de manifestação da comunidade política, já que ele circunscreve completamente a nação que representa, e, portanto, tem legitimidade para existir.

Mandelbaum argumenta que a congruência entre nação e Estado é utilizada nas RI para identificar Estados bem-sucedidos e Estados falidos, favorecendo a continuação de sistemas de exploração e de tentativas de homogeneização de comunidades que não se encaixem na forma do Estado-nação. Podemos ver isso mais claramente ao abordarmos questões de construção de paz em locais que passaram por conflito: a estratégia mais difundida, como enfatiza Mandelbaum, é a de construção de um Estado — *statebuilding* — e de uma nação que o englobe e que exista para que o Estado possa agir em nome dela.

Portanto, a determinação das teorias de RI que o Estado e a nação têm que estar em convergência um com o outro têm consequências palpáveis, como é o caso da narrativa construída ao redor de Estados bem-sucedidos ou não. Mas, igualmente importante e mais relevante para este trabalho, é o fato de que igualar Estado com nação e tornar o Estado-nação como única representação possível de entidade política tolhe profundamente nossa capacidade de imaginar a política e também de exercê-la.

O esforço de Mandelbaum, de partir de uma abordagem psicanalítica e afetiva para compreender como se consolidou, historicamente, a aspiração de congruência entre nação e Estado, tem como objetivo desestabilizar as práticas de intervenção que justificam operações como as de *statebuilding* justamente por postular que essa congruência limita o fazer e a identificação política. Ao fazer uso de uma abordagem afetiva e afirmar que apegos emocionais são centrais para compreendermos a formação e o estabelecimento das nações e comunidades

políticas, Mandelbaum abre caminho para que possamos nos aprofundar em discussões que abordam a relevância de conexões e apegos emocionais na política.

À vista disto, tendo em mente tanto as contribuições de Anderson quanto de Mandelbaum para o surgimento e a continuidade da ideia de nação na vida política, conseguimos questionar a concepção de que a nação sempre existiu e sempre foi sinônimo do Estado e da comunidade política. Não apenas isso, mas nos confrontamos com o fato de que aspectos culturais e emocionais são relevantes para que comunidades políticas surjam e persistam no tempo, e que comunidades não são formadas unicamente por interesses egoístas e medo da violência, como podemos interpretar o trabalho de Hobbes, de quem falei anteriormente nesta dissertação.

Isto posto, na próxima seção mergulharemos mais profundamente na virada afetiva na teoria política e nas Relações Internacionais, a qual toquei brevemente no capítulo dois. É relevante realizar tal debate porque, como já disse, existe uma faceta importante de apego emocional para a constituição de comunidades políticas, e porque *fandoms* são entendidos como espaços profundamente emotivos, visto a conexão que existe entre fã e objeto de fã e entre os próprios fãs. Levar a sério o papel que as emoções possuem na política faz com que consigamos imaginar novas possibilidades de vida política que seriam impossíveis caso ignorássemos a importância que emoções possuem na formação de laços comunitários.

### 4.3

#### **A virada afetiva na teoria política e nas RI**

Discussões acerca de ciência e robustez de teorias que se propõem a discutir e explicar o mundo social frequentemente se apoiam em discursos sobre a objetividade do conhecimento. As Relações Internacionais e suas teorias não estão imunes a este fato; em realidade, debates extensos foram travados no meio acadêmico sobre estes aspectos da prática científica: o conhecimento deve ser único, universal, falseável e racional. Essas afirmações vêm desde o Iluminismo europeu, e serviram, como coloca Grosfoguel (2016) para legitimar o apagamento de outras formas de produção de conhecimento e outras tradições que não obedeciam ao padrão racionalista europeu.

Dito isto, levando em consideração o fato de que a ciência entendia a si mesma como uma prática estritamente racional e precisa, as emoções eram vistas como não-científicas; razão e emoção eram entendidas como polos opostos de cognição, irreconciliáveis. Para um conhecimento ser considerado como científico e, portanto, válido e digno de ser levado a sério, ele deveria ter sido produzido e debatido com frieza, apoiando-se em práticas científicas previamente testadas e justificadas.

A virada afetiva — seja em quaisquer disciplinas que ela ocorra, embora aqui eu obviamente faça referência direta à teoria política e às Relações Internacionais — por outro lado, procura precisamente desestabilizar a separação tão bem marcada que a ciência tradicional impõe entre razão e emoção. Os estudos da emoção e de seu impacto na vida social e cultural iniciaram-se com o trabalho de teóricas feministas, como localiza Ahmed (2014), uma vez que a razão é comparada com o masculino e a emoção com o feminino; teóricas feministas já debatiam profundamente o papel das emoções e dos afetos — Ahmed não os diferencia, embora outros teóricos o façam — em seus trabalhos, centrando suas discussões ao redor da importância das emoções para a ordem social. Trabalhos feministas sobre o dualismo corpo-mente igualmente desafiavam a separação entre razão e emoção, e a gênese da virada afetiva na contemporaneidade pode ser traçada a partir do trabalho de teóricas feministas, como bell hooks, Audre Lorde e muitas outras citadas por Ahmed.

O mais central a se destacar é que a distinção desenhada entre razão e emoção, em detrimento óbvio da segunda, é desnaturalizada e implodida pelas postulações da virada afetiva. Grande parte do impulso teórico por detrás da popularização da virada afetiva nas RI está ancorado em descobertas no campo da neurociência que afirmam que o pensamento crítico e a resposta emocional originam-se nas mesmas áreas do cérebro; “emoção e cognição são neurologicamente indistinguíveis”<sup>30</sup> (BIALLY-MATTERN, 2014, p. 590).

De acordo com Bially-Mattern (2014), para que consigamos teorizar emoções na política internacional é necessário que se estabeleça uma lógica para o relacionamento entre emoção, coletividades e ação. Esta também é uma

---

<sup>30</sup> No original: “emotion and cognition are neurologically indistinguishable”.



preocupação que orienta o trabalho de Hutchison e Bleiker (2014), que estão interessados em entender como emoções individuais tornam-se coletivas e políticas.

As emoções são importantes em estudos de política internacional porque é através delas que indivíduos e coletivos são socializados, e é através delas que aprendem a interagir uns com os outros. As conexões existentes entre emoções e poder devem ganhar destaque no estudo das emoções nas RI, uma vez que o poder é central para a constituição de subjetividades emotivas — e é através da investigação dessas conexões e do estabelecimento discursivo de poder emocional que é possível ter uma visão mais clara de como as emoções entram e importam para a política.

De acordo com os autores, “atenção para a interseção entre emoções, poder e política internacional permite uma apreciação completa de como pontos de vista políticos são constituídos e podem, em situações particulares, serem resistidos e até mesmo transformados”<sup>31</sup> (HUTCHISON; BLEIKER, 2014, p. 508-509). Falar de emoções nas Relações Internacionais e na teoria política exige um engajamento constante com questões acerca da natureza do poder, de identidades sociais, nacionalismo, de formação de comunidades. Em outro trabalho, Bleiker e Hutchison (2018) destacam a teorização de Jacques Rancière e sua partilha do sensível como uma resposta possível à pergunta que fizeram anteriormente, sobre como emoções individuais tornam-se coletivas e entram na vida política — a ênfase que Rancière coloca na conexão inexorável entre política e estética é obviamente muito importante para este trabalho.

A partilha do sensível, para Rancière (2009), faz referência ao “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (p. 15, ênfase no original). As emoções coletivas, então, encaixam-se dentro da partilha do sensível, dentro das possibilidades e dos limites daquilo que pode ser sentido — ou não. Emoções coletivas também podem desafiar os limites impostos pela atual partilha do sensível, colocam Bleiker e Hutchison (2018), forçando os limites sobre o que é sensível e pode ser percebido e reconhecido e o que não é; aí reside seu potencial político e

---

<sup>31</sup> No original: “(...) an attentiveness to the intersection between emotions, power, and world politics enables a more complete appreciation of how political viewpoints are constituted and can, in particular situations, be resisted and even transformed.”

apoteótico, em possibilitar o questionamento dos atuais limites do que é aceitável, de quem deve ser incluído, a que se deve resistir.

Essa evolução se dá gradualmente, através de estímulos de representação; Hutchison e Bleiker (tanto no texto de 2014 quanto no de 2018) enfatizam o papel das representações para entendermos as conexões entre emoções individuais e coletivas. As representações ocorrem através de imagens e narrativas, proporcionando a circulação dos afetos, espalhando e difundindo diferentes emoções através de demonstrações públicas. Por isso é importante entendermos como as representações — das quais os artefatos culturais fazem parte — constroem identidades através da mobilização de sentimentos.

As emoções também são imprescindíveis para que entendamos como comunidades se constituem. Retomando o trabalho de Jeremy Gilbert (2013), vale a pena revisitarmos as formas pelas quais a teoria política entende que as emoções e os afetos têm importância na constituição das comunidades. Tendo como ponto de partida o filósofo Gilbert Simondon, temos a afirmação de que as comunidades se constituem no nível afetivo-emocional, através da mistura de representação e ação. As interações comunitárias são possíveis quando todos os membros estão operando no mesmo comprimento de onda uns dos outros, pois compartilham expressões afetivo-emotivas.

O subconsciente afetivo-emotivo de Simondon, diz-nos Gilbert, implica que nossa capacidade de agir no mundo está diretamente conectada com nossos relacionamentos com os demais membros da comunidade em que estamos inseridas (p. 144). É daí que vem a natureza social do afeto, entender como os relacionamentos das pessoas umas com as outras influenciam e são constitutivos de suas capacidades de ação. Identificação e a produção de identidades também possuem facetas emocionais relevantes, justamente por operarem no nível dos relacionamentos entre as pessoas; identificar-se com um grupo é se relacionar com ele, ser sensibilizada pelas emoções que ele invoca, encontrar pertencimento em seu meio.

Por outro lado, Gilbert destaca o trabalho de Deleuze e Guattari, que possuem uma leitura muito diferente sobre a capacidade de mobilização e agência de indivíduos e grupos. Para Deleuze e Guattari, é mais relevante pensar nos

momentos de desestabilidade e transição entre as diferentes identificações; os autores não entendem que exista qualquer coisa fixa nas identidades, preferindo pensar em processos transformativos que constituem os indivíduos, cunhando o conceito “devir”. O devir envolve o caminhar entre dois termos, dois momentos, desestabilizando ambos e acontecendo através da mobilização de potencialidades afetivas (p. 154). Dessa forma, identificações finais não são possíveis, para Deleuze e Guattari, e estão em constante movimento; os afetos são parte crucial dessa dança entre momentos de identificação a qual todos nós estamos submetidos.

Além de seu claro papel na formação de comunidades, seja através da conexão emocional dos membros com um objeto central ou das relações mútuas dos próprios membros entre si, afetos podem ser mobilizados para a ação política. A circulação de determinados afetos entre diferentes grupos e dentro de um mesmo grupo dão margem para que consigamos compreender como determinados fenômenos e eventos se manifestaram. É o caso da Primavera Árabe, analisada por Ty Solomon (2018), e também, gostaria de argumentar, o caso das ações políticas levadas a diante por fãs.

Solomon inspira-se no trabalho de Deleuze e Guattari e em sua teorização sobre afetos para lançar nova luz na organização de manifestantes na ocasião da Primavera Árabe. Solomon destaca que uma abordagem deleuziana dos afetos deve levar em consideração que afetos são inerentemente sociais e relacionais; eles estão relacionados com a capacidade de um corpo de agir sobre outros, influenciando-os. Essa influência dos corpos uns sobre os outros e a natureza relacional dos afetos é o que permite que Deleuze fale de afetos como diferentes tipos de devir, já que são instáveis e caminham no meio termo entre um estado e outro.

É essa característica dos afetos que permite que falemos sobre circulação de afetos e também das implicações políticas de afetos que excedem os indivíduos. Circulação de afeto é um conceito utilizado por Solomon, mas cunhado por Andrew Ross, e faz referência às transmissões de emoções, sejam feitas de forma consciente ou inconsciente, dentro de um ambiente social. De acordo com Ross, as emoções podem ser difundidas entre as pessoas nas mais diversas situações sociais através do foco em determinado objeto e o desenvolvimento de expectativas compartilhadas, ainda que não de maneira consciente. Essa colocação põe em xeque concepções tradicionais sobre o que são as identidades, conceito que preocupa

muito das teorias de RI — o foco é deslocado para um entendimento de identidades que vai além do pertencimento a determinado grupo, levando em consideração afinidades afetivas, que são geradas através da participação em rituais comunitários.

Igualmente relevantes para Solomon são as noções de “atmosferas afetivas”, desenvolvidas por Ben Anderson e Nigel Thrift. A ideia de uma atmosfera afetiva faz referência à tendência transmissível dos afetos, tal qual delineada por Deleuze, em que corpos afetam uns aos outros e são também afetados. Solomon destaca o argumento de Anderson, que chama atenção para o fato de que as atmosferas afetivas são, em realidade, orientações de afetos, a partir das quais formações de subjetividade podem surgir. O próprio uso do termo *atmosfera* está permeado por uma ideia de inconstância e fluidez, de algo amorfo; atmosferas afetivas, portanto, não são determinadas, são efêmeras e se modificam (e até desaparecem) frente às interações dos corpos uns com os outros.

Para Solomon, é inegável que uma atmosfera afetiva específica estava operando através dos manifestantes envolvidos nos protestos da Primavera Árabe. Ele lança mão da análise de Wendy Pearlman e sua diferenciação entre dois tipos de emoções que podem ser consideradas como microfundações emocionais do protesto: emoções desalentadoras (no original, *dispiriting*) e emoções encorajadoras (no original, *emboldening*). Emoções desalentadoras levam a pessimismo frente o resultado dos protestos, e podem ser medo e tristeza; emoções encorajadoras, por outro lado, levam a comportamentos assertivos, e podem ser tanto júbilo quanto raiva. Se as emoções desalentadoras têm mais força na atmosfera afetiva que as emoções encorajadoras, é provável que protestos não ocorram; ao contrário, quando emoções encorajadoras ganham espaço, é mais provável que manifestações ocorram, mesmo que sejam abertamente desincentivadas.

Solomon considera que a dimensão afetiva é essencial para se explicar como os protestos disseminaram-se tão eficientemente pelo mundo árabe. As redes sociais e a internet tiveram papel importante, também, mas a propagação de sentimentos de revolta e de esperança entre as populações foram centrais para que os protestos tomassem a dimensão que tomaram.

Primordial para a discussão de Solomon é, justamente, o fato de que essas emoções não estão contidas num sujeito único e individual, mas que, em realidade, ultrapassam os limites do indivíduo e transbordam para grupos e coletividades. Isso acontece ao ponto de que novas subjetividades são formadas e as maneiras pelas quais as pessoas enxergavam o mundo são transformadas, ampliando a possibilidade de ação e de posicionamento dos manifestantes. As atmosferas afetivas tiveram papel de mitigar as incertezas frente ao contexto revolucionário e frente aos resultados dos protestos. As atmosferas emocionais e a circulação dos afetos referentes aos protestos da Primavera Árabe acabaram por validar o posicionamento e as ações dos manifestantes.

Portanto, o que os mais diferentes teóricos citados nesta seção demonstraram é que ao olhar para o papel dos afetos e das emoções em análises sobre política, conseguimos apreender e compreender certos aspectos que passam despercebidos por estudos mais racionalistas. Emoções e afetos são importantes no momento da criação de comunidades e são responsáveis por suas ações e respostas a diferentes interações e comportamentos. A política sempre possui uma dimensão afetiva, e ao reconhecer essa realidade, estamos melhor equipadas para lidar com esse fato.

Isto posto, a seguir iremos nos debruçar na questão de *fandoms* como comunidades políticas desafiando a concepção de que a nação e a identificação com a nação são características *sine qua non* para que uma comunidade seja considerada política. Discutirei isso apoiando-me nas teorizações vindas da virada afetiva nas RI, na teoria política e nos estudos de fãs, demonstrando que *fandoms* podem sim serem compreendidos como comunidades políticas mesmo que seus investimentos emocionais não estejam centrados num objeto tradicionalmente entendido como político — como a nação.

#### 4.4

##### ***Fandoms*, apego afetivo ao objeto de fã e ação política**

É inegável o papel que o objeto de fã tem para a constituição e manutenção dos *fandoms*. Os *fandoms* surgem, obviamente, pelo compartilhamento de um interesse determinado pelos fãs, que são sensibilizados pelo objeto de fã ao ponto

de irem procurar uma comunidade na qual se inserir. Essa é uma questão que devemos enfatizar ao estudar *fandoms*, porque é perfeitamente possível gostar de um gênero musical, de uma celebridade, de uma franquia de filmes e de livros e não sentir a necessidade de procurar outras pessoas com o mesmo interesse, de escrever *fanfictions* e dedicar perfis em redes sociais àquele artefato estético.

Como enfatizam Fraade-Blanar e Glazer (2017), uma fã sozinha não constitui um *fandom*; e nem gostar de determinado objeto cultural faz de alguém um fã. A dimensão emocional e afetiva na constituição e manutenção dos *fandoms* é algo tratado extensamente na literatura de estudo de fãs, especialmente se tratando de questões metodológicas, como é o caso do trabalho de Hansal e Gunderson (2020), para quem a dimensão afetiva que envolve e motiva quem atua nos estudos de fãs não deve ser ignorada. Afinal de contas, o campo de estudo de fãs é constituído, frequentemente e em grande número, por estudiosas que são, em si mesmas, fãs — como é o caso desta dissertação.

Reconhecer e lidar com afetos nos estudos de fãs (em realidade, na ciência como um todo) é uma habilidade preciosíssima e que deve ser constantemente exercitada. Por exemplo, as sensibilidades das pesquisadoras orientam perguntas de pesquisa e são essenciais para práticas de autorreflexibilidade que têm muito a acrescentar na prática científica. Acadêmicas no campo do estudo de fãs geralmente são movidas e encontram seus problemas de pesquisa por terem sido sensibilizadas previamente como fãs, como é o caso das próprias Hansal e Gunderson, e que também aconteceu com Henry Jenkins (2015) em seu livro clássico, *Invasores do Texto*.

Não quero dizer que é indispensável ser um fã para se engajar academicamente com fãs e *fandoms*; mas sim que pessoas que são fãs e acadêmicas ao mesmo tempo (os *acafans*, conforme Jenkins) possuem maior desenvoltura ao tratar com outros fãs porque são elas mesmas fãs e, portanto, estão familiarizadas com o jargão dos *fandoms*, sabem as normas de comportamento, entendem as práticas que caracterizam as comunidades. Identificar-se vocalmente como fã enquanto se realiza a pesquisa e os estudos das comunidades de fã, diz-nos Raw (2020), pode ser uma fonte de legitimidade significativa para as pesquisadoras frente aos demais fãs.

Feito este preâmbulo, me parece muito apropriado passar a discutir *fandoms* como comunidades políticas a partir do ponto de vista da virada afetiva e das circulações de afetos a qual Solomon (2018) faz referência. Já discutimos como diferentes teóricos políticos consideram como se dão as formações das comunidades políticas, e é de se destacar a importância dada ao investimento emocional em um ponto de convergência por parte dos membros da comunidade. Gilbert (2013) nos relembra que Freud fala em *cathexis*, Hobbes no líder carismático, Laclau e Mouffe no antagonismo do Outro, e Bartelson (1998) e Mandelbaum (2020) discorrem sobre como as teorias de RI tornaram a ideia da nação condição de existência para o Estado e, portanto, para a comunidade política.

Nos *fandoms*, o apego e o investimento emocional dos membros da comunidade não estão centrados numa entidade como a nação — e, argumentarei, *fandoms* se constituem e se mantêm não apenas com base no investimento no objeto de fã, mas também pelo apego que os fãs têm uns pelos outros. *Fandoms* ainda são comunidades claramente imaginadas, para usar a terminologia de Anderson (2008), no sentido de que nem todos os membros se conhecem pessoal ou virtualmente, mas estão todos conectados por laços de camaradagem — e pelo investimento emocional no objeto de fã.

Meu objetivo aqui não é examinar o que torna uma pessoa uma fã, embora admita que questões de identidade e identificação possuem um peso relevante quando falamos de *fandoms* — do mesmo jeito que ocupam lugar privilegiado nas Relações Internacionais. Ainda assim, a paixão e o apego por determinado artefato cultural é, à primeira vista, o que caracteriza o fã e que faz com que ele procure outros fãs para ter alguém com quem compartilhar o entusiasmo. No capítulo anterior, enumerei algumas práticas de fãs que se dão no ciberespaço, e gostaria de ressaltar mais uma vez como é central o papel das redes sociais na manutenção dos *fandoms*, atualmente, especialmente de artefatos culturais internacionais, como o k-pop e a franquia *Harry Potter*.

Antes da popularização da internet e das redes sociais, fãs primariamente encontravam outros fãs presencialmente, através de convenções, listas de correspondência ou *zines* distribuídas fisicamente. Tomemos como exemplo o seriado televisivo de ficção científica *Jornada nas Estrelas*. O entusiasmo com os artefatos de fã era compartilhado no boca-a-boca de fãs com familiares ou amigos,

de forma que frequentemente as comunidades eram relativamente localizadas. Jenkins (2015) faz referência a grupos de mulheres de uma mesma cidade que assistiam a série *A Bela e A Fera* e conversavam entre si sobre os episódios em encontros presenciais sempre que possível. No entanto, caso nenhuma das pessoas próximas se interessasse pela série, o fã tinha que recorrer a outros artifícios para encontrar-se com demais fãs, o que nem sempre era fácil. Com frequência, o único contato que fãs tinham com outros fãs eram durante as conferências de fãs, ou por correspondência.

Com a ascensão da internet, é fácil encontrar outros fãs on-line. Existem até redes sociais conhecidas por serem dominadas por fãs, como o Tumblr, uma plataforma de microblogs com sistema de tags em que fãs postam imagens, *fan edits*, *fanfictions* e até jogam RPG. O próprio Twitter possui uma grande concentração de fãs dos mais diversos *fandoms*, de k-pop a times de futebol a *Star Wars*. Essas duas redes sociais usam o esquema de tags: no Tumblr, fãs podem marcar seus posts com tags que identificam aquela postagem como pertencendo a um determinado *fandom*, seja com o nome de personagens, nomes de atores, título de séries, do grupo musical etc. O Twitter funciona de forma parecida, especialmente através das hashtags que os usuários usam no próprio tweet e que são utilizadas para buscas.

É como Fraade-Blanc e Glazer (2017) já nos disseram: a era digital transforma as maneiras pelas quais fãs engajam-se com o objeto de fã simplesmente porque é mais *fácil* fazê-lo. É bem mais fácil jogar uma palavra-chave num campo de busca de uma rede social e seguir alguns perfis que apareceram no resultado da busca do que ir presencialmente até uma convenção. Fãs encontram uns aos outros mais facilmente através da internet, e conhecem-se especificamente por conta de seus interesses em comum, por compartilharem determinadas sensibilidades em relação a determinado artefato cultural.

E, muito embora os relacionamentos entre fãs no caso de *fandoms* com grande presença digital sejam forjados através da internet, isso não quer dizer que eles são menos significativos ou poderosos. Vale lembrar mais uma vez da atuação de fãs de k-pop, que se organizaram através das redes sociais para responder a potenciais ataques a manifestantes envolvidos nos protestos #BlackLivesMatter,



que foi levado adiante exclusivamente pelas redes sociais, por pessoas que mesmo sem nunca terem se encontrado presencialmente estavam unidas.

Retomando o interesse de Solomon (2018) por atmosferas afetivas, gostaria de argumentar que *fandoms* funcionam a partir dessa lógica, em que corpos em contato — ainda que contato virtual — influenciam uns aos outros afetivamente. Por serem meios incrivelmente emocionais, em que o próprio pertencimento à comunidade é colocado em termos de investimento afetivo em determinado objeto de fã, a circulação de afetos dentro de um *fandom* — e entre diferentes *fandoms*, especialmente quando são rivais — é intensa, constante e sempre em movimento. As comunidades de fãs, afinal de contas, dependem do continuado investimento emocional no objeto de fã para se estabelecerem e para inicialmente conectarem seus membros, de forma muito parecida com o colocado por Gilbert (2013) acerca da lógica do Leviatã, que já abordamos anteriormente.

Portanto, num primeiro momento, devemos entender que a lealdade dos fãs está vinculada diretamente ao apreço que possuem pelo objeto de fã; ele fica sendo o foco central do investimento emocional dos membros da comunidade. É o objeto de fã que sensibiliza as pessoas de maneira tal que elas se sentem impelidas a compartilhar seu entusiasmo, a procurarem outras pessoas que pensam e se sentem como elas, a produzirem trabalhos de fã etc. O objeto de fã conecta fãs e proporciona espaços e oportunidades para que laços se formem e se aprofundem conforme o convívio no *fandom*, em que o entusiasmo com o objeto de fã é compartilhado.

Tomemos os *fandoms* de k-pop como exemplo. O contato com a música popular sul-coreana e a identificação de fãs com determinados grupos musicais faz com que procurem mais fãs com quem possam conversar sobre as músicas, os vídeos, até mesmo sobre a vida pessoal dos integrantes dos grupos. O engajamento mais profundo em outras práticas de fãs geralmente segue esse primeiro contato com outros fãs: seja fazendo análises profundas de letras de músicas e dos elementos estéticos dos MVs (*music videos*), seja convencendo outras pessoas a ouvirem seus álbuns preferidos, seja escrevendo ou lendo *fanfictions*, desenhando *fanarts* etc.

Quanto mais engajadas na comunidade, mais emocionalmente investidas ficam as fãs no objeto de fã — mas também em fazer parte daquele *fandom*. Não é raro que grandes guerras entre diferentes *fandoms* ocorram nas redes sociais, e que ataques pessoais e ameaças de *doxxing*<sup>32</sup> sejam trocadas abertamente. As atmosferas afetivas que circundam e atravessam os diferentes *fandoms* influenciam o comportamento dos membros em relação a outras comunidades — a rivalidade entre diferentes *fandoms* de k-pop pode ser avassaladora. O caso mais exemplar é entre fãs de BTS e de EXO, embora obviamente existam pessoas que se declaram fãs de ambos os grupos e que conseguem conviver nos dois *fandoms*.

*Fandoms* são, afinal de contas, comunidades, e existem limites para as suas afiliações e certos critérios que fãs devem seguir para que se identifiquem como pertencentes a certa comunidade e não a outras. As rivalidades entre diferentes *fandoms* de k-pop vem de entender que um grupo é mais interessante ou artisticamente superior ao outro e está enraizada também na natureza competitiva da indústria da música pop, em que vários *charts* de música do mundo todo classificam as diversas faixas e álbuns de acordo com sua popularidade. O fora constitutivo de quem falam Laclau e Mouffe (GILBERT, 2013) pode ser visto nessas rivalidades marcadas entre diferentes *fandoms*, em alguns níveis — a animosidade entre *fandoms* é certamente uma das facetas mais visíveis da cultura fã, mas ela está longe de ser compartilhada por todas as comunidades e exercida por todos os seus membros.

Henry Jenkins (2015) habilmente ressalta que é o engajamento de fãs com o objeto de fã de forma crítica através de uma interação produtiva que leva fãs a questionarem tanto o mundo do texto quanto o mundo em que vivem. Jenkins considera que essa forma de engajamento com determinado artefato cultural e a demanda realizada por fãs para que os artefatos possuam realismo emocional — que, de acordo com o autor, “fica na intersecção entre significados textualmente preferidos e ideologias sociais mais amplas” (p. 128) — dá base para fãs realizarem juízos críticos sobre seu próprio cotidiano.

---

<sup>32</sup> O *doxxing* é uma prática frequentemente utilizada por hacktivistas mas que também pode ser usada para fins escusos e consiste em divulgar na internet as informações privadas, pessoais e sigilosas de alguém. Os dados geralmente incluem nome completo, podendo chegar até a endereço, números de telefone, de cartões de crédito e de documentos.

O investimento emocional de fãs com o objeto de fã, portanto, é responsável por orientar seus posicionamentos dentro e fora da comunidade. Isso pode acontecer de forma progressista, como os exemplos que já mencionei de fãs engajando-se com causas antirracistas e anti-LGBTfobia através de suas filiações com os *fandoms* e seu relacionamento com os artefatos culturais a que se dedicam. Mas *fandoms* também são espaços em que vemos intolerância e discursos de ódio se manifestando: como exemplos, posso citar o caso da reação de fãs de *Star Wars* frente à escalção de uma mulher e um homem negro como protagonistas da trilogia sequência (FAMUREWA, 2020), e do tratamento preconceituoso de algumas camadas do *fandom* de BTS para com fãs negras (DAHIR, 2018).

É importante reconhecermos que, apesar de *fandoms* tratarem-se de comunidades em que assume-se que todos os membros estão conectados pelo laço afetivo com o objeto de fã, ainda há espaço para contradições e desentendimentos dentro das comunidades. Afinal de contas, como estamos falando de relações de pertencimento pautadas com base em um artefato cultural e estético, é de se admitir que diferentes pessoas interpretarão o objeto cultural de diferentes formas. Fãs de *Harry Potter* são grandes exemplos desse fato, visto que a obra expande-se por livros e filmes, abrindo margem para as mais diversas interpretações e opiniões, de forma que não é difícil encontrar pessoas que se identificam como fãs da saga, mas que possuem posicionamentos extremamente divergentes.

Chamo atenção para essas diferenças de interpretação do objeto de fã porque é frequente que os fãs invoquem o objeto de fã quando realizam suas ações políticas em comunidade. As diferentes interpretações feitas da obra podem servir para justificar e basear posicionamentos diferentes e até mesmo completamente opostos: muitos viram em Rey, a protagonista mulher da trilogia sequência de *Star Wars*, símbolo do empoderamento feminino e de que as mulheres finalmente poderiam ocupar lugares de destaque em grandes obras de cultura pop. Ao mesmo tempo, fãs reacionários usaram toda a oportunidade que tiveram para desdenharem de Rey e de seu desenvolvimento de personagem, chegando a criticar até mesmo a aparência física de Daisy Ridley, a atriz que a interpretou; para tais fãs, Rey foi uma personagem fraca, incoerente e inexplicavelmente poderosa. No segundo filme da trilogia sequência, *Os Últimos Jedi*, os ataques foram direcionados a outra personagem feminina que ganhou destaque na série, Rose Tico, ao ponto de Kelly

Marie Tran, a atriz que a interpretou, excluir suas redes sociais e escrever um ensaio comovente sobre como é ser uma mulher não-branca em Hollywood e sobre as agressões e ameaças que sofreu depois do lançamento do filme (TRAN, 2018).

Faço essa ressalva para chamar atenção para as complexidades e contradições que existem dentro das mais diversas comunidades de fãs. Muito já foi discutido nos estudos de fãs sobre *fandoms* como espaços progressistas, seguros e até mesmo de experimentação para pessoas LGBT, que veem no engajamento com objeto de fã uma forma de explorarem suas identidades e desejos sem terem que se expor na vida fora do *fandom* (EDFELDT; COUTO, 2018; JENKINS, 2015). Contudo, não podemos ignorar que *fandoms* também podem ser espaços de surgimento e reforço de práticas políticas reacionárias por parte de seus membros. É o caso, de maneira surpreendente, dos fãs de *My Little Pony*, que possuem conexões com a alt-right nos EUA (HEER, 2016; RUDD, 2019).

Tudo isso ilustra muito bem como a conexão de fãs com o objeto de fã é importante para a constituição dos *fandoms* e para suas ações. Entretanto, é relevante discutirmos também como os laços entre os próprios fãs importa igualmente para essas comunidades. A conexão que fãs sentem uns pelos outros é frequentemente profunda, embora estejam separados por milhares de quilômetros e espalhados pelo mundo. Se é frequente que fãs procurem encontrar membros de seus *fandoms* de propósito, para que possam compartilhar o apreço pelo objeto de fã com o maior número possível de pessoas, também não é raro nos depararmos que fãs que se defrontaram com certos objetos de fã justamente porque outros companheiros de *fandoms* recomendaram — e muito! — aquele novo objeto de fã.

Mencionei anteriormente que fãs dificilmente são fãs de apenas um único objeto de fã: a regra é que, uma vez fã de alguma coisa, é muito mais fácil ser fã de várias outras coisas. Não é difícil imaginar esse cenário: você gosta de *Harry Potter*, então é provável que goste de *Percy Jackson*; se um determinado grupo de k-pop te interessou por conta do som específico, existem esses outros aqui, em estilos parecidos, que, chances são, também fazem seu tipo. Ser fã é, em muitas medidas, estar aberta para ser sensibilizada pelos mais diferentes objetos culturais, existindo na atmosfera emocional que circunda e atravessa os diferentes *fandoms*, sendo influenciada também pelos posicionamentos de suas colegas de comunidade.

Portanto, laços laterais e transversais de conexão emocional são tão importantes quando falamos de *fandoms* quanto as conexões verticais entre fã e objeto de fã. Pode chegar ao ponto de que a conexão vertical perde importância e empalidece frente as conexões laterais que existem entre as próprias fãs, entre as práticas que desenvolvem no interior das comunidades, entre as interpretações realizadas em relação ao artefato cultural. É possível falar, aqui, do exemplo do *fandom* da saga *Harry Potter*, que, frente aos posicionamentos transfóbicos de JK Rowling<sup>33</sup>, a autora da obra, no Twitter (RAWAT, 2020) resolveram fingir que ou ela tinha morrido ou que em realidade nunca tinha escrito os livros (DENINNO, 2020).

Fãs ficaram profundamente decepcionados com Rowling, e, frente ao seu posicionamento vindo a público, novas análises sobre os livros e filmes surgiram, discutindo precisamente como essa visão de mundo da autora afeta sua obra. Fãs de *Harry Potter* procuraram, dessa maneira, afastarem-se da autora e de práticas de fãs que financiam JK Rowling, direta ou indiretamente, o que inclui compra de livros e outras mercadorias licenciadas da saga, por exemplo. Debates sobre ser fã de *Harry Potter* mesmo frente posicionamentos problemáticos da autora — que, em realidade, não são tão recentes assim e podem ser vistos nos próprios livros da saga — ressurgiram com força, e uma discussão em particular ganhou destaque.

O *fandom* de *Harry Potter* é dos fãs. Fãs transformaram a obra de *Harry Potter* para além de qualquer outra coisa que a autora possa ter planejado. JK Rowling pode ter tentado controlar a narrativa o máximo que conseguiu, chegando até a confirmar sexualidades de personagens fora da página (ASSOCIATED PRESS, 2007), mas o *fandom* assumiu dimensões tais que fugiu completamente ao controle da autora — e a comunidade que surgiu a partir do compartilhamento de entusiasmo com um artefato cultural e estético agora se sustenta pelos próprios laços que foram criados nesse meio tempo, sem mais depender unicamente da conexão com o objeto de fã.

Isto posto, ganhamos muito ao entendermos *fandoms* como comunidades em que laços horizontais de investimento emocional são tão importantes quanto

---

<sup>33</sup> Para uma análise profunda sobre o posicionamento de Rowling, inclusive sobre como ele é incrivelmente transfóbico e ainda comentário sobre toda a enxurrada de ódio que ela recebeu online, recomendo o ensaio em vídeo da YouTuber ContraPoints, intitulado “J.K. Rowling” (WYNN, 2021).

laços verticais de conexão. É evidente que é central o papel dos afetos e emoções para a formação e manutenção dos *fandoms* enquanto comunidades, mas é igualmente relevante o lugar que ocupam nas ações políticas levadas a diante pelos *fandoms*. Essas ações são levadas em nome do objeto de fã, sim, como muito bem apresenta Ashley Hinck (2019), porque fãs entendem que fazer jus ao objeto que admiram demanda certos posicionamentos e ações.

Todavia, gostaria de enfatizar novamente que fãs podem agir politicamente não necessariamente em nome do objeto de fã, mas sim porque esses artefatos culturais têm a capacidade de sensibilizarem quem entra em contato com eles para que reflitam sobre sua vida cotidiana e possam imaginar novas possibilidades do que a vida pode ser, de como podem agir, da diferença que podem fazer. Fãs também podem agir em nome de outros fãs, porque o *fandom* conseguiu reunir pessoas de vivências diferentes, com pontos de vista diversos, mais uma vez sensibilizando fãs a possibilidades e verdades com as quais nunca teriam contato se não fosse sua inserção no *fandom*. Por isso, mesmo que fãs não estejam conectados entre si através do pertencimento a uma única nação, *fandoms* ainda podem ser entendidos como comunidades políticas.

## 4.5

### Conclusão

Meu esforço, neste capítulo, foi demonstrar como *fandoms* operam como comunidades políticas mesmo não tendo em seu núcleo um dos componentes que as teorias tradicionais de RI entendem como indispensável para que uma comunidade mereça a alcunha de política: a nação. Parte das teorias de RI e da teoria política entende que a comunidade política ideal e que merece ser tratada e analisada é o Estado-nação. A pressuposição de que a nação é característica constitutiva da comunidade política não é profundamente questionada em teorias tradicionais, que ignoram o fato de que a nação emerge de diferentes processos históricos, sociais e culturais, e que, dessa forma, não pode ser tomada como dada nem como necessária para a formação de uma comunidade política — afinal de contas, a nação não é a única possibilidade de identificação política disponível para as pessoas.

A teoria política, conforme demonstra Gilbert (2013), tem algumas respostas sobre como comunidades políticas se constituem. Comunidades políticas podem se constituir a partir da conexão dos membros com um ponto central de investimento emocional, que pode ser um líder carismático, ou, central para este capítulo, a ideia de nação e do que a constitui. Elas também podem se constituir através da transversalidade dos afetos, pelos laços que conectam os membros da comunidade entre si, sem depender de um ponto focal. Acredito que enxergar a formação de comunidades políticas e suas formas de ação a partir de uma abordagem afetiva faz com que compreendamos como a política atua no cotidiano da vida das pessoas, ampliando os horizontes de teorização possível nas Relações Internacionais.

Argumentei que *fandoms* são exemplos excepcionais de como comunidades políticas podem se formar através da dupla lógica que enumerei acima: através do investimento emocional da fã com o objeto de fã, mas também através das conexões emocionais entre as próprias fãs. Os objetos de fã podem servir como artefatos que sensibilizam fãs para que questionem criticamente o andamento das próprias vidas e o funcionamento do mundo, abrindo avenidas inesperadas para ação política e ativismo — fãs agem politicamente em nome do objeto de fã, sim, mas também agem politicamente porque estarem envolvidos num *fandom* proporcionou novas oportunidades para a ação política que anteriormente não eram vistas, ou entendidas como possíveis. Portanto, não é necessário que uma comunidade se articule ao redor de uma identidade nacional para que seja considerada política.

Isto posto, o capítulo que se segue, o último desta dissertação, tratará das principais conclusões que espero que as leitoras tenham tirado ao lerem este trabalho. Retomarei mais uma vez os principais pontos do meu argumento central e discutirei, ainda, caminhos que essas abordagens alternativas sobre comunidades políticas abrem para as teorizações nas RI.

## 5

### Considerações finais: “Até mais, e obrigada pelos peixes!”

#### 5.1

##### Introdução

Passei as últimas dezenas de milhares de palavras discorrendo sobre comunidades de fã on-line e como elas acrescentam ao nosso entendimento do que é político e de como podemos exercer a política. Este capítulo que você está lendo agora, cara leitora, é a conclusão da árdua jornada iniciada com questionamentos nascidos a partir da minha inserção em diversos *fandoms* durante toda minha adolescência e em minha vida adulta, culminando num trabalho que inquire acerca do potencial político que existe ao nos inserirmos nessas comunidades. Uma das minhas intenções com essa dissertação foi voltar o olhar para a política no cotidiano, partindo de entendimentos mais fluidos sobre o que significa tomar ações políticas e como podemos fazê-lo mesmo sem estarmos filiados a partidos políticos, envolvidos diretamente com órgãos de governança ou fazendo parte de outras formas de organização mais tradicionais.

Este trabalho foi motivado justamente porque entendo que essas concepções mais cotidianas do que significa agir politicamente têm o potencial de acrescentar enormemente às análises feitas no campo das Relações Internacionais, já que essas comunidades também influenciam a política internacional — por exemplo, esvaziando comícios para a campanha de reeleição de Donald Trump (GANIKO, 2020). Levar a sério o fato de que a política pode ser exercida fora do Estado-nação e de que a identificação com o Estado nem sempre é o ponto focal da ação política transforma as maneiras pelas quais estudamos as relações internacionais e exige que tenhamos mais atenção para o cotidiano, ao mesmo tempo em que não deixamos de lado as grandes dinâmicas que também operam e regem o mundo.

Novamente sinto que é crucial ressaltar meu posicionamento de que não acredito que o Estado-nação foi superado e está prestes a desaparecer, se estilhaçando no ar. Nosso imaginário político — e a dissertação está grandemente



preocupada com nossa capacidade de imaginar diferentes futuros e possibilidades — ainda é, em grande medida, bastante limitado pelos contornos que o Estado-nação impôs a organização das sociedades e às maneiras pelas quais diferentes países e culturas interagem umas com as outras. Gostaria apenas de chamar atenção para o fato de que não é mais apropriado considerar que apenas a política exercida pelo Estado-nação e seus dirigentes que é relevante e que deve pesar em nossas colocações e análises.

Minha opção por estudar *fandoms* é justificada, então, pelo fato de que comunidades de fãs frequentemente são uma parte importante da vida cotidiana de uma parcela significativa da população — e que, por serem comunidades que prosperam através da internet, podemos ver através de seu estudo como o ciberespaço tem transformado a vida social e política. Acredito ser igualmente importante, ao falarmos de *fandoms*, o apego emocional que fãs possuem com seu objeto de fã, ressaltando a relevância cada vez maior que objetos culturais e estéticos possuem. Não podemos nos esquecer que, não-raro, as pessoas se informam e geram suas opiniões de mundo ao redor da cultura e da mídia com as quais têm contato, e *fandoms* fornecem uma entrada intrigante para esses debates.

Nesta conclusão, retomarei brevemente os pontos mais centrais levantados no decorrer da dissertação, me engajando com quais são os principais desafios que os *fandoms* levantam em relação à imaginação do que é a comunidade política nas Relações Internacionais. Também discutirei contradições e problemas enfrentados durante a execução da dissertação e, por fim, apontarei alguns caminhos futuros para a condução de pesquisas que falem sobre ciberespaço, fãs, política e Relações Internacionais.

Então, mais uma última vez, convido as leitoras a me acompanharem no debate que propus ao longo da dissertação acerca de como comunidades políticas estão sendo transformadas — e como *fandoms* agindo politicamente são indicação dessa realidade.

## 5.2

### Direto do túnel do tempo...

### 5.2.1

#### ***Fandoms* como comunidades políticas: em que sentido?**

No primeiro capítulo desta dissertação, a introdução do trabalho, recuperei a teorização de Jacques Rancière (2009) para servir de base para a discussão política que me propus a fazer pelos demais capítulos. Acredito ser importante relembrar as leitoras o que quero dizer quando digo que *fandoms* podem ser entendidos como comunidades políticas, que empreendem ações políticas. Esta afirmação está baseada no conceito de partilha do sensível levado a diante por Rancière, para quem a política tem uma base estética importante e cujo pensamento ressoa por todo este trabalho.

Para Rancière, a disputa política é uma disputa calcada no campo do sensível, sobre quais são as coisas que podem ser vistas, imaginadas, do que se pode falar, o que consideramos como natural ou como antinatural. O conjunto desses entendimentos compartilhados entre as pessoas é o que Rancière chama de partilha do sensível. A partilha do sensível é uma partilha, diz-nos Rancière, por dois sentidos: por traçar uma divisão entre o que é possível e o que não é, e por delinear a participação num conjunto em comum.

Por isso, de acordo com Rancière, o momento político se dá quando a partilha do sensível estabelecida é interrompida, perturbada ou questionada. A importância da estética para essa teorização reside no fato de que obras de arte não são entendidas *apenas* como arte, mas também “como formas de inscrição do sentido da comunidade” (p. 18). A intervenção política por parte dos trabalhos estéticos ocorre porque a arte tem capacidade de questionamento muito grande, forçando que seus apreciadores — e os artistas que a concebem — extrapolem os limites delineados pela partilha do sensível e possam enxergar outras esferas de possibilidade.

*Fandoms* são comunidades constituídas, num primeiro momento, pelo compartilhamento de apreço por um determinado objeto cultural, um artefato estético. Henry Jenkins (2015) demonstrou como fãs processam o objeto de fã e tiram dele lições para a própria vida. Os objetos de fã agem, portanto, conforme descrito por Rancière, que considera que artefatos estéticos conseguem questionar os limites do possível e imaginar outros futuros e formas de viver. É por isso que

afirmo que *fandoms* são comunidades políticas, porque acabam por perturbar a partilha do sensível ao engajarem-se tão profundamente com o objeto de fã. E por isso que podem empreender ações políticas — porque as comunidades empoderam seus membros para pensarem criticamente, para questionarem a atual partilha do sensível.

A ação política dos *fandoms* pode se estabelecer na direção de querer transformar a atual partilha do sensível, procurando incluir sujeitos anteriormente marginalizados, utilizando de ferramentas que antes não seriam levadas em consideração etc. como é o caso dos fãs de k-pop tornando inutilizável o aplicativo de reconhecimento facial da polícia de Dallas ou em querer mantê-la uma vez que está sendo desestabilizada. Essa atuação reacionária pode ser vista tanto nos *fandoms* de *Star Wars*, que foram extremamente vocais frente a escalações de certos atores e atrizes nos filmes da trilogia sequência, reclamando que os filmes estavam aquiescendo ao politicamente correto (FAMUREWA, 2020), quanto no de *My Little Pony*, que apoiaram abertamente a candidatura de Donald Trump (HEER, 2016).

### 5.2.2

#### Desafios à territorialidade

Argumentei no capítulo três que um dos desafios que *fandoms* oferecem a concepções tradicionais do que são comunidades políticas nas RI está relacionado com o fato de que *fandoms* são comunidades sem territorialidade definida. De acordo com Agnew (1994) e Bartelson (1998), as teorias de RI dão grande ênfase à territorialidade na concepção de comunidades políticas.

Bartelson postula que teoricamente uma comunidade política (o Estado-nação) deve ter expressão territorial e ser geograficamente limitada para que mereça o título. Agnew chega ao ponto de afirmar que as teorias de RI estão presas numa armadilha territorial, por terem entranhadas em seu âmago concepções sobre território e territorialidade que chegam a limitar a atuação e o escopo da disciplina. Portanto, diz-nos Agnew, ao focarem-se exageradamente em entidades que estão contidas territorialmente, as teorias tradicionais de RI perdem de vista novas discussões que emergem frente o aprofundamento de fluxos transfronteiriços,

especialmente em consequência da introdução das tecnologias de informação e sua popularização.

O ponto de entrada para que possamos debater como comunidades políticas não precisam serem definidas por um território vem a partir da discussão da importância do ciberespaço para a constituição e manutenção de certas comunidades — no caso desta dissertação, faço referência aos *fandoms*. Os *fandoms* não nasceram na internet, mas nela prosperaram e é através dela que conseguem conectar fãs espalhados por todo o mundo.

Pierre Lévy (2018) chama atenção para o potencial da interconexão profunda entre pessoas que o ciberespaço proporciona, ao ponto de ser possível que comunidades sejam mantidas na internet mesmo que seus membros nunca se conheçam pessoalmente, o que é justamente o caso dos *fandoms*. Lévy também entende que o ciberespaço é uma continuidade sem fronteiras; e, portanto, intrinsecamente desterritorializado.

Ainda assim, comunidades políticas despertam e afloram no ciberespaço, utilizando as ferramentas que o próprio ciberespaço disponibiliza para que empreendam suas ações políticas. *Fandoms* fazem isso como ninguém, uma vez que as práticas de fãs estão profundamente conectadas com a internet — como é o caso, por exemplo, da inutilização do aplicativo de reconhecimento facial da polícia de Dallas por parte das *fancams* dos fãs de k-pop (MORRIS, 2020). Isto posto, me parece apropriado argumentar que territorialidade e a posse de um território não são mais características determinantes de uma comunidade política.

### 5.2.3

#### Desafios à nacionalidade

Outro desafio imposto pelos *fandoms* às conceituações tradicionais das RI sobre o que são comunidades políticas reside no fato de que os *fandoms* não se articulam ao redor da identidade nacional. Para as RI, como bem coloca Bartelson (1998), pressuposições acerca da indivisibilidade, continuidade espaço-temporal e distinção dos Estados acabam por acarretar na conclusão de que todo Estado circunscreve e representa completamente uma nação. Portanto, há uma igualdade

pressuposta entre Estado e nação — e, dessa forma, entre comunidade política e nação.

O problema da nação como centro de identificação dos membros com a comunidade é parecido com o problema do pressuposto da territorialidade, no sentido de que ambas as colocações não são alvo de questionamentos profundos em abordagens teóricas tradicionais. Mandelbaum (2020) batiza isso de “nacionalismo metodológico”, e se esforça para argumentar que a nação ocupa um espaço muito particular dentro do imaginário estatal: igualar a nação com o Estado é uma fantasia que existe para disfarçar como a sociedade é, em realidade, heterogênea e desunida; por isso, também, que insistem na congruência nação/Estado, que é uma coesão que tem que ser constantemente retomada e reproduzida vezes incontáveis.

Entretanto, a nação é uma entidade política, social e culturalmente construída. Não devemos entender a nação como o ponto de início absoluto para o estabelecimento de uma comunidade política. Benedict Anderson (2008) nos fornece uma resposta para a questão sobre o surgimento da nação, conectando-a ao desenvolvimento de gêneros literários que permitiram que comunidades compartilhassem um tempo homogêneo.

Por outro lado, na teoria política também vemos a importância da nação para a constituição de comunidades políticas. Quando Gilbert (2013) fala da lógica do Leviatã, que tratamos no capítulo dois, ele postula que Hobbes e seus sucessores entendem a formação de comunidades através do investimento emocional dos membros num ponto focal, com conexões afetivas verticais. Para Hobbes, este ponto focal é o Leviatã, o soberano carismático, o rei absolutista; mas esse investimento também pode estar direcionado à nação e à nacionalidade.

*Fandoms*, todavia, não possuem em seu centro uma nação que demanda identificação para se constituírem como comunidades políticas. O investimento emocional dos fãs está direcionado em primeiro lugar ao objeto de fã, o artefato cultural e estético pelo qual compartilham afeição e entusiasmo. Fãs se engajam em ações políticas em nome do objeto de fã, como os fãs de *Harry Potter* fazendo parte da iniciativa *Wizards for Obama*, por exemplo (HINCK, 2019).

Contudo, devemos levar em consideração também os laços emocionais transversais que existem de fã para fã, que os conectam ao ponto de empreenderem

ações políticas não porque se sentem estimulados pelo objeto de fã, mas porque sentem-se empoderados por fazerem parte da comunidade e pela identificação que possuem uns com os outros. Argumento que um exemplo útil é o caso dos fãs de k-pop floodando *hashtags* racistas no Twitter (ORLANDO, 2020) — a ação não está conectada diretamente ao investimento que os fãs possuem nos grupos musicais que escutam, mas tem a ver com discussões sobre raça e racismo dentro da própria comunidade (DODSON, 2018).

Dessa forma, *fandoms* são comunidades políticas em que o investimento emocional e a principal identificação dos membros não é centrada na ideia da nação. Nos *fandoms*, a conexão dos fãs com o objeto de fã e também entre os próprios fãs são os laços que forjam a comunidade e que dão abertura para a realização de ações políticas.

### 5.3

#### **Percalços no caminho, questionamentos sobre o futuro, lições aprendidas**

Feita a recapitulação dos principais argumentos que realizei no decorrer da dissertação, esta seção é dedicada aos meus pensamentos finais frente a tudo que já expus até aqui. Abordo, para começar, contradições enfrentadas durante a elaboração da dissertação, especialmente no que concerne como fãs entendem suas próprias atividades. Discuto algumas perguntas que minha abordagem suscita para pesquisas futuras nas Relações Internacionais, e que fugiram ao escopo deste trabalho, mas que, ainda assim, podem se revelar avenidas produtivas e positivamente intrigantes para estudos sobre ciberespaço, política e fãs nas Relações Internacionais. Por último, faço um apanhado das principais reflexões realizadas por conta da realização deste trabalho e o que espero ter acrescentado aos questionamentos das minhas leitoras.

#### 5.3.1

##### **Problemas e contradições**

Um dos grandes desafios com os quais me deparei durante a execução deste trabalho foi com o fato de que fãs, frequentemente, não entendem as ações que

desempenham no âmbito dos *fandoms* como políticas. É o caso, como ressaltai no capítulo três, da iniciativa #OneInAnARMY, organização de fãs de BTS que está sempre se envolvendo com causas sociais e que já chegou a levantar doações para a organização Black Lives Matter (REUTERS STAFF, 2020). Em realidade, muitas dessas iniciativas fã procuram enfatizar que seus esforços não são políticos, que não pretendem que seja, e que estão agindo em nome do objeto de fã para construir um mundo melhor.

Não fui apenas eu que me deparei com este dilema, no entanto — Jenkins e Shresthova (2016) já trataram deste assunto anteriormente, e a conclusão que chegaram é que, não surpreendentemente, a questão de rotular as ações empreendidas pelas organizações de fãs e pelos *fandoms* como política é um tópico disputado. Alguns fãs não veem problema em marcarem suas ações como políticas, especialmente quando elas estão envolvidas diretamente com o processo eleitoral ou com instituições mais tradicionais, como é o caso da iniciativa *Wizards for Obama* de quem Hinck (2019) trata.

O que Jenkins e Shresthova observam é que o entendimento compartilhado por uma grande parcela de fãs e *fandoms* do que é política ainda é frequentemente limitado por concepções tradicionais sobre o que é e quem pode exercer política. É por isso que os fãs de *Harry Potter* que fizeram parte da *Wizards for Obama* entenderam suas ações como políticas, porque estavam apoiando um candidato à presidência fazendo uso da linguagem do *fandom* e do objeto de fã, enquanto outros fãs com iniciativas diferentes e que não se encaixam nesses moldes mais tradicionais argumentam que não agem politicamente.

Me parece, aí, que ainda há entendimento compartilhado de que a política é exercida apenas por representantes eleitos em órgãos governamentais, que a política é algo isolado da vida cotidiana, que deve ser exercida por certas pessoas, mais especializadas e competentes. Existe um peso e até mesmo um estigma ao redor de entendimentos sobre política, como se ações políticas estivessem sempre conectadas com o governo, com iniciativas partidárias, distante de tudo e isolada dos fãs. Todavia, espero ter conseguido demonstrar que não compartilho dessa colocação, por entender que exercemos política em nosso dia a dia — e que as ações levadas a frente por *fandoms* que descrevi nessa dissertação podem sim ser consideradas como políticas.

São ações políticas porque nascem a partir de uma perturbação e de questionamentos acerca do que é possível e de como podemos agir em resposta aos problemas com os quais nos confrontamos no mundo. As ações podem ser direcionadas a tentativa de transformar a partilha do sensível, ampliando o que pode ser visto e o que é invisível, do que podemos falar e o que devemos ignorar; ou, podem ocorrer na tentativa de estabilizarem a partilha do sensível perturbada, procurando o retorno do *status quo*. A sensibilização realizada pelo apreço ao objeto de fã, pela lealdade que fãs sentem uns pelos outros e pelas novas oportunidades de ação proporcionadas pela internet contribuem para esse questionamento e para que possamos entender *fandoms* como comunidades políticas.

### 5.3.2

#### Caminhos futuros

Espero que este trabalho tenha servido como instrumento de reflexão sobre a forma pela qual entendemos política e também sobre as maneiras através das quais podemos exercer política, sim, mas também a prática científica e analítica. Como todo trabalho que procura questionar os limites já tradicionalmente delineados por uma disciplina, devo muito às acadêmicas que vieram antes de mim e que já começaram a travar a árdua jornada cujo destino é chamar atenção para conceitos que não são tão frequentemente questionados ou para pontos de vista que passam despercebidos por análises centradas em pressupostos tradicionais. Portanto, espero que esta dissertação tenha aberto os olhos das leitoras para novas possibilidades sobre o que cabe ou não estudo dentro das Relações Internacionais.

Além disso, uma das minhas grandes inquietações originadas a partir de meus estudos tem origem nas maneiras pelas quais as RI têm tratado e abordado o ciberespaço em seu meio. Como ressaltado anteriormente, grande parte dos trabalhos de Relações Internacionais que se propõem a investigar o ciberespaço partem de uma abordagem de cibersegurança, em que o ciberespaço é mais um lugar para disputa de poder entre os diferentes Estados. Indo além, o ciberespaço, por ser uma invenção relativamente recente, é um espaço incrivelmente novo no qual não é possível se ter noção, ainda, de todas as ameaças que representa ou que nele residem à segurança dos Estados-nação.



Admito sem hesitação de que questões de cibersegurança são incrivelmente relevantes para o posicionamento dos Estados-nação no Sistema Internacional e que eles certamente devem se preocupar com sua sobrevivência frente a existência deste novo meio de interação. Entretanto, como espero que tenha ficado claro a todas as leitoras que alcançaram esta conclusão, gostaria que voltássemos nossos olhares para o ciberespaço através de outras lentes, ocupando-nos de estudarmos o ciberespaço não apenas através do entendimento de que pode representar um perigo à continuidade dos Estados-nação, mas também através de outras instâncias, mais sutis, em que o ciberespaço influencia na política internacional.

Um dos argumentos centrais desta dissertação é que existem comunidades políticas relevantes no ciberespaço — indo além, o ciberespaço dá, frequentemente, as ferramentas através das quais essas comunidades políticas podem se manter. Além disso, a popularização do acesso à internet e às tecnologias de informação e as suas conseqüentes influências na vida das pessoas são cada vez mais marcadas e sentidas, em dimensão tamanha que não podemos mais nos dar ao luxo de ignorá-las em favor de entendimentos mais tradicionais, consagrados e estáticos. A organização política das pessoas no ciberespaço não obedece mais, necessariamente, a limites territoriais, e isso é de grande interesse para as Relações Internacionais, embora não aquiesçam à formatação organizacional que a disciplina tradicionalmente espera.

Esta primeira discussão desemboca numa segunda, mais espinhosa, e para qual não creio que exista uma resposta óbvia no momento de escrita desta dissertação. Ao admitirmos que existem comunidades políticas que não se identificam com o Estado-nação, que não são contidas por ele e que, igualmente, não são por ele reguladas, quais as conseqüências disso para a política internacional? Minha visão é uma visão pluralista, pois reconheço que os Estados-nação como forma de organização não foram superados e não correm risco imediato de desaparecimento ao mesmo tempo que admito que existem outras formas de comunidades políticas que possuem impacto relevante na política internacional. Parece-me, portanto, que investigações mais aprofundadas acerca dessa problemática são uma alternativa interessante para estudos futuros, que lidem diretamente com as conseqüências da emergência de outras comunidades políticas que não estejam relacionadas diretamente com o Estado-nação.

Por último, e, pessoalmente, o questionamento que considero mais intrigante, está relacionado com a formação de subjetividades políticas. Já ressalttei que considero que *fandoms* são comunidades políticas porque conseguem perturbar a partilha do sensível previamente estabelecida, abrindo possibilidades para a imaginação de novos mundos a partir do engajamento com o objeto de fã; dessa forma, *fandoms* acabam por empoderar seus membros para que ajam politicamente, para que questionem o mundo ao seu redor, para que tentem imaginar uma sociedade mais igualitária — ou para que realizem mais formas de exclusão ou mantenham tudo exatamente do mesmo que está.

Acredito que abordar *fandoms* como lugares de formação de subjetividade política, tendo em mente que são comunidades que se mantêm principalmente através da internet e da conexão emocional com um objeto estético possa enriquecer ainda mais nosso entendimento sobre como e o que leva as pessoas a agirem politicamente em seu cotidiano. Mencionei na introdução desta dissertação que foi através de *Avatar: A Lenda de Aang* e dos debates suscitados ao redor da escalação do elenco do filme *live-action* adaptado a partir do desenho que tive meu primeiro contato com debates sobre raça, representatividade e racismo em Hollywood; certamente não fui a única pessoa por passar por uma experiência parecida, se não este trabalho nem existiria.

O que na internet e na sua capacidade de interconectar pessoas espalhadas pelo globo, com as mais diferentes vivências, influencia na formação de sujeitos políticos? Como objetos estéticos podem fazer com que pessoas se confrontem e questionem posicionamentos políticos enraizados dentro de si mesmas através da convivência em sociedade? Como esses mesmos objetos podem servir para que pessoas resistam à mudança e defendam a permanência das coisas do jeito que estão? A configuração comunitária de *fandoms* é tão diferente de outras configurações comunitárias que encontramos; qual a consequência disso para as formas pelas quais as pessoas se relacionam umas com as outras e com o mundo ao seu redor?

Estas são algumas das perguntas que me saltaram aos olhos conforme trabalhava nesta dissertação, mas espero que leitoras futuras tenham muitas outras. É papel da pesquisadora e da cientista questionar o que as cerca; portanto, sei que diferentes pessoas levantarão diferentes perguntas ao terem contato com este trabalho.

### 5.3.3

#### **Isto é tudo, pessoal!**

Esta dissertação chega ao seu fim e, por isso, acredito ser apropriado encerrá-la com algumas palavras sobre quais as maiores lições que tomei durante o processo de pesquisa e escrita deste trabalho. Me debruçar sobre a literatura de estudo de fãs e também sobre a literatura da teoria política e das RI sobre comunidades políticas foi um aprendizado enorme pois fez com que eu me confrontasse diretamente com questões acerca dos limites impostos para a imaginação de novas possibilidades de inserção e condução da vida política. Frequentemente perdemos de vista que muito das nossas experiências são resultado de processos históricos longos e demorados — não é difícil que nos esqueçamos que o mundo, em alguma altura da História, já foi marcadamente diferente do mundo que vivemos hoje.

É por esse motivo que a capacidade de imaginação de novas formas de organização e integração da vida política são tão importantes. Este trabalho segue, nesse sentido, o mesmo viés do trabalho de Rodgers (2003), pois estamos ambas preocupadas com as formas pelas quais conseguimos entender, diminuindo ou ampliando, o que é política.

Em primeiro lugar, política não está contida nas instituições governamentais, e ao tomarmos a internet como nosso objeto de estudos, podemos enxergar sem muitos problemas outras formas de exercício político no cotidiano. Indo além, podemos identificar ações políticas em comunidades que se reúnem, num primeiro momento, por conta da admiração por um objeto cultural comum. Comunidades que se organizam porque compartilham gostos por objetos estéticos, que se ocupam em se engajar com esses objetos através das mais diversas formas e que, para o observador casual, estão apenas se divertindo, ou praticando a escrita, ou fazendo amigos.

Mas, como demonstrei, essas comunidades possuem também capacidade latente para a ação política, demonstrando que não faz sentido trancarmos o âmbito do político para longe das pessoas que vivem suas consequências, relegando seu exercício a representantes eleitos ou chefes do Executivo. A política atravessa

nossas vidas, e pode ser encontrada em lugares que podem ser considerados inesperados.

Também gostaria que as leitoras, ao terem chegado até aqui, tivessem em mente que a internet tem crescido em importância para a vida cotidiana das pessoas que possuem acesso a ela e às tecnologias de informação. A internet transforma como acessamos objetos culturais, como nos informamos, como nos organizamos, como interagimos uns com os outros — mas também como pensamos, e como entendemos a nós mesmos. Já existem discussões produtivas e interessantes sobre como a tecnologia afeta quem com ela tem contato — e isso desde a prensa de tipos móveis de Gutenberg (EISENSTEIN, 1980), passando pelos efeitos da TV (POSTMAN, 2005) —, e defendo que devemos trazê-las conosco para pensarmos política e as Relações Internacionais.

Por fim, mas longe de ser o menos importante, este trabalho deixou claro para mim que a cultura popular *importa*. Ela importa, em primeiro lugar, porque pode servir como um arsenal cultural compartilhado ao qual ativistas podem recorrer para conseguirem transmitir mais amplamente as suas mensagens, fazendo com que elas ressoem mais claramente para outras pessoas que também conhecem aquele determinado artefato cultural ao qual fazem referência, como bem coloca Hink (2019). Creio que essa importância caminha de mãos dadas com o ponto que levantei mais acima, que podemos encontrar e exercer política de formas inesperadas, e certamente me parece ingênuo dispensar a cultura popular como apenas entretenimento raso. Jenkins, Peters-Lazaro e Shresthova (2020) já ressaltaram que a cultura pop é uma porta de entrada para o político, e estou em concordância com eles.

Indo além, e fazendo referência ao trabalho de Nexon e Neumann (2006), devemos considerar o potencial da cultura pop como lugar de constituição de entendimentos de mundo por parte de quem entra em contato com ela. Esta colocação tem, novamente, relação com a teorização de Rancière, em que objetos estéticos têm a habilidade de fazerem as pessoas questionarem os limites da partilha do sensível. Isto pode ser claramente percebido através de todo este trabalho, em que o apreço pelo objeto de fã e o convívio com diferentes fãs acaba por sensibilizar fãs para outras vivências e para possibilidades de exercício da política que simplesmente não conseguiam conceber anteriormente.

Da mesma forma que a internet e as tecnologias de informação têm influenciado cada vez mais quem consegue ter acesso a elas, a cultura popular transforma aqueles que se deixam ser verdadeiramente sensibilizado por ela. Este trabalho foi um esforço em demonstrar uma das maneiras em que essa afirmação se manifesta.

## Referências bibliográficas

AGNEW, John. The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory. **Review of International Political Economy**, v. 1, n. 1, p. 53–80, 1994.

AHMED, Sara. Afterword: Emotions and Their Objects. **The Cultural Politics of Emotion**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014. p. 204–233.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSOCIATED PRESS. Autora de Harry Potter revela que Dumbledore é gay. 20 out. 2007. **G1: O portal de notícias da Globo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,MUL153485-7084,00-AUTORA+DE+HARRY+POTTER+REVELA+QUE+DUMBLEDORE+E+GAY.html>. Acesso em: 8 fev. 2020.

BAE, Eun-song; CHANG, Meehyang; PARK, Eung-Suk; KIM, Dae-cheol. The effect of Hallyu on tourism in Korea. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 3, n. 1, p. 22, 10 nov. 2017. <https://doi.org/10.1186/s40852-017-0075-y>.

BAKER, Gideon; BARTELSON, Jens. Introduction: The future of political community. In: BAKER, Gideon; BARTELSON, Jens (orgs.). **The Future of Political Community**. London: Routledge, 2009. p. 1–12.

BARTELSON, Jens. Second Natures: Is the State Identical with Itself? **European Journal of International Relations**, 1998. DOI 10.1177/1354066198004003002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066198004003002>. Acesso em: 27 out. 2020.

BENJAMIN, Jeff. **BTS and Big Hit Entertainment Donate \$1 Million to Black Lives Matter (EXCLUSIVE)**. 6 jun. 2020. **Variety**. Disponível em: <https://variety.com/2020/music/news/bts-big-hit-1-million-black-lives-matter-donation-1234627049/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BENNETT, Lucy. Fan activism for social mobilization: A critical review of the literature. **Transformative Works and Cultures**, v. 10, 15 jun. 2012. DOI 10.3983/twc.2012.0346. Disponível em: <https://journal.transformativeworks.org/index.php/twc/article/view/346>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BHANDARI, Aditi. The mobilising power of the BTS ARMY. 14 jul. 2020. **Reuters**. Disponível em: <https://graphics.reuters.com/GLOBAL-RACE/BTS-FANS/nmopajgmxxva/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BIALLY-MATTERN, Janice. On being convinced: an emotional epistemology of international relations. **International Theory**, v. 6, n. 3, p. 589–594, nov. 2014. <https://doi.org/10.1017/S1752971914000323>.

BIRKEDAL, Katarina HS. Closing traps: Emotional attachment, intervention and juxtaposition in cosplay and International Relations. **Journal of International Political Theory**, v. 15, n. 2, p. 188–209, 1 jun. 2019. <https://doi.org/10.1177/1755088219830112>.

BLEIKER, Roland; HUTCHISON, Emma. Methods and Methodologies for the Study of Emotions in World Politics. In: CLÉMENT, Maéva; SANGAR, Eric (orgs.). **Researching Emotions in International Relations: Methodological Perspectives on the Emotional Turn**. Palgrave Studies in International Relations. New York: Palgrave Macmillan, 2018. p. 325–342. DOI 10.1007/978-3-319-65575-8. Disponível em: <https://www.palgrave.com/gp/book/9783319655741>. Acesso em: 29 maio 2020.

CHATTERJEE, Partha. The Nation in Heterogeneous Time. **The Politics of the Governed**. Reflections on Popular Politics in Most of the World. New York: Columbia University Press, 2004. p. 3–26. DOI 10.7312/chat13062.4. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7312/chat13062.4>. Acesso em: 23 jan. 2021.

CHUNG, Ka Young. Media as soft power: the role of the South Korean media in North Korea. **The Journal of International Communication**, v. 25, n. 1, p. 137–157, 2 jan. 2019. <https://doi.org/10.1080/13216597.2018.1533878>.

DAHIR, Ikran. 14 BTS Fans Talk About The Racism They've Experienced Within The Fandom. 13 maio 2018. **BuzzFeed**. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/ikrd/14-bts-fans-talk-about-the-racism-theyve-experienced-within>. Acesso em: 18 jan. 2021.

DENINNO, Nadine. **Is J.K. Rowling dead? Here's why #RIPJKRowling is trending on Twitter**. 14 set. 2020. **New York Post**. Disponível em: <https://nypost.com/2020/09/14/is-jk-rowling-dead-heres-why-ripjkrowling-is-trending-on-twitter/>. Acesso em: 8 dez. 2020.

DEWET, Babi; IMENES, Érica; PAK, Natália. **K-Pop - Manual de sobrevivência: Tudo o que você precisa saber sobre a cultura pop coreana**. 1. ed. Belo Horizonte: Gutenberg Editora, 2019.

DODSON, P. Claire. The BTS Army Is Calling Out Racism Within the Fandom With a New Hashtag. 14 maio 2018. **Teen Vogue**. Disponível em: <https://www.teenvogue.com/story/bts-army-using-blackarmysmatter-to-call-out-racism-harassment-within-fandom>. Acesso em: 18 jan. 2021.

DUNN CAVELTY, Myriam; WENGER, Andreas. Cyber security meets security politics: Complex technology, fragmented politics, and networked

science. **Contemporary Security Policy**, v. 41, n. 1, p. 5–32, 2 jan. 2020. <https://doi.org/10.1080/13523260.2019.1678855>.

EDFELDT, Chatarina; COUTO, Anabela Galhardo. Ficção de “slash” na internet como espaço heterotópico e de resistência “queer”. **Cadernos de Literatura Comparada**, n. 39, p. 183–199, 2018. .

EISENSTEIN, Elizabeth L. The unacknowledged revolution. **The Printing Press as an Agent of Change**. New York: Cambridge University Press, 1980. p. 3–42.

EQUIPE DA FOLHA DE S.PAULO. Fãs do BTS arrecadam dinheiro para ajudar Pantanal; vaquinha já ultrapassou R\$ 25 mil. **F5**, seq. Celebrities, 23 set. 2020. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2020/09/fas-do-bts-arrecadam-dinheiro-para-ajudar-pantanal-vaquinha-ja-ultrapassou-r-25-mil.shtml>. Acesso em: 3 out. 2020.

FAMUREWA, Jimi. John Boyega: “I’m the only cast member whose experience of Star Wars was based on their race”. **British GQ**, 2 set. 2020. Disponível em: <https://www.gq-magazine.co.uk/culture/article/john-boyega-interview-2020>. Acesso em: 2 set. 2020.

FRAADE-BLANAR, Zoe; GLAZER, Aaron M. **Superfandom: Como nossas obsessões estão mudando o que compramos e quem somos**. 1ª. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2017.

GANIKO, Priscila. **Fãs de K-pop e usuários do TikTok são responsáveis por baixo público em comício de Trump**. 22 jun. 2020. **Jovem Nerd**. Disponível em: <https://jovemnerd.com.br/nerdbunker/fas-de-k-pop-e-usuarios-do-tiktok-sao-responsaveis-por-baixo-publico-em-comicio-de-trump/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

GILBERT, Jeremy. **Common Ground: Democracy and Collectivity in an Age of Individualism**. London: Pluto Press, 2013.

GRAHAM, Mark. Geography/internet: ethereal alternate dimensions of cyberspace or grounded augmented realities? **The Geographical Journal**, v. 179, n. 2, p. 177–182, 1 jun. 2013. <https://doi.org/10.1111/geoj.12009>.

GRAHAM, Stephen. The end of geography or the explosion of place? Conceptualizing space, place and information technology: **Progress in Human Geography**, 1998. DOI 10.1191/030913298671334137. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/030913298671334137>. Acesso em: 27 dez. 2019.

GREENFELD, Liah. **Nationalism: Five Roads to Modernity**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro



genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, abr. 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

HANSAL, Sophie; GUNDERSON, Marianne. Toward a fannish methodology: Affect as an asset. **Transformative Works and Cultures**, v. 33, 15 jun. 2020. DOI 10.3983/twc.2020.1747. Disponível em: <https://journal.transformativeworks.org/index.php/twc/article/view/1747>. Acesso em: 16 jun. 2020.

HEER, Jeet. Yes, there's a connection between My Little Pony, Donald Trump, and white identity politics. **The New Republic**, 20 jan. 2016. Disponível em: <https://newrepublic.com/minutes/128099/yes-theres-connection-little-pony-donald-trump-white-identity-politics>. Acesso em: 23 jun. 2020.

HEIGL, Alex. Harry Potter Chocolates Now Fair Trade, Thanks for Fan Alliance. 14 jan. 2015. **PEOPLE.com**. Disponível em: <https://people.com/celebrity/harry-potter-chocolates-now-fair-trade-thanks-for-fan-alliance/>. Acesso em: 8 nov. 2020.

HELD, David. Cosmopolitanism: Globalisation Tamed? **Review of International Studies**, v. 29, n. 4, p. 465–480, 2003.

HINCK, Ashley. **Politics for the Love of Fandom: Fan-Based Citizenship in a Digital World**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2019. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/book/63941>. Acesso em: 2 jun. 2020.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. trad. Maria Célia Paoli. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUTCHISON, Emma; BLEIKER, Roland. Theorizing emotions in world politics. **International Theory**, v. 6, n. 3, p. 491–514, nov. 2014. <https://doi.org/10.1017/S1752971914000232>.

HUYSMANS, Jef; NOGUEIRA, Joao P. International Political Sociology as a Mode of Critique: Fracturing Totalities. **International Political Sociology**, n. olaa017, 16 set. 2020. DOI 10.1093/ips/olaa017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ips/olaa017>. Acesso em: 10 dez. 2020.

JENKINS, Henry. **Invasores do Texto: Fãs e Cultura Participativa**. trad. Érico Assis. 1. ed. Nova Iguaçu: Marsupial Editora, 2015.

JENKINS, Henry; PETERS-LAZARO, Gabriel; SHRESTHOVA, Sangita (Orgs.). **Popular Culture and the Civic Imagination: Case Studies of Creative Social Change**. New York: NYU Press, 2020. Disponível em: <https://nyupress.org/9781479869503/popular-culture-and-the-civic-imagination>. Acesso em: 5 jun. 2020.

JENKINS, Henry; SHRESTHOVA, Sangita. "It's Called Giving a Shit!": What Counts as "Politics"? In: JENKINS, Henry; SHRESTHOVA, Sangita; GAMBER-THOMPSON, Liana; KLIGLER-VILENCHIK, Neta; ZIMMERMAN,

Arely (orgs.). **By Any Media Necessary: The New Youth Activism**. New York: NYU Press, 2016. p. 253–289. Disponível em: <https://nyupress.org/9781479899982/by-any-media-necessary>. Acesso em: 5 jun. 2020.

LEE, Geun. A theory of soft power and Korea's soft power strategy. **Korean Journal of Defense Analysis**, v. 21, n. 2, p. 205–218, 1 jun. 2009. <https://doi.org/10.1080/10163270902913962>.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. trad. Carlos Irineu Da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

LINKLATER, Andrew. The Problem of Community in International Relations: **Alternatives**, 1 abr. 1990. DOI 10.1177/030437549001500201. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030437549001500201>. Acesso em: 26 jun. 2020.

LOPEZ, Lori Kido. Fan activists and the politics of race in The Last Airbender. **International Journal of Cultural Studies**, v. 15, n. 5, p. 431–445, set. 2012. <https://doi.org/10.1177/1367877911422862>.

MAMO, Heran. Taylor Swift Urges Swifties to Register to Vote by Creating Resources List: “We Need Everyone”. 22 set. 2020. **Billboard**. Disponível em: <https://www.billboard.com/articles/news/politics/9453657/taylor-swift-urges-fans-register-to-vote-resource-list/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MANDELBAUM, Moran M. **The Nation/State Fantasy: A Psychoanalytical Genealogy of Nationalism**. Switzerland: Springer Nature, 2020.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica.**, v. 0, n. 22, p. 25–39, 15 nov. 2011.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. The Proliferation of Borders. **Border as Method, Or, the Multiplication of Labor**. Durham: Duke University Press, 2013. p. 1–25.

MORRIS, Seren. Kpop fans are spamming the Grand Rapids Police after crashing the Dallas Police app. **Newsweek**, New York, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://www.newsweek.com/kpop-spamming-fancams-grand-rapids-police-department-protest-evidence-1508043>. Acesso em: 3 jun. 2020.

NEXON, Daniel H.; NEUMANN, Iver B. **Harry Potter and International Relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

ONE IN AN ARMY STAFF. One In An ARMY - FAQ. 2021. **FAQ | One In An ARMY**. Disponível em: <https://www.oneinarmy.org/faq>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ORLANDO, Giovanna. Fãs de k-pop se unem para derrubar hashtags racistas nas redes sociais. 4 jun. 2020. **Correio do Povo**. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/arteagenda/f%C3%A3s-de-k-pop-se-unem-para-derrubar-hashtags-racistas-nas-redes-sociais-1.431707>. Acesso em: 10 nov. 2020.

POSTMAN, Neil. **Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business**. New York: Penguin, 2005.

PUBLIC DIPLOMACY. 2020. **Ministry of Foreign Affairs, Republic of Korea**. Disponível em: [http://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m\\_5664/contents.do](http://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_5664/contents.do). Acesso em: 10 nov. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: Estética e Política**. trad. Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

RAW, Adrienne E. Rhetorical moves in disclosing fan identity in fandom scholarship. **Transformative Works and Cultures**, v. 33, 15 jun. 2020. DOI 10.3983/twc.2020.1731. Disponível em: <https://journal.transformativeworks.org/index.php/twc/article/view/1731>. Acesso em: 16 jun. 2020.

RAWAT, Kshitij. **JK Rowling ‘transphobia’ controversy: Everything you need to know**. 14 jun. 2020. **The Indian Express**. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/entertainment/hollywood/jk-rowling-transphobia-controversy-everything-you-need-to-know-6457082/>. Acesso em: 8 dez. 2020.

REUTERS STAFF. Fãs da boyband BTS igualam doação de US\$1 mi da banda para “Black Lives Matter”. **Reuters**, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/entertainmentNews/idBRKBN23F1XO-OBREN>. Acesso em: 8 jun. 2020.

RODGERS, Jayne. **Spatializing International Politics: Analysing Activism on the Internet**. London: Routledge, 2003.

RUDD, Mackenzie. My Little Nazi: The Curious Link Between the Alt-Right and the My Little Pony Fandom. 18 mar. 2019. **Medium**. Disponível em: <https://medium.com/@mackenzierudd/my-little-nazi-the-curious-link-between-the-alt-right-and-the-my-little-pony-fandom-13d753919418>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. As políticas da sociedade informacional, propriedade imaterial e cultura digital. **Comunicação & Sociedade**, v. 33, n. 57, p. 57–78, 22 jun. 2012. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v33n57p57-78>.

SOLOMON, Ty. Ontological security, circulations of affect, and the Arab Spring. **Journal of International Relations and Development**, v. 21, n. 4, p. 934–958, 1 set. 2018. <https://doi.org/10.1057/s41268-017-0089-x>.

TRAN, Kelly Marie. Kelly Marie Tran: I Won't Be Marginalized by Online Harassment. **The New York Times**, New York, seq. Movies, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/08/21/movies/kelly-marie-tran.html>. Acesso em: 7 fev. 2019.

UNICEF BRASIL. BTS e UNICEF pedem aos jovens que espalhem gentileza no Dia Internacional da Amizade. 20 jul. 2019. **UNICEF Brasil**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/bts-e-unicef-pedem-aos-jovens-que-espalhem-gentileza-no-dia-internacional-da-amizade>. Acesso em: 19 jan. 2021.

WALKER, R. B. J. Social Movements/World Politics: **Millennium**, 24 jun. 2016. DOI 10.1177/03058298940230031101. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298940230031101>. Acesso em: 29 maio 2020.

WHAT WE DO | HARRY POTTER ALLIANCE. 2020. Disponível em: [https://www.thehpalliance.org/what\\_we\\_do](https://www.thehpalliance.org/what_we_do). Acesso em: 2 jul. 2020.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WYNN, Natalie. **J.K. Rowling | ContraPoints**. Baltimore, 26 jan. 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=7gDKbT\\_I2us&t=957s](https://www.youtube.com/watch?v=7gDKbT_I2us&t=957s). Acesso em: 26 jan. 2021.